

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

27 DE ABRIL DE 2012

No dia 27 de abril, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- **ATAS** – Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2012;
- 2- **PÚBLICO – 1.º Período de intervenção.**
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia.**
- 4- **Período da Ordem do Dia:**
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro;
 - 4.2- Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011 – CMM;
 - 4.3- Relatório e Conta de Gerência de 2011 – SMA;
 - 4.4- Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Autarquia – 2011;
 - 4.5- Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental;
 - 4.6- Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal / 2012;
 - 4.7- Proposta de Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA – Lei n.º 8//2012, de 21 de Fevereiro;
 - 4.8- Proposta de dissolução da sociedade Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua S.A. e Proposta de adesão à sociedade Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua e aprovação de estatutos;
 - 4.9- Proposta de Aquisição dos Projetos e Dissolução da Sociedade Mirandela XXI;
 - 4.10- Procedimento Concursal – Recrutamento de sessenta (60) postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Acção Educativa;
 - 4.11- Procedimentos Concursais – Recrutamento de cinco postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Sapador Florestal – Recrutamento de um posto de trabalho em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior – Turismo;
 - 4.12- Discussão e Aprovação do Plano de Emergência Social do Município de Mirandela;
 - 4.13- Aprovação do Projecto de Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Mirandela.
- 5- **Outros Assuntos de Interesse para o Município.**
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 50 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 69 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Adérito Joaquim Ferro Pires, Fernando Manuel Gomes Alves, Carla Sofia Caldeira de Sousa, José Epifânio S. Carvalho, Márcio Paulo da Silva Filipe, José dos Santos Sousa e José Teixeira Pinto.

Justificação de Faltas:

- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 27 de abril de 2012.
- Márcio Paulo da Silva Filipe: sessão de 27 de abril de 2012.
- José dos Santos Sousa: sessão de 27 de abril de 2012.

-José Teixeira Pinto: sessão de 27 de abril de 2012.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, António José Pires Almor Branco, e os vereadores, Júlia Maria A. Lima Sequeira Rodrigues, Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, José Assunção Lopes Maçaira, e Manuel Carlos Pereira Rodrigues.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bom dia Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Municípes, comunicação social. Uma saudação aos alunos da escola, que hoje vieram visitar-nos. Vamos então dar início à nossa sessão ordinária.

Secretário da Assembleia Municipal:

Bom dia a todos. Também cumprimento o Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Deputados Municipais, público e comunicação social.

Relativamente à correspondência recebida, tenho a informar o seguinte:

A Eng.ª Rita pediu para ser substituída nesta Assembleia e foi substituída por Patrícia Bernardo. O Sr. Carlos Fraga e pede também para ser substituído, foi substituído por Manuel Agostinho Beça de Sousa. Márcio Filipe pede também para ser substituído. Foi inicialmente substituído pela deputada Fátima Santos. Esta comunicou também a sua indisponibilidade, sendo este deputado substituído pelo deputado Ricardo Garcia. Eduarda Rosa pede também para ser substituída e foi substituída por Emanuel Sérgio Batista. Finalmente, Adérito Pires que no dia 24 de Abril pediu para ser substituído. Telefonámos a duas pessoas que mostraram a sua indisponibilidade.

E mais uma vez aqui estou eu a apelar aos Srs. deputados municipais, para que podendo, informem a Mesa com alguma antecedência das faltas às respectivas sessões, para que nós possamos depois proceder à sua substituição, tendo até em conta a disponibilidade das pessoas, que como é óbvio, por motivos pessoais, profissionais ou familiares, nem sempre podem aqui estar presentes, para substituir quem falte.

A Mesa recebeu um convite para o 26º aniversário da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que foi no dia 22 de Março.

Da Santa Casa da Misericórdia, também um convite para integrar as procissões dos dias 25 de Março e 06 de Abril.

Da Assembleia da República, recebemos um requerimento de quatro deputados do CDS/PP, que colocam à Mesa algumas questões relativamente ao funcionamento do órgão, a despesas de deslocação, ao custo total de cada sessão e de cada reunião, ao custo total anual e às comissões existentes nesta Assembleia. Com certeza que receberão a devida resposta.

A Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação, convida também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para integrar a Procissão do dia 06 de Maio, às 15 horas.

Um ofício da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses que convida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convite que é extensivo aos restantes deputados municipais para que possam associar-se ao 111º Aniversário da Associação, que vai ser no dia 01 de Maio, dia do trabalhador.

Finalmente uma comunicação da Federação Nacional dos Professores, a propósito da constituição de grandes agrupamentos de escolas. Em jeito de síntese, eles entendem que qualquer reforma da administração educativa, terá que respeitar as opiniões das escolas e dos municípios.

É tudo o que a Mesa tem quanto a correspondência.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012.

Presidente da Assembleia Municipal:

Continuando, primeiro ponto, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2012. Há alguma recomendação ou algum comentário dos Srs. deputados, partindo do princípio que todos a receberam.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

É apenas uma adenzinha à ata porque na altura eu levantei a questão da falta de conhecimento dum folheto que foi distribuído sobre uma visita ao Hospital Terra Quente. O Sr. Presidente prometeu, está na ata, que fazia chegar esse folheto a todos os grupos e a mim pessoalmente mas até agora nada recebemos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos tomar em consideração. Nós hoje temos um novo método de som e recomendaram-me para pedir aos Srs. deputados para tomarem isso em atenção.

Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Abstenções, 5

A favor, 43

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2012.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal:

Está algum Sr. Múncipe que queira usar da palavra? Faça favor de se aproximar do microfone e de se identificar. Tem cinco minutos.

Múncipe Marco Magalhães:

Bom dia Sr. Presidente da Câmara, Srs. deputados, Srs. Vereadores. Nós somos do Curso Profissional de Informática da Escola Secundária de Mirandela. Gostaríamos que o Sr. Presidente nos esclarecesse quatro questões.

A primeira questão é: porque Mirandela não tem fibra óptica?

A segunda questão é: porque os bebedouros do parque estão fechados?

A terceira questão é: porque é que a Agenda de Mirandela já não está a ser publicada?

E a quarta questão é se tenciona restaurar o parque de manutenção e o que tenciona fazer na antiga estação dos comboios?

Presidente da Assembleia Municipal:

Está algum Sr. Múncipe que queira utilizar este tempo? Não está.

O Sr. Presidente quer responder agora?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Srs. deputados municipais, Srs. Vereadores e muito bom dia ao Público.

À turma da Escola Secundária que hoje aqui recebemos, mais uma vez saúdo, dado que esta Assembleia se transforma num espaço de discussão e debate, alargado também a um sector importante da nossa sociedade, que é o ensino e a educação.

Vou responder, concretamente, às perguntas que me foram colocadas:

Em relação à fibra óptica, eu julgo que se está a referir ao facto de neste momento não ser disponibilizado pela fibra óptica, neste caso, pelos operadores, os 100 mega que deveriam ser dados pela fibra óptica.

Nós temos em Mirandela duas redes de fibra óptica, ao contrário do que acontece noutros locais e esta questão tem sido objecto de debate nesta Assembleia.

Mas temos até três redes de fibra óptica:

Uma rede de fibra óptica da Portugal Telecom, que está espalhada pela cidade e tem uma capilaridade bastante significativa.

Temos a rede de fibra óptica da ZON, mais conhecida por TV Cabo, mas da ZON, que foi instalada por eles, individualmente e tem 14 kms. de capilaridade na nossa cidade.

Depois temos a rede da Terra Quente da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, chamada a rede da Terra Quente, que foi instalada em cinco municípios e por cinco municípios na nossa região. Esta rede tem 250 kms. de fibra, une os cinco municípios da Terra Quente: Mirandela, Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor e Macedo de Cavaleiros e ainda tem uma extensão que chega a Bragança.

Esta rede neste momento está em fase final de certificação, irá ligar Mirandela a Bragança, o IPB de Bragança e a Escola de Mirandela e neste momento, na nossa zona apenas está a ligar os edifícios municipais dos diversos municípios. Ainda não está activa, porque ainda não foi certificada em termos técnicos.

Quanto à questão de não serem fornecidos os 100 megabits (basicamente é disso que estamos a falar) pelos operadores...atenção que só os operadores os podem fornecer. Quando falamos em operadores, falamos dum conjunto de operadores, como a PT, a ZON e a Onway.

Posso-vos dizer que a única explicação que existe é apenas comercial, o que tem sido objecto de grande debate, porque há um plano de expansão a nível nacional. Não é por falta de infraestrutura mas por questões puramente comerciais.

Aliás, vocês certamente informados por este motivo. Sabem que há um movimento regional, não é só local, no sentido de que seja disponibilizado.

Hoje em dia existem já alguns locais (como digo, o problema é puramente técnico) onde começa a ser disponibilizado esse tipo de acesso, em Mirandela nomeadamente. No entanto, não está disperso por toda a oferta, em termos de população.

A Escola Secundária, neste momento, tem uma linha de alto débito em fibra óptica. Não sei se já está ligada porque sabem muito melhor do que eu as dificuldades que existem com as salas de informática.

O parque de informática que existe na Escola Secundária, são vocês, (julgo eu) ou será o vosso curso que o tem renovado, composto e até construído. Se não é o vosso será um equivalente, mas julgo que é o vosso, que é profissional de informática. E se não fosse o vosso curso, se calhar, hoje em dia, os outros alunos nem sequer tinham computadores, ou pelo menos os professores.

E como sabem, neste momento na escola ainda não foi instalada sequer a segunda geração - ao contrário de outras - de computadores que tinha sido prometida e que viria com a instalação dessa sala de informática mas que tem já lá instalada a linha de alto débito, mas não sei quando é que ela será ligada.

A infraestrutura existe no nosso concelho, mas o que não existe neste momento é a oferta comercial dispersa por todos os operadores.

Eu espero que brevemente, e tendo em conta as circunstâncias de mercado que estão a decorrer, seja possível o acesso a todos os clientes.

Não tem sido um processo fácil, que já foi debatido aqui nesta Assembleia várias vezes, no entanto esta é a fonte de informação. Nós temos até muita fibra óptica espalhada. Não temos é uma oferta comercial associada a essa fibra óptica.

Posso informar que a Associação de Municípios está a tentar entrar em negociações com a Refer Telecom para que ela passe a ser um operador privilegiado na oferta desse serviço.

Existe também neste caso, um processo regional em curso em que houve uma adjudicação de cobrir toda a região norte através de uma parceria público privada. Certamente que já estudaram isso, são as chamadas redes de nova geração.

Existe uma empresa que é a DST que está a fazer a cobertura de toda a região, mas Mirandela até está excluída desse processo porque já tem estas redes.

Sobre os bebedouros, eu penso que está a falar da zona verde do Parque José Gama.

Neste momento, no Parque José Gama, se repararem, estão a ser realizadas diversas intervenções para reparar alguns equipamentos incluindo os bebedouros, que estavam constantemente a verter, o que causava diversos problemas. Se reparassem, estavam sujos e com água revolta, pelo que eles vão ser substituídos e brevemente irão ser colocadas outras unidades.

Em relação à Agenda de Mirandela, nós optamos por uma agenda diferente. A agenda tinha custos de transporte e de impressão. Neste momento, Mirandela tem uma agenda electrónica, que é distribuída às quintas-feiras, onde vêm basicamente todas as informações.

Como é evidente, uma agenda electrónica não chega a todas as pessoas. No entanto, houve uma opção clara de racionalidade em termos deste pequeno boletim que era distribuído.

Realmente temos recebido esse mesmo feedback em relação à ausência da Agenda de Mirandela, nomeadamente as pessoas de estratos mais idosos que não têm tanto acesso a agendas electrónicas. No entanto, neste momento é uma ponderação exclusivamente económica.

A pergunta sobre o parque de manutenção é interessante porque, infelizmente, aquele parque tem sido reparado sucessivas vezes e tem sido partido sucessivas vezes. Temos enormes problemas com o vandalismo naquele espaço.

Como sabem há lá uma casa de banho que é vandalizada constantemente e por esse facto já se optou por estar praticamente sempre fechada.

A própria PSP tem uma atenção especial naquela zona, por motivos que são de conhecimento...quase poderia dizer geral, têm-no particularmente vigiado.

Mas a verdade é que todos os equipamentos que tivemos oportunidade de colocar nesse parque de manutenção, foram destruídos.

É um parque com bastantes valências, num sítio interessante, que é o centro da cidade. No entanto, temos tido essa dificuldade.

Há a ideia de fazer uma reformulação mas essa reformulação terá que ser feita com base em equipamentos que não sofram.

Eu recordo por exemplo, os bancos que eram de madeira e estavam espalhados em vários percursos, apenas numa noite foram todos partidos, nem um ficou com as tábuas no seu local e ficámos pura e simplesmente sem bancos.

Aquele espaço, é um espaço que tem essas dificuldades. A única opção que nós poderemos ver para ali será uma videovigilância, mas como sabem, hoje em dia, a videovigilância não é autorizada. Nós temos um projecto de videovigilância que não está autorizado neste momento, fala-se que a lei vai modificar. É a única maneira que nós vemos.

Quanto à antiga estação da CP, hoje nesta Assembleia vai ser abordado um assunto que envolve essa antiga estação da CP. A antiga estação da CP, infelizmente é propriedade ou da Refer ou da CP.

Eu digo ou da Refer ou da CP, porque estas duas instituições não se entendem quanto à sua propriedade. Uma afirma que é propriedade da CP, outra afirma que é propriedade da Refer.

Este tem sido um problema ao longo dos diversos anos bastante debatido porque a estação da CP está associada a um projecto antigo de Mirandela, que é o Metro de Mirandela.

E na altura, o negócio que foi efectuado pela Metro de Mirandela e pela CP seria que aqueles terrenos onde está a estação, não só a estação, mas todos os terrenos envolventes da estação, inclusive o terreno da estação de camionagem de Mirandela.

Todos esses terrenos seriam vendidos pela CP ou pela Refer, para pagamento das automotoras do metro de Mirandela. Até hoje, as automotoras ainda não foram pagas e os terrenos da estação não foram vendidos.

O que a Câmara Municipal tem é um projecto de requalificação daquele espaço e que já está elaborado. De qualquer forma, hoje vai ser aqui debatido e depois terá que alavancar os meios financeiros para realizar.

O nosso objectivo era recuperar a estação e aproveitando os terrenos para fazer lá a sede do Colégio de Artes de Mirandela, da sede da Esproarte de Mirandela. Este era o nosso grande objectivo.

Julgo que respondi a todas as suas perguntas.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Sr. Presidente.

Antes de continuarmos para o ponto seguinte (Período de Antes da Ordem do Dia), uma informação da Mesa.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Peço desculpa mas esqueci-me de referir que recebemos também um pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela. Está hoje aqui a ser substituído pela Ana Pimpão e espero que goste de estar entre nós.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal:

Período de Antes da Ordem do Dia. As inscrições dos Srs. deputados. Vamos fazê-las com tranquilidade.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos. Há oito inscrições e vou dizer os nomes:

Agostinho Beça, Alzira Ramos, Odete Ferreira, Baltazar Aguiar, Jorge Pereira, Pedro Fonseca, Luís Sousa e Dinis Veiga.

Presidente da Assembleia Municipal:

Dá oito minutos a cada Sr. Deputado. Portanto, peço a atenção para a boa utilização do tempo.

Sr. deputado Beça.

Deputado Municipal Manuel Beça de Sousa (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa, Exm.º s. Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Exm.ª s Sr.ª s. e Srs. Vereadores, Exm.º s Deputados Municipais, Exm.º s. Representantes da comunicação social, caros concidadãos.

Embora eu pense ser conhecido da maioria dos presentes, para quem não sabe quem sou, devo dizer que estou aqui como cidadão independente pelo Partido Socialista e trabalho na Administração Pública, mais concretamente como técnico na Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

E é exactamente sobre esta casa onde exerço a actividade profissional, que neste espaço de debate, venho trazer um assunto que me preocupa pessoalmente, mas que penso também deveria preocupar os colegas de serviço e os Mirandelenses em geral.

A questão é que já começo a ficar cansado de ouvir em muitos espaços públicos, da boca de muitos fazedores de opinião, que as decisões na Direcção Regional de Agricultura, são tomadas em Braga e que tudo vai mudar para Braga.

É em conversas de café, é na rádio, é em conversas privadas, enfim...muita gente que se sente capaz de opinar sobre isto, lá vem dizer...quem manda na Direcção Regional é Braga.

Quase parece não ser do conhecimento público que em Dezembro de 2011, tomou posse do cargo de Director Regional de Agricultura e Pescas do Norte, o Dr. Manuel Cardoso, um transmuntano, residente no vizinho concelho de Macedo de Cavaleiros e que tem o seu gabinete de trabalho em Mirandela.

Quase parece que os Mirandelenses não desejam a sede e o centro de decisão da Direcção regional de Agricultura, em Mirandela.

É que uma mentira dita muitas vezes, corre o risco de se tornar verdade.

Independentemente da sua filiação partidária, goste-se ou não da pessoa, efectivamente, o posto de trabalho do dirigente máximo deste organismo, é em Mirandela e é a partir daqui que neste momento, as decisões relativas à missão que lhe compete, são tomadas e não em Braga.

Quero esclarecer e gostaria que esta informação passasse para fora desta Assembleia, o seguinte:

A Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte é um serviço periférico na dependência directa do Estado e, como tal, tem apenas autonomia administrativa mas não autonomia financeira. Isto faz toda a diferença mas não é este o assunto que pretendo hoje aqui explicar.

A sua área de actuação é toda a região a norte do Douro e alguns concelhos do Sul, corresponde àquilo que entre colegas, com alguma ironia, designamos por “Condado Portucalense”, ou seja, vai do Oceano Atlântico ater Espanha.

Portanto a sua acção não se limita geograficamente a um distrito, a um concelho, dois ou três, mas sim a oito distritos e um vasto conjunto de concelhos desses mesmos distritos.

Que me lembre, não existe nenhuma outra entidade pública no distrito de Bragança, nem no de Vila Real, com tal área de actuação.

É certo que um organismo desta dimensão tem de ter unidades orgânicas descentralizadas, direcções de serviço, divisões e núcleos, com os respectivos dirigentes e que neste momento se encontram – citando apenas as principais – em Matosinhos, Vila Real e também em Braga.

Postos os factos, é tempo de dizer basta, a este tipo de afirmações, da parte de quem parece querer simplesmente desinformar e gratuitamente, direi mesmo levemente, desdizer desta casa que emprega muitos Mirandelenses e não só – alguns aqui presentes – que desempenha na região um importante papel, que me abstenho de descrever, por julgar desnecessário, uma vez que todos saberão o que é agricultura.

Este diz que diz, para mim só pode ser explicado, pelo facto de num tempo relativamente recente e de má memória, as coisas terem funcionado de forma que dava a entender serem as tais decisões de fundo, tomadas noutra sítio que não em Mirandela.

Se bem se lembram, tal situação motivou inclusive o pedido de demissão da Dr.ª Júlia Rodrigues do seu cargo de Director Regional, naturalmente por discordar desse formato de funcionamento.

A Direcção Regional de Agricultura existe em Mirandela desde finais do Século XIX, desde 1886, embora com outras designações, outra missão, outras competências, conforme os contextos temporais.

Pessoalmente sinto orgulho por integrar os quadros de pessoal deste serviço público há mais de trinta anos. Devo-lhe lealdade e mais...penso que é uma organização com a dignidade que a velhice lhe confere e deve merecer a estima e consideração dos Mirandelenses, ao ponto de, por todas as razões, lutarem se preciso for pela sua manutenção nesta terra.

Muito obrigado pela sua atenção e peço desculpa por me ter alongado.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia à Mesa, Sr. Presidente da Assembleia, muito bom dia Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, bom dia aos restantes deputados, comunicação social e restante público.

Eu pretendo novamente apresentar uma moção, relativamente à Reforma Administrativa, que passo a ler:

Contra a extinção de freguesias em defesa do poder local democrático.

“A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril a PL n.º 44/XXII que aponta para a extinção de centenas de freguesias.

Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da República e a ser aplicada, representaria um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local.

Considerando que ao contrário do anunciado «reforço da coesão» o que daqui resultaria seriam mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos – em áreas urbanas ou rurais – traduzir-se-ia em mais atracção para os primeiros (os que sobrevirão como freguesias) e mais abandono dos segundos (os que verão as suas freguesias liquidadas). Ou seja, mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode.

Considerando que ao contrário dos «ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros» o que se teria era menos proximidade e resposta directa aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. Para além do novo corte de verbas do OE prevista para 2013, as chamadas majorações de 15% para as freguesias agregadas saíam do montante global do FFF, ou seja, seriam retiradas ao montante destinado ao conjunto das freguesias e mesmo as prometidas novas competências seriam construídas à custa das verbas dos municípios.

Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, deveria, ao contrário da liquidação de centenas de freguesias, criar as condições e afetação dos meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhe são negados e ao mesmo tempo concretizar a regionalização como a Constituição da República determina, indispensável a um processo de descentralização que se pretende coerente, a uma reforma da administração pública racional, ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal.

Considerando que as freguesias representam em termos do Orçamento do Estado – 0,1% do total – e em nada contribuem para a dívida pública, mais clara fica a intenção do governo de atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais.

Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático (traduzido na redução de mais 20 mil eleitos); enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e a perda de coesão (territorial, social e económica); o abandono ainda maior das populações e, ainda, mesmo que o neguem, um ataque ao emprego público (milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade).

Considerando que a manifestação nacional de freguesias do dia 31 de Março convocada pela ANAFRE e por Plataformas contra a liquidação das freguesias constitui uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respectivos órgãos autárquicos, tal como já o fora o Congresso da ANAFRE em 2 e 3 de Dezembro de 2011, o Encontro Nacional de Freguesias de 10 de Março de 2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento, conjuntas ou de cada freguesia e município.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 27 de Abril de 2012, delibera:

1 – Manifestar a sua oposição a qualquer proposta de liquidação de freguesias e afirmar a defesa do atual número de freguesias, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros.

Nenhum órgão autárquico foi eleito com o mandato para liquidar freguesias.

2 – Recusar ser cúmplice da liquidação de freguesias no seu concelho, não aceitando a chantagem da eventual redução de 20% das freguesias a extinguir, como se duma promoção comercial se tratasse.

Como já se insinua, hoje é a liquidação de freguesias, amanhã serão os municípios.

3 – Exortar a ANAFRE e a ANMP a não pactuarem com este processo, não indicando representantes para a chamada “Unidade Técnica”.

4 – Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior e em defesa da identidade local,

5 – Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas acções contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático.

Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PDS):

Bom dia.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª s e Srs. Vereadores, Exm.º s Srs. Deputados, Senhoras e Senhores.

Saúdo os alunos aqui presentes, constatando a boa prática em que devemos continuar a investir, aliás como já tem vindo sendo hábito.

Comungo também das mesmas preocupações do Sr. deputado do PS, relativamente à questão da Direcção Regional de Agricultura. Penso que é uma questão sempre importante nos nossos dias, para as pessoas que lá trabalham e para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e do nosso concelho em particular.

Início a minha intervenção, cumprimentando os Srs. novos vereadores, Dr. Manuel Rodrigues, Arq. Nuno Pinto de Sousa e o Sr. Eng.º António Almor Branco, cabendo a este ocupar o lugar de Presidente da Câmara.

Conhecedores que são dos problemas do nosso concelho, sei que não será preciso motivá-los quanto ao seu empenho na resolução dos principais problemas que o afecta.

Mas se a eles, assim como à restante vereação lhe é exigida essa motivação, essa responsabilidade, principalmente em matérias que estão ao seu alcance, também nós, enquanto agentes políticos, temos obrigação de ajudar numa partilha de ideias que nos levem a que mais facilmente consigamos encontrar o caminho para o desenvolvimento do nosso concelho.

Mas infelizmente, muitas vezes, isso não acontece porque estamos reféns dos partidos que defendemos e tal como no passado, também a nossa postura tem ajudado a manter a região nos últimos lugares de uma Europa que se quer desenvolvida.

Sabemos que o mundo tem mudado a um ritmo alucinante, principalmente nos últimos anos. O factor económico e estratégico de alguns países relativamente às suas políticas, uns claramente mais perdedores do que outros, têm feito com que essas mudanças se verifiquem.

Alguns deles, como Portugal, com erros clamorosos das estratégias de desenvolvimento dos últimos anos, tem passado grandes dificuldades, exactamente por causa da aplicação de políticas desfasadas e absurdas da realidade em que temos vivido.

Podíamos constatar essas realidades e nem é preciso referi-las todas, sendo a principal razão a desertificação das nossas terras, pelos sucessivos governos não terem sabido encontrar na região formas de acautelar o futuro das populações...sim, porque as terras sem pessoas não existem.

Vejamos as aldeias que por cada ano que passa perdem a importância, com a diminuição da população. As escolas fecham e a vida morre. Há que minimizar essa realidade, adaptando-nos a outras acções, porque o futuro vive-se com a juventude.

Mirandela por exemplo, ou mesmo qualquer uma das principais cidades da região, para poderem cimentar a sua importância a nível nacional e até internacional, deviam ter uma população, pelo menos na ordem de 50.000 habitantes. E quando é que isso irá acontecer?

É pois necessário criar muitas condições. Por exemplo, reforçar o Pólo Universitário, de forma a captar mais estudantes e ajudando a abrir outras portas em Mirandela.

Acredito no entanto que a construção de amanhã depende em parte de nós, se assim o quisermos.

O empreendedorismo, o tecido empresarial, a sua consequente entrada no mercado internacional por parte das empresas, ainda que difícil é vital para o desenvolvimento e criação de emprego.

Há pois que potenciar o que de melhor existe na nossa terra.

Sabemos que temos lindas paisagens, há que as explorar, apostando no turismo.

Existem algumas aldeias que têm algumas potencialidades, temos excelentes produtos, há que os promover.

A esse respeito noto que ultimamente a Câmara e a Associação Comercial e Industrial, estão a caminhar na promoção acelerada, do melhor que o nosso concelho tem e esse tem que ser o caminho a percorrer.

Temos gente ligada à cultura, nomeadamente à pintura e às letras e tantas outras áreas. Há que as procurar para poderem ajudar. Há que trazer gente à nossa terra, mesmo não sendo do concelho ou mesmo da região.

Há que organizar alguns fóruns a vários níveis.

O exemplo do nosso Presidente da Assembleia em trazer gente à nossa terra como já aconteceu algumas vezes, pode contribuir um pouco para ajudar a tornar Mirandela numa terra com uma visão ainda mais cultural

Com debates e mostrando o que de melhor temos, podemos então dizer que Mirandela é por direito próprio, o local em Trás-os-Montes e Alto Douro, onde o futuro tem futuro.

Mas Srs. deputados, se a nossa postura não for incisiva perante os problemas que nos afectam e for simplesmente levantar a mão para apoiarmos só a posição do nosso partido ou fazermos discursos muito para dentro de nós próprios, ou que não sejam ouvidos pela população que nos elegeu relativamente às suas perspectivas, então não valerá a pena continuarmos aqui, ainda que legitimamente tenhamos sido eleitos.

A comunicação social é muito importante para a concretização desta realidade.

Deixo uma sugestão. Porque não vamos visitar as nossas freguesias e conhecer melhor quem depositou em nós um futuro melhor? Não pode continuar a ser a aldeia ir á cidade. Quantos de nós o temos feito?

Antes de terminar, gostaria de me referir ao 25 de Abril de 1974.

Penso que ele deve servir ano após ano com motivação para procurar uma democracia eficaz que cumpra os objectivos essenciais para o sucesso do futuro colectivo do nosso povo, ainda a solidariedade social seja mais justa, mais transparente e mais participada pelos cidadãos.

As nossas divergências não podem ser objecto dissuasor, de forma a travar o progresso do concelho.

Não tenho dúvidas que todos pretendemos fazer o melhor do nosso concelho. As gerações futuras precisam que isso aconteça.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Bom dia a todos e a todas.

Antes de mais uma pequena sugestão logística. Sou completamente a favor que se sirva a água potável em copos, é mais económico e é mais saudável.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.º s Deputados da Assembleia Municipal, Exm.º Presidente da Câmara e Membros do Executivo, Exm.º s Presidentes de Junta, órgãos de comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Nos últimos tempos tem-se falado muito de litorização, despovoamento do interior e bipolarização da política regional entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Não há nada de novo neste discurso. As três tendências demográficas têm-se manifestado de uma forma mais ou menos acentuada, desde a década de 60, o que significa que nem o Estado Novo, nem os sucessivos governos democráticos conseguiram encontrar uma resposta adequada para um desenvolvimento territorial equilibrado.

É normal por isso, que num contexto de austeridade e de uma reforma do poder local no horizonte, estas questões ganhem novamente relevância.

Importa porém lembrar, porque por vezes as pessoas e sobretudo as lideranças políticas têm memória curta, que a democratização do poder local veio dar aos municípios novas capacidades de desenvolvimento local nunca antes vividas e que o processo de europeização, para além dos fundos de desenvolvimento que trouxe para estas comunidades, trouxe também novos critérios de governabilidade.

O poder local democrático no nosso país é ainda muito recente.

Durante cerca de duas décadas, os municípios tinham enormes dificuldades em recrutar bons técnicos, não havia massa crítica e os Presidentes da Câmara foram improvisando.

Fez-se também muito recrutamento desajustado, sem critérios competitivos, sem imparcialidade, sem estar assentes no mérito, por vezes assentes até em laços familiares ou partidários, o que muito prejudicaria a eficácia e boa imagem do poder local.

Hoje, a situação, de certa forma mudou. O nível de escolaridade dos funcionários da Administração Autárquica aumentou, algumas câmaras investiram em bons quadros técnicos, mas outras continuaram com o recrutamento de compadrio.

Enquanto as primeiras prosperaram, as segundas viram as suas contas correntes incharem desproporcionalmente às necessidades, tornando-se em máquinas disfuncionais de emprego camarário, o que resultou em graves problemas de liquidez financeira.

No nosso entender, o poder local do interior precisa de ser discutido no quadro da actual reforma dos municípios, mas não através da perspectiva dos coitadinhos, uma perspectiva conservadora e corresponsável pelo atraso da nossa região.

Se quisermos dar um passo em frente, nem podemos continuar a ter um discurso derrotista, nem podemos continuar à espera que alguém em S. Bento oiça as nossas preces.

Aliás, os sucessivos deputados desta região, pouco ou nada fizeram para promover uma imagem de sucesso da nossa economia.

Num contexto de austeridade, são precisamente as grandes áreas metropolitanas as que mais sentem a perda de qualidade de vida.

O interior oferece oportunidades únicas para quem quiser investir ou recomeçar uma vida. Mas para isso é preciso desmistificar o conceito de interior e interioridade.

A ideia generalizada de que o interior é pobre, abandonado e sem futuro, é errónea e um entrave ao seu desenvolvimento.

O interior não é o desterro, mas um espaço de oportunidades de negócio.

Infelizmente a maioria dos autarcas da região tende a enfatizar esta ideia retrógrada dos coitadinhos, em vez de assumirem uma posição mais convidativa ao investimento, mais progressista dos valores.

O interior não é feito de velhinhas com lenço na cabeça, burros e carroças.

O interior também tem uma noção de modernidade, expressa através de várias correntes artísticas, desde a pintura à literatura e dos vários movimentos que se vão organizando nas redes sociais e discutindo a política local fora dos espaços convencionais.

As localidades do interior têm todas as infraestruturas que encontramos no litoral, fruto de três décadas de investimento público em equipamentos.

Por vezes até encontramos situações de excesso de equipamentos que também coloca problemas do ponto de vista da sua manutenção por parte das câmaras municipais.

Portanto, as pessoas não podem dizer que não vêm viver para o interior, porque não há condições ou porque não há qualidade de vida.

Têm também uma excelente oferta de turismo histórico e rural, uma oferta cultural e etnográfica bastante diversificada e uma oferta vinícola e gastronómica, capaz de se bater com as melhores regiões da Europa.

Infelizmente estas potencialidades não têm sido suficientemente exploradas e divulgadas e sobretudo não têm sido vistas de um modo integrado como parte de uma estratégia de desenvolvimento regional assente na iniciativa privada e não no modelo de desenvolvimento ultrapassado assente no investimento público, em equipamentos e na especulação imobiliária que tem vindo a ser seguida nas últimas três décadas.

Para que compreendam a grandeza dos recursos que a nossa região tem à disposição, importa sublinhar os seguintes dados:

O investimento global em infraestruturas do sistema multimunicipal gerido pela Administração de Trás-os-Montes e Alto Douro, está estimado em cerca de trezentos e cinquenta milhões de Euros, dos quais, cerca de duzentos e vinte milhões de Euros respeitantes aos subsistemas do abastecimento de água e os cerca de cento e vinte e seis milhões de euros, destinados aos subsistemas de saneamento, o que significa uma taxa de cobertura do abastecimento de água de 96% da população e de serviços de saneamento de cerca de 85% da população.

A ideia que por vezes é veiculada para a comunicação social que na nossa região ainda há muita gente sem água potável e saneamento, também me parece manifestamente errónea.

Em todas as cidades de Trás-os-Montes existe banda larga, a região também está servida por dois aeroportos, um em cada capital de distrito.

Para além duma universidade pública que se tem demarcado em várias áreas disciplinares, cruciais para o desenvolvimento da economia local, tais como a agronomia ou a enologia, existe também um Instituto Politécnico e vários pólos de universidades privadas na nossa região.

Com a conclusão da A4, as distâncias entre os vários pólos de desenvolvimento de Trás-os-Montes, vão encurtar-se e além disso a ligação à raia espanhola também está feita, permitindo às PME da nossa região um acesso a esses mercados.

Com preços bastante abaixo da média nacional, as zonas industriais da região tornam-se atractivas à implantação de novas empresas nicho, porém isto requer uma política integrada de localização e assistência ao investimento privado. Por assistência, entende-se «criar todo um conjunto de condições favoráveis à sua instalação».

A nossa região é igualmente rica em água e por conseguinte em energia verde.

Das 25 barragens de aproveitamento hidroeléctrico do país, incluindo as que ainda estão em construção, cerca de metade (isto é 12), estão localizadas em rios da região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, o seu tempo, se faz favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito obrigado, vou acelerar um pouco, mas eu gostava de concluir a intervenção...

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas, Sr. deputado, a Mesa avisou, fez a divisão do tempo e os Srs. deputados têm o dever de adaptar o seu discurso ao tempo que lhe é distribuído.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Prevê-se que essas doze barragens passem a ter uma capacidade global de albufeira, de três mil hectares cúbicos, e venham a produzir cerca de 2247 gigawatts por ano, o que representará mais de metade da capacidade hidroeléctrica nacional, que actualmente é de 4000 gigawatts por ano e cerca de 4,5% da energia consumida em Portugal por ano.

Não obstante a relevância do sector, nunca houve uma política governamental no sentido de baixar os custos de energia na nossa região, de modo a atrair a localização de PME.

Talvez seja a hora, em vez de focarmos a atenção na perda de serviços, batamos o pé ao poder central, exijamos aquilo que nos é direito, o retorno directo da produção energética da nossa região, injectado na economia local e não em projectos de equipamentos, que só alimentam políticas de capelinha e conduzem a esbanjamento de recursos.

Como já referi, durante as últimas três décadas, assistimos a um modelo de desenvolvimento assente no investimento público e equipamentos e na especulação imobiliária, que teve consequências devastadoras na nossa economia geral e no funcionamento da democracia local.

As Câmaras ocupam uma posição central na economia da região, elas são responsáveis pelo grosso do investimento e são as maiores empregadoras locais.

Isto tem colocado enormes entraves à diversificação das economias locais e ao desenvolvimento da iniciativa privada na região.

De momento a actividade económica privada está dependente dos municípios de uma forma directa, através da adjudicação de contratos de obras públicas, aprovisionamentos e fornecimentos de serviços, ou indirecta, por exemplo através da aprovação de urbanizações.

Tudo passa pela aprovação do Presidente da Câmara...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, o tempo, tem três minutos a mais já.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

...desde os subsídios às actividades, desporto e cultura, até à aprovação de licenciamentos e a aprovação de contratos.

Esta concentração excessiva de poderes, não só tem um impacto negativo na economia local, como também mina a qualidade da sua democracia.

É portanto preciso reduzir o peso das autarquias no investimento local e dar espaço à iniciativa privada.

Para isso são necessárias regras claras, procedimentos administrativos simplificados, políticas de redução e contenção das despesas correntes dos municípios, que geralmente se traduzem em custos acrescidos à actividade privada local, nomeadamente através de uma série de taxas e impostos e uma maior qualidade dos serviços públicos.

Os autarcas apresentavam-se sempre como os bastiões da eficácia, alegando que conseguiram sempre fazer mais por menos, não obstante a maioria das Câmaras esteja completamente endividada, sem liquidez financeira.

A mentalidade do faz-se agora e alguém no futuro pagará, tem que acabar.

A resposta dos municípios do interior á crise, está assente em dois conceitos de gestão pública, que no meu entender são fundamentais: despesa inteligente e acuidade intergeracional. É preciso saber como se gasta, com que impacto, com que valor acrescentado e conseguir dar resposta às necessidades actuais, de uma forma sustentável, para que as gerações vindouras, possam também usufruir da mesma qualidade de vida.

A actual conjuntura de austeridade obriga as autarquias a trabalharem...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, o seu tempo se faz favor, a mesa não pode condescender.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

...com uma permanente escassez de recursos...vou acabar.

Isto implica necessariamente uma maior cooperação intermunicipal, é fundamental o fortalecimento dos fóruns de decisão intermunicipais, como resposta ao inevitável reajustamento de serviços por parte do poder central e à natureza transmunicipal dos problemas.

É preciso ter dimensão e capacidade técnica suficiente para dar resposta a estes desafios e a mentalidade da capelinha está totalmente desadequada à realidade actual.

Uma maior capacitação técnica das nossas autarquias, obriga necessariamente a modernizar as suas estruturas organizacionais e o seu modo de funcionamento com vista a uma melhor captação de gestão...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, está a criar uma situação desagradável à mesa, de quem devia dar o exemplo.

Peço-lhe o favor de terminar, senão vou retirar-lhe a palavra.

Avisei-o quatro vezes, o Sr. deputado não está a ter consideração pela Mesa, nem pelo Regulamento. Fomos avisados e portanto pedia-lhe o favor de dar o exemplo.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu agradeço a tolerância...

Presidente da Assembleia Municipal:

...mas é demais a tolerância, não é um minuto, não são dois, não são três, já não são quatro, Sr. deputado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu vou ficar por aqui, Sr. Presidente, nós vamos pedir tempo adicional. Vamo-nos inscrever outra vez.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. deputado, devia dar o exemplo, respeitar o regimento e pedir o tempo adicional.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, eu vou parar e peço desculpa por não ter respeitado o tempo. Nós vamos pedir tempo adicional.

Acho francamente que o Sr. Presidente é demasiado restrito na aplicação do tempo e concordo, tem que haver alguma disciplina, cinco minutos para intervenções política é limitado.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, noutras matérias tem havido aqui alguma flexibilidade, que não tem respeitado o regulamento.

Já não tenho mais nada a dizer, Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas tenho eu Sr. deputado.

V. Ex.^a não tem mais nada a dizer, mas tem o Presidente da Mesa.

Sr. deputado Luís Sousa, agora estou eu no uso da palavra.

V. Ex.^a usou e abusou do seu tempo.

A Mesa explicou aos Srs. deputados e a esta Assembleia como era a divisão do tempo de Antes da Ordem do Dia e cumpre a cada um de nós e a cada um de vocês respeitar a vontade da maioria.

Se V. Ex.^a tem a intenção de pedir tempo adicional, não o devia ter dito publicamente, devia-o ter feito em tempo próprio.

A Mesa pede autorização à Assembleia para termos mais uma hora de período antes da ordem do dia e é assim que o regimento deve funcionar.

Eu também digo francamente e sinceramente, consoante os termos que utilizou, para lhe dizer que não procedeu bem. Não respeitou o regimento e usou e abusou da paciência e da tolerância do Presidente da Assembleia.

Tem a palavra a Sr.^a deputada Alzira Ramos.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Srs. Presidentes de Junta, meus senhores, minhas senhoras e comunicação social.

Ainda há pouco (48 horas apenas) se comemorou o 25 de Abril.

Não poderia deixar passar esta data em branco, até porque ainda estamos em Abril.

Começo a minha intervenção por uma frase dum filósofo grego *“Quando perdeste o sonho e a certeza, tornaste-te desordem, fizeste-te nuvem. Simones Quereles.”*

Nunca é demais comemorar Abril. A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas coroa à longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos mais profundos, derruba o regime fascista, libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo.

Representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

No exercício desses direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo, elaboraram a constituição que correspondia às aspirações do país.

A Assembleia constituinte de Abril de 1976, firmou a decisão do povo português, ao defender a independência nacional, garantir os direitos fundamentais, estabelecer os princípios basilares da democracia, assegurar o primado do estado de direito democrático e abrir o caminho para a construção de um país livre, mais justo e mais fraterno. É aprovada a lei fundamental do país.

Mas a história não acaba aqui. Está-se pronto para a partida, recuperadas as coordenadas do espaço, do tempo e de todos os outros sentidos, que são mais de cinco: paz, pão, saúde, habitação e educação.

Independência Nacional, Soberania, esta está no reino da troika.

Direitos Fundamentais, a vida é intolerável, basta abrir os canais televisivos para ver os atentados não só morais e físicos que há, ao povo português.

Princípios basilares da democracia, art. 58º.

Direito ao trabalho. Todos têm direito ao trabalho. Hoje o desemprego e o emprego precário são os maiores desequilíbrios da sociedade portuguesa. Só já são um milhão de portugueses sem trabalho.

Segurança Social, art. 63º. Todos têm direito à segurança social, no entanto, esta corre um sério risco de ser desmantelada e vendida em tranches, como se diz na alta finança, às seguradoras.

Art. 64º, saúde. Todos têm direito à saúde, através do Serviço Nacional de Saúde. Porém este artigo, na minha opinião, está em revisão orçamental. Presumo que a saúde vai ser entregue a grandes grupos económicos, com interesses nesta área.

Art. 65º, habitação. Aqui também há um senão. Este ponto é reservado a grandes investimentos privados, como podem imaginar. Já não se justificam casas projectadas e apoiadas pelo INH, para as pessoas de baixos recursos. Basta ver o que se passou em Mirandela, talvez nos tornemos o barómetro nacional.

Art. 67º, educação, cultura e ciência. Neste ponto, que parece de trazer por casa, pasmem-se. É bom ter cidadãos de excelência. A prova disso foi o destaque que o Sr. Presidente da República deu aos vários portugueses de eleição

nas diversas áreas. No entanto acaba-se com o Ministério da Cultura, da Tecnologia e outros. O tempo dará a resposta a muitas coisas e vai dando.

Art. 74º, ensino. Todos têm direito ao ensino, com garantia de direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Assegurar o ensino básico universal obrigatório e gratuito. No que concerne ao ensino estamos esclarecidos, tal como na saúde, a tendência é para o ensino privado.

O primado do estado de direito democrático, justiça. Basta seguir a informação pública e publicada.

Integridade física, também já disse, integridade pessoal.

Construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno, é o que se vê todos os dias. Temo pela coesão social do meu país.

Acabei de referir os principais pilares sobre que assentava a democracia. Estes encontram-se abalados como se, de cismo se tratasse.

O fosso entre aqueles que tudo têm e os outros que nada possuem é cada vez maior e estão postas em causa as conquistas de Abril.

É tarefa de todos nós repor em ordem do dia o primado de Abril. Sem memória, esvai-se o presente, que simultaneamente já é passado. Perde-se a vida anterior e o interior, porque sem referências do passado, morrem os factos e os laços sentimentais.

A noção do tempo que relaciona as imagens do passado e que lhes dá a luz do tom que as datam e as tornam significantes para cada um.

A verdade, também esta se perde, porque a memória, aprendei por mim, é indispensável para que o tempo, não só possa ser medido, como sentido.

Mesmo antes de terminar, gostaria de dedicar a todas as mulheres portuguesas, em particular às que se encontram nesta Assembleia, pois represento as mulheres da minha terra, um pequeno trecho escrito também por uma grande mulher, Natália Correia...*"Vinha do tempo da minha infância, a fábula em que os homens falavam. Agora as suas vozes estavam sepultadas num silêncio que tinha o nome ciciado do fascismo. Minha mãe dizia, quando fores grande haverá um país e o país era onde eu estava à minha idade.*

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª deputada, desculpe interromper.

Pedia a melhor atenção aos Srs. deputados, há um murmúrio que perturba a audição, se fizerem o favor.

Atenção à oradora.

Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):

...E a minha idade era eu chamar-me com toda a força dos ossos, no centro da minha liberdade. Dizendo-me isto, minha mãe pôs-me em voz luminosa os objectos para espantar morcegos. Cantei quanto podiam os meus pulmões carregar vendavais para sacudir as dormideiras dos tiranos e onde as horas mordidas pelas algemas foram acre crescimento pela liberdade, iluminaram-se as terras do sepulcro, era Abril e a fábula fez-se dia. Numa rubra fraternidade de cravos, os homens saudaram a revolução e em golfadas de oiro cantei, liberdade."

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público, alunos e comunicação social.

Se pequei por falta de referência, sintam-se cumprimentados.

Não era para dizer isto, mas vou começar por aqui.

Vem na linha da minha colega Alzira Ramos, que terminou com uma voz potente, como só a saudosa Natália Correia tinha.

Começo por um simples poema, que não foi escrito de propósito para a Assembleia, mas eu vou ousar dizê-lo. Chamei-lhe revolução em retracção:

Florinhas em bicos de pés, espreitam a sala vazia.

Na mesa, a caixa de rapé,

No sofá, a almofada de fantasia.

Lareira apagada, casa desabitada,

Donos em debandada,

Crise instalada.

O 25 de Abril dos cravos,

Cantado anos atrás,

Parece ter-se evaporado,

E o sorriso emudecido,

O olhar entristecido vagueia ao acaso

Indiferente ao tempo fugaz.

Revolução, evolução,

Do princípio do desenvolvimento,

A expulsão de sítios de natural sentimento

Devolução de silenciados,

Genes da mente,

Quem contraditar, mente.

Foi apenas um intróito e agora, antes do dia e vou tentar ser breve para não ultrapassar o tempo.

Têm-se tomado decisões que têm a ver com questões educativas.

Tem-se assistido a tomadas de decisões antigas, de má memória e feitas sempre (no meu entender), ad hoc, como se se fosse tecendo uma manta de retalhos, nomeadamente no que respeita aos vários sectores. Primeiramente não foi o básico, começou no secundário e depois básico e secundário, superior, escolas profissionais, foi-se fazendo conforme as decisões da tutela e o poder local, conforme a logística que havia disponível no município, alguns edifícios devolutos, outros ainda não lotados, enfim, por diversas razões foram tomadas decisões que não seriam tanto adoc, mas que resultavam adoc.

Hoje não vou fazer um historial do que já foi debatido aqui diversas vezes e nunca foi discutido nada de concreto.

Neste momento assistimos à decisão (suponho eu que já será definitiva) sobre a junção de todas as escolas do concelho e do chamado mega agrupamento.

Não sei se será a última vez que falamos aqui de reordenamento da rede escolar, porque eu não pertenço a nenhum órgão a não ser a este, onde possa colher informação precisa e como membro da assembleia, gostaria de saber o ponto da situação. O que já está decidido, que cenários se prevêem, não é questão de curiosidade e aquelas tricas que se começam a ouvir, mas é porque a educação é a formação e o desenvolvimento do capital humano e permitam-me que termine cumprimentando especialmente estes jovens do secundário que estão aqui presentes.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, alunos da secundária, comunicação social, público em geral, muito bom dia.

Na reunião da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro fui interrompido várias vezes e como tal não consegui fazer a minha intervenção na íntegra.

Hoje vou fazer o segundo capítulo pois como eleito local durante vários anos sucessivos nunca deixei as coisas como inacabadas.

Se na primeira parte me referi ao Sr. Presidente anterior, agora vou referir-me ao Sr. Presidente actual e futuro, por mais alguns mandatos.

Quando chega a altura de um companheiro nosso ocupar ou substituir outro companheiro num determinado lugar, nós já sabemos há muito tempo do que ele é capaz. É uma sucessão natural.

Para nós, o Eng.º António Branco, não é um desconhecido, não é um homem de sorte, mas sim um homem competente, capaz, preparado para exercer o cargo que agora ocupa.

Mas tudo isto é fruto de muito esforço e trabalho, ao longo de vários anos, não só no partido, bem como nas suas funções autárquicas que exerceu durante estes anos.

Ele sabe perfeitamente e tem humildade suficiente para o admitir, que o seu sucesso também depende da ajuda e apoio sem limite dos seus Vereadores, dos Srs. Presidentes da Junta e dos eleitos do PSD na Assembleia Municipal.

Da nossa parte, como já referi anteriormente, nós responderemos «presente».

Não vale a pena tentarem a nossa divisão. Quanto mais a provocarem mais nós estaremos unidos em volta do Executivo e do PSD.

Prepare-se Sr. Presidente para ser agora o alvo a atingir. Eles não desarmam. Compete-nos a nós estarmos unidos, vigilantes e sempre prontos a responder à chamada. Estas são as opiniões do Grupo Parlamentar do PSD.

Coesos e unidos, continuaremos a fazer um bom trabalho em favor do desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Executivo Camarário, Srs. Deputados, alunos da Escola Secundária aqui presentes, a quem saúdo de uma forma especial, porque a política é a actividade mais nobre que pode haver, desde que seja exercida como missão, público em geral, cidadãos de Mirandela.

Vou começar exactamente como o orador que me antecedeu.

Na última reunião, eu fiz uma intervenção, em que levantava as questões sobre o início de actividade do actual Presidente da Câmara, que começava mal.

Começava com ataques à oposição e ataques pessoais ao currículo da Vereadora, Dr.ª Júlia Rodrigues.

E na altura, como se devem recordar, também disse que a menos que os Vereadores do PSD fizessem prova dum currículo brilhante, eu não retirava nenhuma das palavras que tinha dito na Assembleia. Não me chegou nenhum currículo, não tinha que me chegar a mim, mas a toda a Assembleia, quero dizer claramente, não retiro nenhuma das palavras que então disse.

Quero também dizer que este Executivo caminha mal, continua a caminhar mal, continua a insistir, não só em denegrir a oposição, como com preocupante falta de cultura democrática.

Estávamos habituados e isso faz parte da boa norma, que as reuniões do Executivo Camarário tivessem um dia e hora certa.

Ficamos a saber que o dia e a hora das reuniões camarárias são em função da agenda do actual Presidente.

Nunca o Presidente anterior assim fez e interrogado sobre isso, a resposta que dá, é que, eu trato da minha agenda, não querem fazer a minha agenda. Eu não sei se se trata de falta de confiança no resto da vereação... não sei que medos passam pelo actual Executivo.

Mas quero-lhe lembrar que aquilo que estou a dizer, tem a ver, e trouxe-a, com a lei n.º 169/99. A coisa pública não é uma quinta que cada um faz como quer, às horas que quer, em função das vontades ou dos interesses.

E quero-lhe dizer que o artigo 62º, no seu ponto n.º 3, diz: *“quaisquer alterações ao dia e hora marcados para as reuniões, devem ser comunicados a todos os membros do órgão, com três dias de antecedência, por carta, com aviso de recepção, ou através de protocolo.”*

Se vivemos num país onde as leis já não contam nada, ou num concelho onde as leis não contam nada, que cada um faz em função do seu interesse ou das desconfianças que tem no órgão executivo, eu digo, para onde é que

caminhamos, isto não é propriamente a quinta de cada um, ou a quinta do Executivo. Isto é a coisa pública, ou se quiserem a coisa municipal, que obriga que no mínimo respeitemos legislação.

Também neste entre tempo veio a público por força da inauguração o assunto da clínica de hemodiálise que também por aqui as coisas vão muito mal, trata-se de coisa pública e para que não haja dúvida nenhuma eu trouxe comigo o documento que foi presente à Assembleia Municipal em 2007: *“Certidão da Acta da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de Junho de 2007.”*

Não a vou ler toda porque não teria tempo mas vou ler uma parte que sintetiza e que foi posta a todos os deputados municipais.

Convém ainda realçar que o valor da venda do terreno que era para ser para habitação social, que se indemnizou a Somague e que depois foi disponibilizado para a Hemodiálise, diz assim:

“Convém ainda realçar que o valor da venda vai ser acrescido de um enriquecimento do património municipal, no valor de 360 mil euros, correspondente a um protocolo a efectuar com a Tecsam, em que esta empresa se compromete a construir 12 unidades modelares de habitação, bangalows, sete em 2008, repito, sete em 2008, preciso e 5 em 2009, cedendo-as para património municipal, que serão instalados no terreno municipal de Chelas ou mesmo no Parque de Campismo.

Apesar do valor financeiro directo da venda do terreno se situar em 39.378,50€, deverá ser somado este valor, o correspondente a estas contrapartidas, o que representa um total de 39.378,50€.”

Isto é uma certidão da acta da Câmara, votada maioritariamente, - o CDS/PP, não votou – no Executivo da Câmara municipal sobre a qual a Assembleia Municipal deu a sua aprovação.

Obviamente que já me estão a dizer, mas é contra a hemodiálise? Não, longe de mim. Aqui na primeira fila estão certamente já a pensar mas há 308 municípios que estariam disponíveis para receber a clínica de hemodiálise.

Eu disse-o aqui na altura e votei favoravelmente pela clínica de hemodiálise mas sou porque se respeitem os contratos. Se qualquer um de vocês fizer obras na vossa casa, pedir uma licença à Câmara, o que é que acontece se terminar o prazo? Naturalmente e muito bem, a fiscalização da Câmara vai dizer – olhe, desculpe, ultrapassou o prazo, prorrogue a licença.

O que é que aconteceu neste caso? Nada. Ao menos deveria ter havido uma carta do promotor, a dizer - olhe as condições não estavam reunidas, isto não correu como eu pensava, vamos tentar prorrogar o prazo. O que aconteceu? Nada de nada. A Câmara, não fiscaliza. Sabem quem assinava esta informação? O Vice-Presidente, na altura, António Almor Branco.

Eu pergunto, será que os outros promotores que existem neste concelho soubessem que só tinham que pagar 10% pelo terreno e 90% pagá-lo-iam quando quisessem e se quisessem e em que condições quisessem, será que não seriam criados muitos mais postos de trabalho? Tem que haver equidade e isto não é a quinta de ninguém, é coisa pública e coisa municipal. Tem que haver regras e as regras têm que ser cumpridas. Isto quer dizer que afinal estuda-se pouco e mal, trabalha-se menos e faz-se de conta.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Sr. deputado Jorge Pereira.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia e Srs. Secretários, cumprimento também a turma da Escola Secundária e Exm.^a Assembleia Municipal.

No bairro onde resido em Mirandela, há uma série de ruas com nomes de personalidades ligadas às artes e cultura nas suas mais diversas formas, bem como ao desporto, o que eu sinceramente entendo oportuno, até porque, é também uma forma de divulgarmos e recordarmos os valores e referências nos diversos domínios da nossa vida colectiva.

Só que, o nome dessas personalidades, de uma forma geral, é precedido da referência “Escritor”. É evidente que quem escreve é um escritor, contudo, personalidades cujos nomes figuram nessas placas toponímicas, em minha opinião, estão muito para além de conceito tradicional de “Escritor”

Vejamos apenas alguns casos:

Luís de Camões – Escritor

Numa pesquisa muito rápida, diz assim: “Célebre Poeta de Portugal, uma das maiores figuras da literatura em língua portuguesa e um dos grandes Poetas do Ocidente.

Um renovador da língua Portuguesa que influenciou gerações de poetas em vários Países.

Um dos mais fortes símbolos da identidade da sua Pátria, referência para toda a comunidade lusófona.

Camilo Castelo Branco – Escritor

Escritor Português, Romancista, Cronista, Critico, Dramaturgo, Historiador, Poeta e Tradutor.

Foi um dos Escritores mais marcantes da Literatura Portuguesa contemporânea.

Fernando Pessoa – Escritor

Poeta e Escritor Português, considerado um dos maiores poetas da língua Portuguesa e da literatura universal, muitas vezes comparado com Luís de Camões.

A sua obra foi considerada “Legado da Língua Portuguesa ao Mundo.”

Abade de Baçal – Padre

Não me parece que seja conhecido, pelo facto de ter sido Pároco, Sacerdote, Pai Espiritual.

Francisco Manuel Alves, foi Arqueólogo, Historiador, Genealogista Português, Autodidacta, Erudito.

A sua obra de referência são as “Memórias Arqueológicas e Históricas do distrito de Bragança”, foi Director e Conservador do Museu que em Bragança e em sua memória, recebeu o seu nome “Museu Abade de Baçal.”

Distinguido também pelo seu trabalho de investigação Histórica do distrito de Bragança.

Senhor Presidente da Câmara, estas, entre outras, são situações que é urgente reparar, sob pena do Município de Mirandela, estar a dar um contributo muito fraco à nossa identidade cultural, bem como à nossa memória colectiva.

Existe outra situação que em matéria de toponímia há muito tempo me chama a atenção e não a tinha ainda aqui colocado por entender que fosse qual fosse o motivo, poderia causar eventual mal entendido.

Contudo, porque antecostumamos comemorarmos o trigésimo oitavo aniversário do 25 de Abril de 1974 e em paralelo assistimos a apresentação pública do livro "O Alfaiate de Mirandela", acontecimento que muito apreciei, pareceu-me oportuno referir o assunto, nesta reunião da Assembleia Municipal.

Tal como documenta uma das fotografias do livro, página 11, no bairro "Urbimira" à rua 454, situação que me apraz registar, foi atribuído o nome "Joaquim Natal Figueiredo", seguido da referência, "Político".

É evidente, que dada a condição de ser pensante, intervindo e participando na vida em sociedade, como alguém disse "O Homem é um animal Político."

Se participamos nesta Assembleia, órgão político, somos políticos, contudo, num conceito mais objectivo, eu entendo que político, é aquele que exerce funções políticas e que delas resulta a sua subsistência bem como a de sua família. Neste aspecto, Joaquim Natal como era sobejamente conhecido, nem ele nem a sua família viviam da política.

Joaquim Natal era um Homem interventivo, um Militante de causas, era um Cidadão na verdadeira acepção da palavra.

Seu filho António Figueiredo, membro desta Assembleia, aqui presente, diz assim na página 8 e 9 do livro:

"Homem íntegro e lutador não se cansava de afirmar que para termos uma verdadeira democracia, temos de ser dignos, temos de deitar fora a ganância e a mentira, porque senão a democracia fica falida e moribunda. Chamem-lhe o que quiserem, pois pode ser tudo, menos democracia"

Por tudo isto, mas também pela forma como as nossas elites dirigentes nos mais diversos órgãos do poder; seja no Governo Central, na Administração Regional ou Local, conduziram o País à situação dramática que hoje vivemos, acredito sinceramente, Joaquim Natal, não gostaria muito de se ver rotulado de "Político", tal como consta na placa da rua com o seu nome.

Até porque, e servindo-me do título do livro, estou em querer, que substituir "Político" por "Alfaiate", contrariamente aquilo que se possa pensar, acrescenta e valoriza a sua condição de Cidadão, ou então, referenciar a sua condição de Militante pela causa da liberdade e da Democracia.

Deixo aqui a sugestão.

Com esta referência à figura do Mirandense que foi Joaquim Natal, quero também, prestar homenagem a todos quantos em Mirandela que foram em número significativo, se bateram em tempos tão difíceis, pela causa da Liberdade e da Democracia aqui em Mirandela, durante a vigência da ditadura do "Estado Novo" que amordaçou Portugal durante quase 50 anos, bem como assinalar a passagem do trigésimo oitavo aniversário da revolução do 25/Abril de 1974.

Sobre a prevista reforma da Administração Local, gostaria de saber quais as iniciativas tomadas pelo Grupo Municipal constituído para o efeito, o qual tinha como missão promover o debate em torno desta questão e não limitar-se a ouvir as Juntas de Freguesia.

É que depois de tanta publicidade não se prevê grande reforma, é caso para dizer "afinal a montanha pariu um rato." Mais uma vez a força de pressão das organizações de classe, consegue vergar a perspectiva reformista do Governo, se é que algum dia existiu.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de pedirmos um tempo adicional, porque há mais inscrições e o Regimento prevê autorização dos Srs. deputados para mais 30 minutos, gostava de acrescentar que neste contexto das preocupações do Sr. deputado Jorge Pereira, também tenho recebido algumas informações formais sobre o Parque da Cocheira, que me parece que é uma designação que estará a entrar no uso mas que não será a designação habitual.

De facto esta preocupação pelo uso objectivo e rigoroso, parece-me preocupante.

Já tínhamos falado sobre a rua Luís de Camões, onde consta escritor e Camões foi sobretudo um poeta.

Srs. deputados, então vamos pedir mais 30 minutos, segundo prevê o Regimento para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Resultado da votação:

Contra, 28

A favor, 33

Está autorizado. Vamos continuar.

Fazendo a ponte com a última intervenção do Jorge Pereira, permitam-me informar este plenário de que a Comissão de Acompanhamento da Reforma da Administração Local, já o tinha dito, completou a primeira fase do seu trabalho e que tinha a ver com a audição das 37 freguesias do concelho de Mirandela.

Segue-se uma segunda fase, nós vamos reunir na próxima semana, vamos elaborar um documento síntese dos contactos que nós efectuámos com as 37 freguesias do concelho. Daí há-de com certeza resultar um documento que será dado a conhecer aos Srs. deputados municipais.

Na sequência da intervenção do Pedro Fonseca, queria também aqui lembrar que recentemente foi aprovada na especialidade a proposta de lei n.º 44/2012 e que falta apenas publicá-la no Diário da República.

Após a publicação no Diário da República e a sua entrada em vigor, esta Assembleia dispõe de 90 dias para se pronunciar, querendo, não é obrigatório. No entanto, na minha opinião, penso que será de todo conveniente que na sessão ordinária de Junho esta Assembleia se pronuncie sobre a Reforma da Administração Local.

Relativamente ao Documento Verde e à proposta de lei aprovada na generalidade, existem algumas alterações. Se lerem a proposta, verificam facilmente que houve algumas alterações, relativamente aos dois últimos documentos sobre a reforma.

Eu já enviei, na qualidade de Secretário desta Mesa, o texto por e-mail, a quem dispõe de e-mail e a quem não dispõe, conselho que podem ir à página da Anafre, ou da Associação Nacional de Municípios Portugueses e até mesmo ao portal do Município de Mirandela, onde consta este texto final indiciário, que vai ser publicado em Diário da República e provavelmente promulgado pelo Sr. Presidente da República.

Quería dizer também que esta votação na especialidade teve os votos favoráveis do PSD e do CDS/PP e os votos contra do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda.

Teremos mais oportunidades para falar nesta reforma. Os dados estão lançados, vamos ver como é que as freguesias reagem. Nós sabemos já de algumas manifestações, de há seis meses a esta parte, relativamente à recusa de imensas freguesias quanto a este modelo proposto pelo Governo. Mas o discurso e o debate não estão encerrados e nós na altura certa cá estaremos para discutir o que é que nós pensamos relativamente ao nosso concelho.

Presidente da Assembleia Municipal:

Digo aos Srs. deputados que o Sr. deputado Luís Sousa quando lhe perguntei se queria usar da palavra conforme anunciou neste segundo período de antes da ordem do dia, referiu que não usa da palavra, mas que irá interpelar a Mesa.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta, alunos da Escola Secundária de Mirandela, meus Senhores, minhas Senhoras e comunicação social presente.

Aqui há dias fiquei um bocado estupefacto, quando ouvi a notícia e como vocês também sabem, que Sua Excelência, o Sr. Presidente da República de então, Dr. Mário Soares, que este ano não ia à sessão solene comemorativa da Revolução dos Cravos, no Parlamento, em solidariedade com a decisão da Associação 25 de Abril.

Disse ele: *“Vou fazer isto, ser solidário e não ir também às comemorações, a que fui sempre”*. Disse Mário Soares aos jornalistas em Ferreira do Alentejo.

Explicou que decidiu não ir à sessão, depois de hoje ter tomado conhecimento da decisão da Associação 25 de Abril não participar na cerimónia.

Entendeu ele, com uma certa demagogia que não ia estar presente, o que tinha feito ao longo dos vários anos, desde o 25 de Abril.

Tudo bem, ele tem toda a razão em não ir à sessão na Assembleia da República, mas isto devia ele ter feito também ao longo dos seis anos antecedentes. Aí a carapuça já não lhe servia e o país também já estava em colapso financeiro e económico, mas estava tudo bem.

Srs. deputados municipais, para mim tudo isto é hipocrisia. Falo aqui desta tribuna, com lealdade, é hipocrisia. A política, é a política da mentira.

Eu também estou solidário com os heróis do 25 de Abril há 38 anos atrás.

O Sr. Soares já não se lembra daquilo que vendeu a qualquer preço, tem memória fraca e curta. Deveria era refrescar-se num spa e relaxar.

O 25 de Abril, será sempre o 25 de Abril, Srs. deputados. É por isso que hoje aqui estamos, reunidos nesta Assembleia, para podermos discutir os problemas deste concelho.

Portanto o 25 de Abril está vivo. Mas quando o povo decide mudar os seus protagonistas, (era do que o Dr. Soares e Alegre se deviam recordar) como dizia o cantor, o «povo é quem mais ordena». Numa eleição livre e democrática, na minha modesta opinião, o espírito de Abril acontece em todo o país.

Quem se julga este Senhor? Já esqueceu que o povo português teve que pagar um tal imposto profissional, mas com efeitos retroactivos?

Quem se julga este Sr. Ex-Presidente da República, que diz que temos um Primeiro-Ministro péssimo e uma governação péssima. Que olhe para o umbigo dele. Que não me venha cá dizer que é mais do que o actual Primeiro-Ministro, que não esteve exilado, que não passou pelas cadeias da ex-polícia política, etc., etc.

Houve muito político anónimo que passou por essas cadeias. Político não é aquele que vive da política, é aquele que ajuda as pessoas, é o que enfrenta a realidade, olhos nos olhos.

Este Senhor já se esqueceu que a causa maior dos nossos males foram os seis anos da rapina e desperdício dum governo. Aqui já todos se esqueceram.

Eu vejo os meus amigos e principalmente a minha amiga a deputada Alzira, a vir para aqui a falar em Natália Correia. Isto é tudo retórica que não nos leva a nada.

Aqui desta tribuna, já disse isso várias vezes, metam isso num saco e atirem-no ao lixo...façam coisas, façam coisas. Vêm para aqui simplesmente a comentar situações que não nos levam a lado nenhum.

Eu tive um exemplo que foi aqui há dias comemorado, que me ensinou o que era a luta política. A luta política tem que se enfrentar, doa a quem doer e não é isso que se faz, vindo para aqui em termos de retórica.

Nunca Soares se manifestou contra este festim que deixou o país teso, com dívidas até 2040, que as gerações vindouras irão pagar.

Vi agora pôr em dúvida a legitimidade institucional, com argumentos falsos, tipo que acima referi, espírito de Abril, que só apouca e diminui.

Não é o Soares de Abril, não é o Soares que diz o que é o espírito de Abril, é o povo que vota, é o povo que elege, senão não vivemos em democracia.

O espírito de Abril é a liberdade de elegermos quem muito bem nos apetece.

O espírito de Abril existe e sempre existirá. A prova disso foi o que aconteceu no dia 25 de Abril, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mirandela, e que muito agradeço à Câmara e em particular ao Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Baltazar, um esclarecimento em relação à dúvida que aqui foi criada.

O artigo 23º, a regra do uso da palavra no período de antes da ordem do dia, não prevê que haja qualquer impedimento, ou uma segunda oportunidade para usar da palavra.

Prevê sim e a interpretação ainda mesmo assim é dúvida, no art. 24º, no de antes da ordem do dia.

Portanto, segundo o entendimento da Mesa, a palavra ao Sr. deputado, dentro do tempo que está previamente estabelecido.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Executivo, minhas Senhoras e meus Senhores, Srs. Deputados.

Para terminar a minha intervenção que tinha três pontos, tive tempo para falar de dois pontos e faltava o último ponto.

E o último ponto também tem uma referência à última Assembleia, porque o actual Presidente da Câmara disse que gostava mais de me ouvir falar de questões estratégicas e que ele até sabia que isso é que me dava prazer e não das questões que eu tinha tratado.

Eu entendi por bem fazer-lhe um refresh de algumas questões que nos últimos seis anos eu lhe levantei aqui e que por esquecimento, por distração ou por estudar pouco e mal e não fazer o trabalho de casa, eventualmente passaram.

A primeira delas e creio que é emblemática, se bem se recordam, eu coloquei aqui a possibilidade de o Palácio dos Távoras ser a âncora do turismo e coloquei-o nesta perspectiva. Mirandela, do ponto de vista histórico, não tem muitas coisas, quer sejam edifícios, ou seja o que for, que possam alavancar o turismo histórico.

O Palácio dos Távoras, eu penso que poderia e deveria alavancar esse turismo, reportando a uma altura da história portuguesa e em que era possível desenvolver produtos em torno disso.

Se bem se recordam, disse, façam um edifício inteligente para instalar os serviços da Câmara, devolva-se o Palácio dos Távoras à memória dos Távoras e a esse período da história portuguesa, incentivando a que as pessoas desenvolvam produtos dessa área.

O Palácio dos Távoras ficaria como a sala de recepção e a sala dos actos nobres que se passassem em Mirandela e isso era mais uma componente da economia. A história e a cultura é hoje por hoje importante na economia. Alguns devem-se recordar que eu falei disto e ou fizeram mal o trabalho ou não quiseram saber, porque o que é que nós temos hoje e qual o caminho que foi dado? O caminho que foi dado, foi entrincheirarem-se, blindarem-se dentro do Palácio dos Távoras com uma coisa que se chama GACIP (gabinete de propaganda) e esqueceram a possibilidade de fazer disto uma alavanca económica.

Também e se estão recordados eu chamei aqui a atenção para o erro estratégico que Mirandela estava a cometer, que era não ter em atenção a ligação do nó oeste à Trindade e agora vamos ver o que vai acontecer depois da abertura do IC5. Eu espero que isto não traga francos prejuízos a Mirandela. Isto é estratégico, foi dito aqui e proposto por mim, mas foi deitado para o lixo.

Também, uma outra ideia que foi aqui posta por mim é que se deve dar oportunidade às novas gerações e aqueles que nos sucederão amanhã vêm Mirandela de outra maneira que nós não vemos.

Eu disse que era importante pensar em Mirandela em 2020 e fazer um concurso de ideias junto dos jovens de Mirandela e talvez ficassemos surpreendidos com as ideias que eles têm e isso poderia ser uma boa forma de nós projectarmos para 2020.

Recorda-me bem, que alguém da Assembleia disse...bom em 2020 já cá não estamos e eu fiquei perplexo com isto e leva-me a dizer que trabalham pouco sobre as ideias ou então não concordam e querem andar a fazer de conta.

Esta era a última parte da minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. deputado Pedro Fonseca, para uma segunda oportunidade.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez bom dia a todos.

Queria fazer uma pergunta ao deputado Nuno Sousa, que fez uma intervenção e disse que se pode viver no Nordeste Transmontano, que temos todas as condições.

Queria perguntar onde está a maternidade de Mirandela, onde é que estão as fábricas, onde está o investimento para dar emprego às pessoas, onde estão os meios de comunicação que trazem o progresso, como os caminhos-de-ferro. Como é possível afirmar que as pessoas não vêm para o interior porque não querem. Os números revelam o contrário, maior emigração, maior êxodo para o litoral, maior desemprego.

O deputado Luís Sousa não deve viver no mesmo país que o resto dos mortais.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Penso que agora é o deputado Luís Sousa, por favor, para interpelar a Mesa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Sim, eu vou interpelar a Mesa, não vou responder ao que me foi solicitado, eu já tinha dito que não faria intervenção neste período.

Vou interpelar a Mesa por duas razões:

Primeiro para dizer que não houve má fé em ultrapassar o tempo que me estava locado. É restrito, mas compete ao Presidente dirigir os trabalhos de acordo com o Regimento que está aprovado.

Também há aqui uma questão de logística que não facilita, há uma leitura difícil dos documentos, quando estamos naquela posição, porque cria uma sombra e torna-se difícil e também não temos aqui a presença de um relógio na sala

que nos permita alguma orientação enquanto vamos fazendo a intervenção. A intervenção estava preparada para dez minutos e peço desculpa se houve da minha parte um excesso.

De qualquer maneira eu gostava de aqui clarificar aquilo que eu disse.

Acho que há aqui uma posição demasiado restritiva por um lado e facilitista noutras matérias bem mais graves, por outro.

Enfim, eu preparei uma intervenção ontem, com alguma dificuldade, isto são questões privadas que não gostaria de trazer aqui, mas que dão um enquadramento do porquê me ter estendido um pouco mais. Eu vim de viagem ontem às duas da manhã de Geórgia. Cheguei a Lisboa à uma e meia da tarde e meti-me à estrada para fazer cinco horas de carro a conduzir e estou aqui hoje para poder intervir na nossa Assembleia, porque considero que esta é uma das Assembleias mais importantes, porque se trata da discussão da gestão da Câmara.

Independentemente deste enquadramento, eu gostaria de qualificar aqui dois ou três pontos relativamente ao Regimento, que eu tenho uma interpretação e provavelmente os Senhores, terão outra.

O Regimento da Assembleia Municipal para 2009/2013, que consta do portal da Câmara, o que diz na Secção V – Do Uso da Palavra, Art. 23 Regras do Uso da Palavra Antes da Ordem do Dia, indica no seu n.º 1. “O uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, tem a duração máxima inicial de 60 minutos, sendo esse tempo dividido pelo número de deputados inscritos, não podendo exceder 10 minutos o tempo de intervenção de cada deputado. No n.º 2, diz, após utilização do período referido no n.º 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenção de 30 minutos, que será proporcionalmente distribuído”. Só este segundo período é que é proporcionalmente distribuído. O art.º 23º do Uso da Palavra de Antes da Ordem do Dia, não refere uma única intervenção, refere já, sim, o art. 24º da Ordem do Dia. E no Período da Ordem do Dia, só há uma intervenção para todos os assuntos, excepto quando se tratam aqueles assuntos de maior porte, que são as Grandes Opções do Plano, PPI e Orçamento, Relatório de Gestão e Contas, Revisão do Regimento da Assembleia Municipal e que os Srs. deputados podem fazer duas intervenções, uma de dez e outra de cinco, ou optar por uma acumulação e fazer uma única de quinze.

Volto a referir, trazia uma apresentação para dez minutos, o Sr. Presidente interrompeu-me a oito e excedi-me um pouco mais do que peço desculpa. Mas também houve uma distribuição de tempo que não me parece conforme ao Regulamento.

Noutras matérias mais graves, por exemplo no que diz respeito a assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações desta casa...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, vou interrompê-lo para lhe dizer que para uma interpelação o Regimento prevê três minutos. V. Ex.ª está a usar a palavra há muito mais.

Pode continuar para a Mesa poder responder.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Termino então.

É que foi aqui aprovada uma deliberação e o Sr. não teve o cuidado da colocação na ordem de trabalhos, que era contrária aos pressupostos da Lei das Finanças Locais, contrária às leis da República e foi aqui aprovada.

Mais, houve uma deliberação desta Assembleia, do Regulamento de Apoios para Equipamentos e Práticas Desportivas e em violação a essa deliberação foi aprovado um subsídio extraordinário pelo Executivo ao CTM.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputados, o nosso Regimento prevê o tempo máximo de três minutos para uma interpelação. Começamos porque o Sr. deputado não respeitou esse tempo.

Devo dizer-lhe em nome desta mesa que apreciei muito a sinceridade com que usou da palavra mas não pode classificar a mesa, nomeadamente o Sr. Presidente, de uma actuação injusta.

A mesa não tem o privilégio sobre o tempo dos Srs. deputados. O tempo está referido no nosso Regimento e está aqui clarificado.

Do que V. Ex.ª disse, pode haver entendimentos diferentes, mas o entendimento tem que ser a soma dos votos da maioria e o Regimento foi aprovado.

Devo dizer-lhe que quando diz que o tempo máximo é dez minutos, não é assim.

O art. 23º prevê muito bem, garante aos Srs. deputados o tempo mínimo de três, mas como sempre dissemos e é assim que temos funcionado, temos uma primeira hora, inscrevem-se xis Srs. deputados e dividimos os 60 minutos. E temos funcionado bem assim, alertando sempre esta Assembleia, para que não sendo privilégio, há pelo menos a possibilidade de cada um Sr. deputado poder ceder tempos, como é feito universalmente em cada Assembleia.

Desculpe Sr. deputado, agora é a Mesa que responde à interpelação longa que apresentou, assim é que vamos funcionar, com serenidade, com transparência e com objectividade. São critérios fundamentais.

Deixe-me dizer-lhe também o seguinte: quando refere aqui que esta Assembleia aprovou, aprovou de facto e pode cometer erros, para isso é que há leis, há juristas e há interpretações.

Agora, Srs. deputados, o Presidente da Mesa teve o cuidado, quando o Sr. deputado Luís Sousa fez questão de comentar e de não aceitar essa aprovação sobre a compra de equipamentos, eu mandei pedir aos serviços jurídicos um parecer que mandei distribuir.

Fora disso não temos outros meios ou equipamentos para poder funcionar.

Temos que, não obstante o nosso entendimento ser contrário e as nossas próprias contrariedades, de aceitar aquilo que dizem os problemas jurídicos.

Quer perguntar mais alguma coisa Sr. deputado?

Use da palavra, para os Srs. deputados terem a oportunidade de ouvir e poder também comentar.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Só uma precisão, o Sr. pediu de facto um parecer, já depois disto ter sido aprovado. Onde é que está a garantia da legalidade? E foi relativamente ao pedido de empréstimo, não foi da questão de equipamentos. Sobre a questão de equipamentos, eu coloquei aqui a pergunta, o então Sr. Presidente da Câmara disse que respondia por escrito, o Sr. aceitou essa resposta como válida dentro do Regimento desta Assembleia, que ele poderia responder por escrito e ficou registado em acta que responderia, até hoje.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. deputados, eu peço desculpa desta interrupção, julgo que estes breves minutos são pedagógicos para todos nós.

Procuraremos sempre resolver da melhor maneira e em face e com base no Regimento que aprovámos. E maiorias são maiorias, é para isso que funciona a democracia.

Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra para algum comentário, sobre este longo Período de Antes da Ordem do Dia?

Presidente da Câmara Municipal.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Apenas alguns comentários e algumas respostas para que fique claro qual é a posição, quer do Presidente da Câmara, quer da Câmara Municipal.

Dizer que este longo Período de Antes da Ordem do Dia foi pautado por intervenções interessantes. Talvez seja a presença dos jovens que nos inspira para termos posturas diferentes e motivadoras.

Sinceramente, vou responder ao que diz respeito à Câmara. No entanto, não posso deixar de me associar a uma ideia que aqui foi dada de que nós não somos uma região de coitadinhos e que somos uma região que tem que reclamar. Isso é importante em vários aspectos mas também é importante na atitude de quem aqui vem e principalmente naqueles que gostam de ser ou dizer que são intelectualmente honestos porque, quando colocam as questões, gostam que lhes sejam respondidas mas também gostamos que sejam justos na abordagem que fazem.

À deputada Odete Ferreira, devo dizer-lhe que não podemos confundir reordenamento da rede com o processo que está em curso porque que são duas coisas diferentes.

A Câmara Municipal participa nos Conselhos Gerais das três escolas da região. Está em curso um processo de agrupamento das escolas do nosso concelho - que são três - e na nossa opinião não é um processo de reordenamento da rede. Defendemos que o processo de agrupamento devia estar associado a um processo de reordenamento da rede.

Não é o que está a ocorrer (eu dou esta informação na qualidade de membro do Conselho Geral, representando a Câmara Municipal, eu, a Vereadora Gentil e o José Maçaira) e foi nestes Conselhos Gerais que nos foi comunicado este processo que está em curso.

A nossa opinião é que este é um processo devia incluir - como disse muito bem - o reordenamento da rede e não devia ser apenas um processo administrativo.

Neste momento é a posição que manifestamos porque consideramos que a gestão é uma questão diferente do reordenamento da rede.

Agradeço ao Professor Dinis porque ele sabe tão bem como eu que foi aqui que eu comecei a minha carreira política. Foi nesta Assembleia que iniciei a minha carreira política e aqui tive a oportunidade de conhecer bastantes tribunos, uns que ainda hoje estão cá, outros que já saíram. Tribunos que se pautavam pelo respeito e principalmente pela defesa dos seus ideais e não pelo ataque pessoal contínuo a pessoas. Era uma forma diferente de estar de estar na política e isso leva-me à intervenção do Eng.º Baltazar que me deixa confuso com algumas intervenções que aqui são feitas.

Na anterior sessão foi a questão do e-mail do Presidente da Câmara e a sua criação do e-mail como se isso fosse muito importante para o nosso concelho.

Nesta reunião, vem a questão das reuniões de Câmara que até foram alteradas de data a pedido da Sr.ª Vereadora do Partido Socialista.

Realmente, coincidiu nestes últimos dias alguma turbulência específica por essas reuniões de Câmara mas eu não percebo em que é que a data da reunião de Câmara influi com o desenvolvimento do nosso concelho...talvez uns acordem de manhã mais despertem outros à tarde não tenham tanta disposição, enfim...coincidiu esse processo, mas é engraçado ser acusado de alterar as datas das reuniões...é que uma delas foi para não coincidir com a da Assembleia Municipal.

Seria esquisito não estarmos aqui e estarmos em reunião de Câmara. Mas também foi a pedido da Dr.ª Vereadora e por consenso dos Vereadores da altura que se mudou a data da reunião de Câmara. Mas o que é que isto tem de importante para a actividade municipal? Talvez seja uma forma de tentar vincar a sua opinião por este Presidente da Câmara.

Sr. Eng.º, conhecemo-nos há muitos anos, pode-mo dizer pessoalmente, pode-o dizer onde quiser, não é nesse sentido que nós vamos alterar a opinião que cada um tem dos outros.

No entanto, houve aqui uma questão que foi levantada e é importante que seja clarificada. Eu até agradeço a pergunta que é para poder dar a resposta que é a questão da Clínica de Hemodiálise.

Realmente, eu não entendo muito bem aqueles que andam sempre a dizer que devemos incentivar o investimento e dar apoio aos empresários e que devemos ser compreensivos perante eles e depois na primeira oportunidade em que nós temos um investimento realizado em Mirandela, gerador de postos de trabalho, que foi feito dentro de um quadro de incentivo à fixação, a primeira oportunidade que temos, é por assim dizer, «criticar».

E o que me deixa mais confuso (eu que não estudo e não vejo os dossiers) é por vezes não se lerem as actas.

Por exemplo, numa acta recente pode ler-se que uma comissão se deslocou à zona industrial para visitar investimentos, para verificar se estavam concluídos e para falar com os empresários para saber o ponto da situação dos seus investimentos porque lhes foram cedidos terrenos em benefícios fiscais a três euros e meio com o princípio de que o investimento seria de um determinado valor e o número de postos de trabalho seria também associado à candidatura que fizeram.

E o que nós fazemos é ir junto desses empresários e perguntar-lhes como é que está o seu investimento e se é para desistir e aconteceu num dos casos. O empresário disse pura e simplesmente que não ia continuar o seu investimento porque neste momento não tinha condições e que ia devolver este terreno à Câmara Municipal.

Os outros dizem que precisavam de mais seis meses porque os tempos estão difíceis. E nós temos que ter a compreensão de entender se os tempos estão difíceis. Temos que ser mais flexíveis porque esses empresários são empresários locais e que estão a fazer os seus investimentos.

Temos processos que ainda não foram iniciados e outros que estão em curso. Temos na zona industrial um grupo. E temos até situações de pessoas que tiveram que ser notificadas sucessivamente (para não dizer continuamente) para permitirem a outros empresários que pudessem aproveitar esses investimentos.

No caso específico da Clínica de Hemodiálise, o terreno foi efectivamente vendido no mesmo conceito. Aliás, tal como disse o Sr. deputado, fui eu, e tenho muito orgulho nisso, que negocie a fixação daquele equipamento em Mirandela que previa um investimento de quatro milhões de euros gerador de 20 postos de trabalho. Contudo, foram lá investidos oito milhões de Euros e criados quarenta novos postos de trabalho. É importante que se fixem os números!

Nos termos do regulamento da zona industrial, a Câmara Municipal pode com base nestes dados renegociar o acordo porque ultrapassou o investimento previsto e ultrapassou o número de postos de trabalho. Mas não foi isso que fizemos.

A única coisa que nós compreendemos é que quem investiu oito milhões de Euros numa unidade do interior e numa unidade de referência naturalmente não terá a disponibilidade financeira, a curto prazo, para cumprir as contrapartidas que foram negociadas.

Mas reparem bem que nós somos acusados de falta de visão e de falta de estratégia mas na altura em que foi feito este acordo foi decidido criar um conjunto de unidades bungalow para fomentar o turismo de saúde, que hoje em dia se fala muito em termos europeus. Associar uma unidade de referência do ponto de vista da saúde a um turismo da saúde é estratégia de qualidade.

Para lá disso, mais que não fosse, só essa iniciativa já seria na visão de alguns a possibilidade de vermos aqui algo que modifica o tecido empresarial e que modifica o tecido local.

Assim, eu vou reafirmar aquilo que já disse. As contrapartidas são para efectuar. O empresário é uma pessoa séria e vai cumprir, embora esteja a passar por uma fase difícil porque investimento está em curso e está a ser iniciado. Todos sabemos que a clínica iniciou a sua actividade há pouco menos de um mês.

A compreensão que nós manifestamos para este empresário é exactamente a mesma compreensão que temos manifestado ao longo dos anos para os outros empresários que têm feito os seus investimentos na zona industrial.

E acreditem, para alguns deles a paciência tem sido de «Jó» porque alguns empresários que muitas das vezes nem sequer querem investir e «prejudicam», repito, «prejudicam» de forma contínua os outros empresários.

Dizer-lhe que temos visões diferentes. Eu tenho fama de estudar pouco e trabalhar pouco, ser uma pessoa bastante relaxada no trabalho que faço e pouco comprometido com ele. Realmente, temos uma visão diferente porque eu não consigo compreender que quando se fomenta a instalação numa cidade do interior de um equipamento destas características, com este nível de investimento, que o único problema que esteja em causa seja não só as contrapartidas mas também a eventual avaliação ou não avaliação.

A Câmara acompanhou, como todos os investimentos que patrocina, este investimento de forma pormenorizada, acompanhou nomeadamente na tentativa de obter o licenciamento o mais célere possível para garantir que ele entrasse em funcionamento e iremos acompanhá-lo no futuro, promovendo este mesmo turismo de saúde que consideramos que é uma alavanca interessante para a nossa região e não entendo quais são os constrangimentos e que tudo serve para o pôr em causa.

Respondendo também já à segunda parte da intervenção, em relação ao Palácio dos Távoras sugiro-lhe a página da Internet da Câmara Municipal sobre a Zona de Desenvolvimento Económico e o Plano de Acção Tua Mirandela. Se ler o capítulo tem a resposta às questões que colocou. Basta isto.

Em relação ao nó Oeste da ligação à Trindade, dizer-lhe que «há verdades que são de la Palice». Afirmar que o Presidente da Câmara não tem interesse em fazer esta ligação é insultar a memória de todos que cá estiveram. Eu repito: de todos os Presidentes de Câmara que estiveram nesta Câmara Municipal.

Alguns até fizeram estudos e tiveram a iniciativa de tentar fazer a ligação do nó Oeste à Trindade. Foram feitos acordos e posso-lhe dizer que, por exemplo, a municipalização da estrada nacional 15 entre o nó Oeste da IP4 e Mirandela foi realizada no âmbito de um acordo de realização de uma variante a Mirandela para esta ligação. Infelizmente não foi cumprido.

Eu tenho pena é que tenham existido governos (não sei quais, talvez alguns que para aí andam) que se tenham esquecido destes pormenores que são importantes para o desenvolvimento e que tenham recusado sucessivamente realizar este tipo de investimentos.

Agora...querer ser o único herdeiro dessas iniciativas parece-me um bocadinho arrogante, mas é a minha opinião.

Quanto às novas gerações, eu concordo perfeitamente. São necessárias novas ideias. Mirandela é uma terra bastante activa socialmente. Mas também lhe digo, Sr. Eng.º, que tenho à vontade para falar aqui como nova geração. A idade que tenho e aqueles que nos rodeiam dá-me à vontade de falar como nova geração. Represento aqui uma nova geração. Criei os meus filhos em Mirandela, vivo em Mirandela, tenho toda a minha vida estabilizada em Mirandela e represento essa nova geração, não me considerando mais jovem do que o que sou nem mais velho do que sou.

Cresci nesta cidade, vivo nesta cidade, amo esta cidade e amo este concelho. São a minha forma de estar na vida e o meu sentimento. Nesse sentido, considero que não só eu mas um conjunto de pessoas representam esta geração que Mirandela precisa e todos temos contribuído da nossa forma, uns nuns foros, outros noutros numa perspectiva positiva para o futuro de Mirandela, cada um na sua actividade.

Assim, considero que é importante ouvir as novas gerações mas também é importante respeitar todas as gerações.

Terminava com um comentário apenas, ao Jorge Pereira, dizendo-lhe que o Regulamento de Toponímia foi aprovado e discutido nesta Assembleia Municipal.

Na altura tivemos um período de discussão pública sobre o Regulamento de Toponímia que permitiu que fossem sugeridas diversas entidades para serem colocadas nessa Toponímia. A verdade é que a Toponímia tem um objectivo de homenagear os que são representados mas também tem o objectivo concreto, do ponto de vista da informação toponímica e orientação.

O Arq. Henrique Pereira tem sido o responsável por este processo na Câmara Municipal e tem sido muito ele a liderar este processo. Existe um processo por cada topónimo que esteja registado. No entanto, tem acontecido que em alguns casos os municípios têm feito uma pequena brochura ou um site onde a informação sobre esses topónimos que estão colocados na rua pode ser mais alargada. Nesse sentido será sugestão porque na placa em si poderá haver algumas correcções pontuais e isso poderá ser discutível.

A ideia na altura em que isso aconteceu foi a de tentar generalizar, isto é, classificar por qualidade ou por profissão e não tanto por classificação individualizada. Reconheço que possa haver algumas alterações que possam ser realizadas em alguns locais e em algumas ruas.

Existe também esse problema que temos identificado da identificação pública do nome duma rua que não coincide muitas das vezes com a rua em si com o nome que ela tem de toponímica. Julgo que será uma sugestão interessante.

Estarei à vossa disposição para outros esclarecimentos que considerem necessários.

Muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Não obstante já ter sido lida a moção, só queria recordar.

Foi apresentada pelo deputado municipal da CDU, chama-se “Contra a Extinção de Freguesias, em Defesa do Poder Local Democrático.”

Para além do texto que aí está, duma forma geral manifesta a sua oposição à extinção de freguesias, recusa ser cúmplice da liquidação de freguesias, exorta a Anafre e a Associação Nacional de Municípios Portugueses a não pactuarem com esse processo, não indicando representantes para a chamada unidade técnica, reivindica do Sr. Presidente da República a não promulgação da legislação e apela a todos os autarcas, trabalhadores das autarquias, movimento associativo e à população, para o prosseguimento da luta e das diversas acções, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático.

Se alguém quiser fazer algum comentário ou alguma intervenção, penso que tem cabimento nesta fase do debate.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Srs. Presidentes, bom dia. Mesa, Vereação, Membros da Assembleia.

Mas em relação a este ponto, eu não veja a oportunidade da admissão desta proposta na medida em que temos que dar força à Anafre e a Anafre já se pronunciou sobre isto.

Temos lá representantes, todos estamos de acordo, não consigo entender.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Claro que a Assembleia tem que se manifestar sobre a adopção desta proposta.

Podemos votar, não sobre a moção, mas sobre a sua admissão.

Não tem sido muito regra, não temos utilizado muito essa figura regimental nesta Assembleia, mas fazemo-la desde já e avisava os Srs. deputados que a votação é sobre a admissão da proposta e não sobre a sua votação específica.

Vamos votar a admissão

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 8

Abstenções, 21

A favor, 34

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a admissão da moção apresentada pela CDU.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então à votação desta Moção:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 14

Abstenções, 16

A favor, 33

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a moção apresentada pela CDU.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então ao período da Ordem do Dia, apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Quem se inscreve?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Estão inscritos para o ponto, 4.1:

O Sr. deputado Jorge Pereira, a Sr.ª deputada Alzira, o Sr. deputado Baltazar, a Sr.ª deputada Odete e o Sr. deputado Faustino.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa recorda que no Período da Ordem do Dia, cada Sr. deputado tem 10 minutos numa única intervenção. Antes, peço ao Sr. Presidente...fez sinal que precisa usar a palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

A informação é descritiva sobre todas as actividades, pelo que em princípio responderei apenas às questões que me sejam colocadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos dar seguimento, segundo as normas habituais e regimentais.

Sr. deputado Jorge Pereira, para intervir no período da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Sr. Presidente Srs. deputados.

É notório o esforço em dar a conhecer a actividade Municipal, só que, a informação transmitida “é uma mão cheia de nada.”

Nada de concreto, objectivamente nada informa, limita-se a transmitir um conjunto de eventos e iniciativas, na maioria das quais o Município, praticamente em nada interveio ou nada acrescentou.

Em minha opinião, trata-se de uma informação sem qualquer utilidade prática.

Se, se trata de mostrar serviço, sinceramente, mais vale não perder tempo com a informação escrita do Presidente. Esta informação em concreto, é até contraditória em termos das datas das ocorrências. Vejam-se estes casos:

Feira da Alheira

“Decorreram ao longo dos 2 últimos fins-de-semana actividades cinegéticas integradas no programa da feira da alheira de Mirandela”

Acontece que a feira da alheira, teve lugar há já, mais de 2 fins-de-semana.

Feira à moda antiga

“Vai realizar-se, pelo 2º ano consecutivo no parque do Império em Mirandela, durante o próximo fim-de-semana, 10 e 11 de Março”

Ao que sabemos, 10 e 11 de Março já foi há mais de mês e meio.

Serrar a Belha em Vale Telhas.

“Decorreu no passado dia 24 de Março, o “Serrar da Belha” actividade organizada pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vale Telhas, na qual esteve presente a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª. Maria Gentil.”

Sinceramente, não faço ideia o que é que esta informação tenha de utilidade ou possa acrescentar, a não ser informar da presença da Senhora Vice-Presidente da Câmara. Se assim é, tenho que perguntar, se é algo tão relevante a presença da Senhora Vice-presidente para ser referenciado na informação escrita do Presidente?

Visita ao Centro Juvenil São João Bosco.

Festival do cabrito Transmontano.

Sinceramente, estas 2 informações sem mais, não entendo qual o alcance.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Exm.ª Vereação, Srs. Membros da Assembleia, Público presente.

Desejo apresentar as minhas felicitações pessoais ao Executivo, pela forma como organizou a recepção a Sua Excelência, Sr. Presidente da República, em 17 de Março findo.

A forma como foi recebido e a degustação com produtos regionais, foi uma maneira digna, no meu entender, de receber Sua Excelência, o Sr. Presidente da República.

Era visível a satisfação de Sua Excelência e o discurso que proferiu neste auditório, foi por mim considerado como um dos melhores que lhe ouvi, falando de improviso e demonstrando o conhecimento que tem de Mirandela e das suas gentes.

Foi pena que o público não o tenha saudado de forma significativa, o que poderá atribuir-se talvez à reduzida divulgação do evento.

Quanto à oportunidade da visita, não pretendo pronunciar-me já que penso que tal se deveu a uma mera estratégia de promoção pessoal interna no seio do PSD, a que como tal sou alheio.

Porém pensamos que a presença de Sua Excelência deveria ter sido aproveitada para uma manifestação de vontade no sentido de alguma discriminação mais positiva, o que não aconteceu.

Da insuficiência de estruturas de saúde, às consequências das futuras portagens na nova A4 e às dificuldades resultantes da ausência de incentivos ao emprego e fixação de populações, penso que deveria caber alguma referência no discurso do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Eu vou alterar o que tinha escrito sobre este ponto, atendendo a que o colega de bancada já abordou e vou transformá-la um pouco, não em termos de conteúdo, mas vou falar mais da estrutura.

Subscrevo que esta informação é um relatório, quase um jornal, que tal como é dito no cabeçalho, muita dessa informação está contida na Agenda Electrónica.

Eu sugeria que esta informação tivesse outra estrutura, que podia ser em grelha.

Em primeiro lugar deveria vir a informação que diz respeito à actividade do Executivo Camarário, porque é sobre essa que nos parece pertinente e depois subdividir por itens as actividades em que a Câmara participa, ou com logística ou com a sua presença ou com o seu apoio, etc. É naturalíssimo, não faz favor nenhum que a Câmara apoie as iniciativas das entidades, instituições, as chamadas forças vivas do concelho, quer no que respeita a entidades ou instituições a nível de educação, actividades que envolvem escolas e que aproveito para louvar.

Concretamente, assim de cor o sarau cultural, o desfile, referindo inclusivamente a inclusão do Nuno Ferreira na Orquestra sub21 Europeia.

Louvar toda a presença do tecido empresarial fora de portas, quer seja mais a sul em Lisboa, quer no estrangeiro, dar essa relevância a essas actividades, porque nós temos muito pouco tecido empresarial e tudo aquilo que seja feito para o promover, para o enaltecer é talvez uma forma de chamar outros e de mais criação de postos de trabalho.

Peço desculpa, não era bem assim que eu tinha isto previsto, mas também não quero repetir o que já foi dito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr.^a deputada, tem a palavra o Sr. deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Executivo da Câmara Municipal, Srs. deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

Começo por uma questão que eu considero defesa da honra, que é em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Presidente da Câmara disse que eu estava a pôr em causa o empresário.

Eu creio que fui bem claro. Não pus em causa o empresário mas a Câmara e a forma como a Câmara e este Executivo trata as coisas, considerando-as a sua quinta pessoal. As coisas públicas não são tratadas como aqui foi dito Nós fizemos o acompanhamento. Volto a repetir porque parece que não foi ouvido.

Se alguém fizer obras em sua casa e meter uma licença, quando termina essa licença, está lá alguém a dizer, faça a prorrogação.

Diga a esta Assembleia aonde está a comunicação do empresário, aonde estão as reuniões que tiveram, aonde está a reestruturação. Estamos a falar de há quatro anos, isto não pode ser conduzido como se, de um grupo de amigos se tratasse.

Que fique claro que não pus em causa o empresário. Pelo contrário, até tive o cuidado logo de dizer que votamos favoravelmente, somos favoráveis e venham muitas mais, só que não pode ser tratado como um grupo de amigos.

E já agora quero dizer que nas suas palavras e se dúvidas houvesse que se sente detentor da verdade é que disse que a única geração que contava, à minha proposta, de se ouvir as gerações novas sobre ideias para 2020, é sua. Creio que isso já todos nós aqui concluímos. O que conta é a sua geração, é o seu grupo e ponto.

Creio que esta questão ficou clara.

A segunda questão e o segundo ponto que tem a ver com a ordem de trabalhos, tem a ver com a visita do Sr. Presidente da República, sobre a qual também me quero pronunciar.

E quero dizer que foi uma oportunidade perdida.

E porque foi uma oportunidade perdida? Porque devemos aproveitar as visitas, do Sr. Presidente da República, do Primeiro-Ministro de todas as entidades que têm projecção nacional, para colocar Mirandela e o concelho de Mirandela na ordem do dia. E isso não foi feito. Não sei se tiveram o cuidado de ver o que a imprensa disse no dia seguinte, disse nada, coisa nenhuma

Como a imprensa disse nada, coisa nenhuma, claramente foi uma oportunidade perdida. E quer que lhe diga porque foi uma oportunidade perdida?

Foi uma oportunidade perdida, porque por exemplo podia ter sido dito isto:

Que no interior e em Mirandela obviamente, que eram favoráveis a uma discriminação positiva, que se mantivesse a bonificação em sede de IRC que havia até 2011 e que a partir de 2012 deixa de haver.

Eu digo, para quem está fora destas questões que até 2011 se pagam 15% sobre a matéria colectável, a partir de 2012, 25%.

A discriminação positiva devia haver e esse era um bom ponto, mas não era nos 15%, era dizer que as empresas no interior devem ser dispensadas de pagar IRC, porque a receita em sede de IRC no interior corresponde a um km De

auto-estrada, a 5 minutos de subsídio de transportes públicos em Lisboa, coisas deste tipo. Isto era pôr Mirandela no mapa.

Peço desculpa, é preciso trabalhar mais, é preciso trabalhar bem.

Por último quero-lhe dizer que tive oportunidade de ver o site ontem. Não fui ver o ponto, mas vou lá, vou fazer esse trabalho, vou ver o que lá está escrito em relação àquilo que me disse anteriormente, a relação de dívidas e fornecedores que lá está.

A relação de dívidas e fornecedores que está no site da Câmara, podem consultar, está lá, está aqui o print, que tirei ontem à noite, era uma da manhã, tenho que trabalhar fora de horas, não tenho outra maneira de o fazer, totaliza 14.606.955,38. Já vi o que está nos Compromissos Assumidos e não Pagos e não é este valor. O que está no Relatório e Contas não é este valor. A credibilidade desta informação, perdoem-me, nenhuma. Pouco trabalho e mal feito.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Sr. Presidente, isto até é uma interpelação à Mesa do que propriamente uma intervenção sobre a Informação que foi prestada.

De qualquer das maneiras, na informação que nos foi prestada indica que foi à reunião de Câmara dia 28 de Fevereiro, o Relatório do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, um dia depois da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro. Eu gostaria de saber porque é que não consta da ordem de trabalhos, como deveria.

Já agora, mesmo que a lei diga que não é obrigatório, estamos entre o patamar mínimo e aquilo que deveria ser um bom funcionamento, até porque este órgão é um órgão de fiscalização, que é a questão da Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, que tomámos conhecimento que foi revisto e não vem a esta Assembleia. Como eu disse, temos nós um papel fiscalizador, temos um papel a desempenhar no que diz respeito também à detecção de riscos de corrupção e acho que era bom envolver esta Assembleia na discussão alargada desses dois documentos.

Não se compreende, novamente, porque é que não são trazidos a esta Assembleia.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Permitam-me só tecer algumas considerações relativamente a esta Informação escrita, em cuja elaboração eu também participei.

Eu só queria recordar, para quem se lembra e para quem está já há algum tempo nesta Assembleia de como eram as informações escritas, há 5, 6, 7 ou 8 anos.

Independentemente do modelo poder não ser o mais adequado, é verdade que é muito melhor do que era. Nós estamos aqui para a melhorar, se necessário for.

O que nós optámos por fazer nesta Informação Escrita, foi criar uma espécie de documento síntese, também aproveitando (digo-o sem qualquer tipo de problema) a informação que consta do Portal do Município.

Mas justiça também tem que ser feita, porque esta informação não tem apenas informação já constante na Agenda, quando havia Agenda, ou no Portal do Município, tem muito mais informação do que aquilo que eu referi. É fácil, essa informação consta do portal do município de Mirandela e eu aqui também convido todos os deputados municipais a indicarem-me um exemplo dum município que tenha publicado no seu portal esta informação escrita.

Volto a dizer que pode, aqui ou ali ser em jeito de síntese, mas parece-me que é um modelo muito mais adequado.

Em relação ao Estatuto do Direito de Oposição queria também lembrar ao Sr. deputado Luís Sousa que é verdade que há um ano atrás ele fazia parte da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal.

Por vontade da Mesa da Assembleia, este ano não o fizemos, porque a lei aí é muito clara, esse estatuto só é discutido nesta Assembleia Municipal, a pedido dos titulares do direito de oposição. E nós formalmente não recebemos qualquer pedido por parte de qualquer titular do direito de oposição para que esse documento fosse aqui discutido.

Em relação ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, é uma competência do Executivo, pode ser consultado na acta do Executivo Camarário e penso que também pode aqui ser discutido por qualquer deputado municipal, se o pretender.

É só, muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Ó Sr. Secretário, desculpe, mas o Sr. teve aí um lapso. Esqueceu-se que nós só fomos informados neste pacote, para esta reunião. Ora, eu não tenho nenhuma bola de cristal em casa para antecipar que isto já tinha sido deliberado e aprovado, para lhe dizer...Sr. Secretário, faça o favor de trazer isto para esta reunião e meter na Ordem de Trabalhos. A informação foi dada agora. Eu só sei disso agora.

Então desde já peço que esse Relatório seja trazido para a próxima reunião.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Com certeza que sim, mas também se me permite, eu não sei qual é a articulação que existe entre os vereadores e os deputados municipais, mas provavelmente existirá alguma partilha de informação e presumo que os deputados pudessem ter conhecimento por essa via.

Mas não há qualquer problema. Na próxima sessão desta Assembleia Municipal vamos trazer aqui a discussão esse Estatuto.

Passo a palavra ao deputado Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. deputados.

Eu vou ser muito breve e é sobre esta questão, da forma do conteúdo e do continente da informação do Presidente da Câmara.

Ficámos a saber que afinal a Informação escrita do Presidente da Câmara, não é informação escrita do Presidente da Câmara, porque o seu Chefe de Gabinete ou Sr. Secretário da Mesa também participa nessa informação e

não sendo naturalmente, nenhum problema, na minha óptica é problemático em termos da figura de Informação Escrita do Presidente da Câmara.

A Informação Escrita do Presidente da Câmara, deveria ser um documento com carácter político, referindo aquilo que realmente aconteceu, mas explicando porque é que aconteceu. Como é que essas coisas que aconteceram no concelho no período em apreço se encaixam na estratégia que a Câmara tem para o concelho. Não é isso que acontece.

De facto é muito interessante ter hoje uma informação muito mais detalhada do que havia há cinco anos. Hoje há informação mais detalhada, os meios tecnológicos também são hoje melhores.

Mas o que para mim é relevante, é que a informação que aqui é prestada, é prestada sem qualquer conteúdo de natureza política.

Para quem começou esta Assembleia, Sr. Presidente da Câmara em exercício, por dizer que este é um espaço de discussão e de debate, não é isso que se está a promover.

Não se está a promover a discussão e o debate sobre o que aconteceu no concelho e porque é que aconteceu e que impacto é que teve para o concelho e qual foi o empenho que a Câmara teve no desenvolvimento dessas acções e porquê, não é isso que interessa, é pura e simplesmente reportar situações que ocorreram, que sob o ponto de vista da redacção dos acontecimentos, em Mirandela pode ter muito interesse, mas para aquilo que poderia ser o trabalho profundo duma Assembleia Municipal, tem um interesse absolutamente nulo.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Sr. Presidente da Câmara, quer responder?

Presidente da Câmara Municipal:

Considerando que já foi respondido à questão quanto á forma como é elaborada esta informação e que as perguntas não dizem especificamente respeito à Informação do Sr. Presidente, considero que está tudo respondido.

Muito obrigado

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Agora temos aqui um problema, é que estamos quase na hora de almoço e não me parece que antes do almoço seja possível concluir o ponto 4.2, que é a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011.

Como tal, parece-me que é mais adequado interrompermos aqui esta sessão da Assembleia Municipal e retomar às 14h15.

Fica marcado para as 14h15. Penso que é mais que suficiente para um bom almoço que desejo a todos os deputados municipais, ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores.

PONTO 4.2 – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2011 – CMM;

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra, sendo 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011 da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. deputados, agradecia que se sentassem para contar com rigor o quórum, uma vez que falta uma ou duas pessoas e sabem que a Mesa tem alguma dificuldade em fazer contagem a partir do meio dos lugares.

Vamos dar início ao Ponto 4.2 que é a Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011.

Srs. deputados, façam favor de se inscrever. A Mesa está disponível para receber mais inscrições para este ponto. Há duas inscrições, o Sr. deputado Faustino Cunha, a quem vai ser dada a palavra e o Sr. deputado Baltazar Aguiar.

Sr. deputado Faustino Cunha, faça o favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Boas tardes.

Seguindo o Relatório de Prestação de Contas da Câmara, relativo ao ano 2011 e a páginas 4, passo a citar:

“A realidade é que o ano de 2011 representou a continuidade de uma alteração profunda na gestão financeira autárquica.”

Assim, vou referir-me, tomando como referência a evolução das contas nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Tecem-se os seguintes comentários:

Ponto 1 – As receitas correntes mantiveram-se ao nível dos 14 milhões de Euros, pelo que o desvio se fica a dever a erro de previsão orçamental.

Ponto 2 – As receitas de capital, sofreram efectivamente uma quebra, dada a redução do investimento, passando dos 9,6 milhões de Euros em 2009, para 4,2 milhões de Euros em 2011. Mas a previsão de 19,7 milhões de Euros, era completamente irracional.

Ponto 3 – A receita total decresceu assim, de 23,5 milhões de Euros em 2009, para 18,6 milhões de Euros, devendo notar-se que em 2010 se situou nos 19,9 milhões de Euros, nunca sendo imaginável atingir 40,7 milhões de Euros.

Pelo decrescimento das receitas de capital, as despesas de capital, foram-se reduzindo, de 19,6 em 2009, para 15,5 milhões de Euros em 2010 e 12 milhões de Euros em 2011.

A despesa total sofreu uma ligeira quebra ao nível da despesa, de 38,2 milhões de Euros em 2009, para 36,4 milhões de Euros em 2011.

A Câmara tem estado praticamente numa linha contínua, seguindo as contas.

Porém, a despesa corrente que se situou ao nível dos 18,7 milhões de Euros em 2009 e 2010, disparou para 24,4 milhões de Euros, isto é, 13,5 milhões de Euros pagos e 11,6 milhões de Euros, como compromissos assumidos e não pagos, o que implicou um crescimento na ordem dos 30%.

Em consequência destes factos, o descoberto entre a receita total e a despesa total, passou de 14,4 milhões de Euros em 2009 e 2010, para 17,8, praticamente 18 milhões de Euros em 2011.

Oferece-me a seguinte pergunta. Com esta tendência de crescimento do descoberto entre as receitas e as despesas, estaremos de facto numa contínua alteração profunda na gestão financeira autárquica?

Deve notar-se que aos 10,3 milhões de Euros de dívidas a médio e longo prazo se devem adicionar os 18,6 milhões de Euros de dívidas a terceiros, curto prazo, relativas a 31 de Dezembro de 2011, conforme se refere no balanço, a páginas 10, do Relatório de Prestação de Contas.

Não quero agora referir-me a alterações de valores, porque agora estamos apenas a analisar as contas que foram apresentadas.

Esta análise não contempla os resultados das empresas participadas, o Metro Ligeiro de Mirandela, Complexo Agro-Industrial do Cachão e o Hospital Terra Quente.

E, se não fosse repetitivo, há já praticamente três anos vêm dizendo o mesmo, vêm sendo sonegadas a esta Assembleia, na devida altura, as contas para apreciação. Eu quero dizer que estamos a contrariar o art. 47º n.º2 da Lei das Finanças Locais, de 2007, que diz que essas contas das empresas participadas deveriam acompanhar as contas do ano relativo ao exercício.

Tenho dito, Sr. Presidente, muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente e Srs. deputados.

Temos perante nós a discussão da apresentação das contas relativas ao ano de 2011.

O Orçamento, nós votámos contra, é o orçamento da maioria e do Executivo da Câmara, é o orçamento que esta maioria e o Executivo da Câmara se propôs realizar e que estava convencido que era realizável.

Da nossa parte, votámos contra porque sempre dissemos que era um orçamento a fazer de conta e eu não vou abordar o orçamento pelos números mas vou abordar o orçamento pelas políticas ou não políticas.

Como dizia o nosso Presidente da República, há uns anos atrás, quando fez uma conferência na Faculdade de Economia do Porto, disse: *“eu não venho aqui para falar de economia, isso falo nas minhas aulas venho aqui para falar de políticas.”*

De facto, a Assembleia é um lugar político, daí que nós estamos aqui a fazer de conta que aprovamos ou que rejeitamos as contas, a fazer de conta que era um orçamento possível e tudo é uma operação de faz de contas.

No entanto, sempre há que referir que o ano de 2011 foi realizado sob a Presidência do Dr. Silvano, que tinha 16 anos de Câmara e 16 anos dá uma aprendizagem e o actual Presidente com 10 anos de Câmara. Nem um nem outro (um já não conta para aqui) se podem excluir ao que aqui temos.

Quero também dizer e parabenizar os Vereadores do Partido Socialista pelo trabalho que fizeram na Prestação de Contas e em nome da propriedade intelectual quero dizer que me vou servir do trabalho feito pelo Vereador João Casado, sobre a avaliação das contas do Executivo.

E então o que é que nós temos? Temos desde logo, em termos de receitas, tudo o que é o retirar aos fracos, ou seja, impostos directos e indirectos, cumpriram-se os objectivos. Tudo o que obrigava a algum trabalho, alguma imaginação e alguma capacidade de lobi, os resultados são negativos, ou seja, tudo o que é rendimentos de propriedade, transferências correntes, vendas de bens e serviços e outras receitas, eles não acompanharam o mesmo ritmo dos impostos directos e indirectos.

Também há muitos anos que vínhamos dizendo que as receitas de capital, pelo facto de se preverem na venda de bens de investimento 5.755.000,00, que isto não tinha nenhuma adesão à realidade. Na verdade ficou pelos 3.000 ou 4.000 Euros.

Eu pergunto-me se é trabalhar bem, ao fim de 10 anos ainda fazer previsões destas.

Eu pergunto-me se isto não é um orçamento de faz de conta.

Agora, vamos à parte das despesas. E aí, felizmente e pela primeira vez, porque durante estes anos todos foram encobrindo a questão das despesas, verificamos que afinal aqui o orçamento é executado, porque contraíram as respectivas despesas. No entanto temos uma informação (creio que é pela primeira vez) que na aquisição de bens e serviços, temos aqui 10 milhões executados, sendo 3.500.000,00 pagos e 6.600.000,00 não pagos.

Ou seja, a economia local ficou sem 6.600.000,00, se as coisas estavam mal, pior ficaram. Isto é caso sejam 6.600.000,00, porque como já atrás me referi, os documentos da Câmara não são concordantes nos números, não sabemos ainda, exactamente o que são os compromissos, não pagos da Câmara.

Também destas contas resulta um outro facto, que nesta Assembleia venho referindo, que a coisa pública ou a coisa municipal, não pode ser tratada como se de uma quinta nossa se tratasse.

Tem que ser tratada com isenção, tem que ser documentada e tem que ser feito com rigor e com trabalho. Eu refiro isto porque aqui vem dito que foi transferida para o Hospital Terra Quente a verba de 150.000,00 Euros.

A pergunta que eu ponho, muito clara, é: qual foi a reunião de Câmara em que isto foi aprovado? Aonde é que está a acta da aprovação dos 150.000,00 Euros?

Dizem-me que é suprimentos, que não é capital. Não sei se se trata de suprimentos, se trata de capital, só que, eu saiba, o Presidente de Câmara não terá autonomia para dispor de uma verba destas sem ir a reunião do executivo de Câmara e penso até que teria que vir à Assembleia.

Esta é mais uma prova de que a cultura democrática é importante e é tão mais importante quando tratamos da coisa pública, da coisa municipal. Isso obriga-nos a ter em consideração as normas que existem. Não se pode vir agora dizer, vamos fazer um aumento de capital...ok estão aqui 150 mil Euros, vamos fazer...não estou a dizer que não se fizesse, eu estou a dizer que isto não pode ser tratado com esta ligeireza, não pode ser tratado assim.

Resta dizer que nestas contas e pelo que aqui está, foi rompido o princípio do equilíbrio orçamental.

Não é nada que nos admire. Dissemos isto ao longo de praticamente seis anos mas nunca o conseguimos demonstrar porque nunca tivemos acesso aos compromissos que não estavam pagos.

E sobre isso, a nossa pergunta é esta: será que estas contas que aqui estão é um faz de conta ou são as contas verdadeiras? Será que neste momento, por exemplo, a nível das Juntas, haverá obras que estão aqui consignadas?

Será que amanhã, o número dos 14 para 11, numas contas, 17 para outros, noutras contas, 11 milhões para outras, não irá aumentar em função de autorizações verbais que foram dadas para obras que não estão consignadas aqui? Será que não teremos ainda uma surpresa maior?

Daí que eu diga, trabalha-se mal, pouco e sempre a fazer de conta.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Peço desculpa, eu vinha com ideias de fazer uma apresentação com um suporte gráfico, mas é de lamentar que infelizmente a Assembleia Municipal não tem um projector nem uma tela para que possamos fazer esse tipo de apresentações. É de lamentar, ao fim destes anos todos, parece que há um projector mas está ocupado com a formação e não poderia ser disponibilizado. Eu prefiro que esteja na formação, acho que é mais útil.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. deputado, permita interrompê-lo para dar um esclarecimento à Assembleia.

O Presidente da Mesa diz aos Srs. deputados que o pedido do Sr. deputado que está agora no uso da palavra, me foi feito há pouco mais de 48 horas, através de mensagem, á qual eu respondi um minuto depois por telefonema, quando o Sr. deputado se encontrava no estrangeiro

Tomei e fiz as diligências necessárias junto do Secretário da Mesa, o Dr. Rui Magalhães.

Com 48 horas, o projector que necessitava para a sua apresentação para exercício deste ponto do nosso programa, está ocupado em formação. Portanto nós não tivemos tempo suficiente para poder aceder ao seu pedido, o que faríamos com a melhor das boas vontades.

Quando assim for é preciso dizer com alguma antecedência porque como os Srs. deputados sabem as assembleias raras vezes utilizam no seu exercício esses equipamentos para projectar. É preciso avisar com alguma antecedência.

Eu entendo perfeitamente o desagrado com que está a fazer esta informação mas também devo dizer-lhe que não pode ser ocultada a nossa disponibilidade e a nossa boa vontade.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Obrigado Sr. Presidente.

De forma alguma coloquei em questão a diligência que tomou. Apenas referi que esta Assembleia não tinha um projector e o único disponível está ocupado e não pôde ser disponibilizado. De facto foi um tempo muito curto para poderem agendar a disponibilização desse projector.

Feita essa explicação, eu, de qualquer das maneiras, apresento aqui uma representação gráfica, que não será fácil, tendo em conta que temos um problema de luz e também de dimensão.

Este gráfico que vos estou a mostrar, de 1989 a 2012, demonstra a evolução da despesa e da receita total neste período. Diz respeito ao exercício de vários mandatos e a diferentes gestões desta Câmara.

Identifica também, entre a barra azul e vermelha, como estão a ver, o desvio entre a receita e a despesa.

Para vossa informação, a fonte destes dados são os mapas de controlo orçamental do município de Mirandela, solicitados por Requerimento, ao Presidente da Câmara, na reunião de 12 de Março.

O gráfico não inclui as previsões iniciais da receita e da despesa para cada ano representado, como podem imaginar nunca são valores fidedignos.

Os valores referem-se, única e exclusivamente à despesa e à receita, corrigida no final de cada ano. Estes são os únicos resultados fidedignos que podemos fazer numa representação cronológica.

O desvio entre a receita e a despesa, identifica claramente que a manutenção do princípio de equilíbrio orçamental que está previsto na lei, foi preocupação de uma boa gestão que vai de 1989 a 2001 e daí, depois, descambou.

O princípio de equilíbrio orçamental, como já foi aqui dito, radica na exigência de que o orçamento ao ser elaborado, deixe previstas as receitas necessárias à cobertura de todas as despesas nele inscritas.

A apresentação deste gráfico serve para demonstrar como evoluiu a gestão financeira (como disse) nos vários mandatos com diferentes equipas de vereação, que assumiram responsabilidades entre 1989 a 2012.

Dessa forma, neste segundo gráfico, já estão adicionados os períodos da diferente gestão que tivemos nesta Câmara.

Em Dezembro de 2001, a gestão financeira da Câmara é entregue a José Silvano e António Branco, com um desvio positivo de 143.000,00 Euros, aproximadamente.

As eleições autárquicas decorrem em Dezembro desse ano, em Dezembro de 2002, já com uma nova equipa a gerir o município, o desvio é negativo, com um valor de menos 5.507.000,00 Euros e é precisamente aqui que depois começa a política de desequilíbrio financeiro.

Em Dezembro de 2005, outro ano eleitoral, a equipa de José Silvano é remodelada e tem agora José Maçaira como responsável pelo pelouro da administração financeira e António Branco como Vice-Presidente.

O desvio da receita e da despesa agrava-se continuando negativo, com o valor de 12.378.000,00 Euros.

Importa sublinhar que a remodelação da equipa agravou o desequilíbrio financeiro da Câmara e outro dado interessante que importa referir é que nestes picos negativos coincidiram períodos eleitorais.

Em 2009, outro ano eleitoral, mantém a mesma equipa e com as mesmas responsabilidades de gestão, o desvio agora agrava-se, sendo de 14.400.000,00 Euros.

Em Dezembro de 2011, ano a que se refere o actual Relatório de Contas da Câmara Municipal, o desvio volta a agravar, ficando em 18.445.000,00 Euros.

Actualmente e reportando a Março de 2012, o desvio é de 19.666.000,00 Euros.

Estes desvios referem-se somente à diferença (como disse) entre a receita e a despesa global, a receita que o Município arrecadou e a despesa que efectivamente foi feita.

Para quem tivesse dúvidas, relembro que estes dados são fornecidos pelo Município, não são inventados e que representam fidedignamente esta evolução de despesa e de receita e o desvio entre estes dois indicadores e torna-se claro que a partir de 2001 houve um desequilíbrio financeiro acentuado e que teve em 2011, diria o annu horribilis, o pior ano desta sequência.

Estes são os dados. A única coisa que eu vos posso dizer é que neste período de 1989 a 2001 tínhamos um equilíbrio entre receita e despesa e fazia-se obra com equilíbrio financeiro e o que temos a partir daqui é desequilíbrio financeiro e francamente, (obviamente que outras pessoas terão outras interpretações) muitas obras ficaram por fazer e que estão incompletas e que se arrastam há vários anos. Já foram aqui mencionadas, o Complexo Desportivo, o Museu do Azeite onde inclusive perdemos financiamentos, a Ecoteca, acesso Oeste, Centro Escolar, edifício municipal, etc. Não há desculpa para isto. Não há desculpa para este desequilíbrio financeiro sendo que não é só uma só uma questão de desequilíbrio financeiro mas uma questão que as obras nem sequer estão feitas.

Estes são os dados da Câmara Municipal. Eu queria ter feito isto com uma representação gráfica mais perceptível, assim estiveram-me a ouvir e viram à distância um gráfico pequenino, mas eu coloco aqui os cartazes disponíveis para que possam depois ver se estiverem interessados e não tenho mais nada a dizer sobre isto, repetir o que foi dito na reunião de Câmara seria desnecessário.

O nosso partido votará contra, mas eu sei que não é fácil, nestas coisas há disciplina partidária, mas apelo a um bom senso, porque contra factos não há argumentos e este tipo de gestão tem que ser responsabilizado politicamente. Obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. O Sr. Presidente da Câmara quer usar da palavra?

A vossa atenção Srs. deputados, por favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, eu até fiquei surpreendido porque estava à espera de mais algumas intervenções e estava a preparar a minha. Peço imensa desculpa.

Gostaria, antes de mais, de dizer que quando se apresenta um Relatório de Gestão a qualquer órgão, seja aqui na Assembleia Municipal, seja na Câmara Municipal, os que o subscrevem fazem-no com a consciência daquilo que são os seus deveres e as suas obrigações e de tudo o que lá está escrito. O Executivo em regime de permanência assume também a responsabilidade do que lá escreveu e essa responsabilidade pode ser vista de várias formas. Desde logo, a responsabilidade política, que se falou aqui, essencialmente. Mas também a responsabilidade técnica e a responsabilidade legal.

Recordo que hoje em dia, - ao contrário do que acontecia no passado - as contas são auditadas e são enviadas para o Tribunal de Contas. São-nos pedidos esclarecimentos e tudo aquilo que nós fazemos tem que ser transparente. Aliás, as contas mais transparentes que existem neste momento, neste país, são as contas autárquicas.

Além disso, nós iniciámos um processo de saneamento financeiro, no ano de 2011, que foi público, foi conhecido e foi apresentado por duas vezes nesta Assembleia.

E foi apresentado porquê? Porque na Assembleia de Dezembro alguém manifestou correctamente a ideia de o balancete que era utilizado nesse processo de saneamento financeiro não era o real. É verdade que, do ponto de vista processual, o saneamento financeiro quando é apresentado deve ser com base no balancete do último ano que tinha sido aprovado. E quando viemos aqui em Dezembro, trouxemos um balancete do ano de 2010 que nitidamente não transportava para o processo de saneamento financeiro tudo o que nós pretendíamos.

Por esse motivo, na Assembleia de Fevereiro, tivemos a oportunidade de apresentar aqui o Processo de Saneamento Financeiro devidamente corrigido. É o que foi apresentado ao Tribunal de Contas e que está neste momento em análise, transportando toda a realidade económica e técnica. Assumimo-lo sem problemas e estamos aqui de cabeça levantada a assumir aquilo que fizemos.

Assumimos a nossa postura a todos os níveis, nomeadamente ao nível das políticas que fomos desenvolvendo ao longo dos últimos anos. É verdade que só foram construídos equipamentos no nosso concelho pelas IPSS's, como o Lar do Romeu ou do Lar de S. Pedro Velho, porque beneficiaram de apoio financeiro da Câmara Municipal de Mirandela. Se não tomássemos essa opção hoje as dívidas seriam menores.

Houve situações em que foi necessária a pressão de determinados lobys para que alguns equipamentos tivessem financiamento completo, tal como aconteceu com dois equipamentos em Mirandela que foram devidamente apoiados em determinada altura por um Governo que veio aqui dar apoio à 1.ª Fase do Lar do Romeu e ao CAO da APPACDM. Foram apoiados pela Câmara Municipal em mais de 60% do seu valor e foram apoiados pelo então Secretário de Estado, Marco António. Basicamente, o apoio dos fundos comunitários foi praticamente residual.

As políticas não se fazem só estalando os dedos ou a dizer que nós estamos aqui a inventar uma política que tem muitas orientações estratégicas.

Por exemplo, temos uma política de apoio à educação que nos consome cerca de dois milhões de euros por ano com os transportes das nossas crianças.

Eu gostava que alguns gráficos que aqui são mostrados mostrassem qual era a despesa nesse tempo e já agora mostrassem também qual é a despesa com refeições às crianças do nosso concelho. É injusto, talvez. Não devia acontecer, é verdade, mas nós estamos cá porque temos uma política de educação. E esta política de educação custa-nos todos os dias e esta semana recebemos apenas cento e vinte mil euros. É o que nós recebemos por ano para compensar os dois milhões de euros que nós investimos nos transportes das crianças.

Claro que são políticas da Câmara. Aliás, as políticas da Câmara são sempre transportadas para aquilo que é a realidade da imagem de cada um. A Câmara podia ter evitado andar a gastar milhões de euros, ao longo destes anos, nas etar's nas aldeias. Ter 100 etar's nas aldeias e ter as aldeias com redes de saneamento e água significou um grande esforço financeiro, sem esquecer os investimentos que se realizaram na rede de resíduos e as despesas para manter essas valências.

É preciso que nós nos lembremos que para termos os serviços, termos a qualidade e defendermos a coesão, também não podemos ser hipócritas e saber o que isso nos custa.

É evidente que um pequeno município numa aldeia, tem um custo per capita muito superior a um município em Mirandela. Mas esse é o conceito que as políticas não têm defendido, porque nós, por exemplo somos penalizados por uma tarifa das águas de Trás-os-Montes porque somos poucos e a verdade é que nós ainda continuamos com a agendalização.

Só não se construíram mais equipamentos porque tivemos dificuldades na obtenção dos financiamentos necessários.

Estamos sobre-infraestruturados? Eu acho que não. Ainda continuo a achar que existe ainda hoje um défice «infelizmente» entre o interior, de forma global, entre o interior rural, de forma específica, e que ainda não terminamos esse momento...mas tem custos. Pode haver quem ache que estrategicamente é muito importante apagar as luzes todas nas aldeias a partir da meia-noite mas nós não comungamos dessa ideia.

Hoje conseguimos trazer qualidade às pessoas, o que tem custos, e temos que saber do ponto de vista desses custos quais são as opções e as políticas que nós defendemos.

Essas políticas têm custos no apoio à sociedade civil e às colectividades. Olhem para a sociedade civil e para as despesas que estão registadas neste Relatório de Gestão e vejam de que forma tem sido apoiada a sociedade civil: cultural, desportiva...aparece por milagre, ou o dinheiro sai donde?

Reparem, nem por um momento, hoje, vou entrar aqui na discussão da diminuição que tivemos de receitas correntes, porque elas são conhecidas e eu estando aqui a dizer ai coitada de Mirandela, que teve uma diminuição enorme de receitas, tenho que dizer, coitada de Macedo, coitada de Alfândega, coitada de Vila Real, coitados de todos...

Nós enfrentamos esses problemas com a mesma certeza que enfrentamos, quando vimos aqui com o orçamento.

Os orçamentos são empolados. É verdade, sim senhor, dizemo-lo no dia do próprio orçamento. Mas a verdade é que se nós não conseguirmos transportar toda a dívida, essa tal, para lá, nós não conseguimos fazer esse mesmo orçamento. Já foi dito aqui, anos, anos seguidos, o desequilíbrio orçamental, que é um problema tão grave, que todos os anos é sujeito a esclarecimentos, vou repetir outra vez «todos os anos é sujeito a esclarecimentos», pelo Tribunal de Contas e todos os anos nós damos a mesma resposta e todos os anos temos a certificação das contas.

É evidente que neste momento nós assumimos um processo de Saneamento Financeiro e nesse processo de Saneamento Financeiro temos uma coisa que se chama "progressivamente avançar para o orçamento zero". Mas também não somos só nós, repito «são todas as Câmaras», foi uma evolução que foi feita.

Na verdade, quando nós vimos aqui e apresentamos argumentos de que o desenvolvimento deve estar lá fora eu fico confuso quando se compara o investimento de uma Câmara Municipal de trezentos mil euros, que é potenciadora de um investimento de mais de dezassete milhões. Há contas que eu realmente não sei fazer.

Mas julgo que quando um município investe trezentos mil euros no sentido de conseguir promover o desenvolvimento de investimentos que alavancam desde logo dezassete milhões de euros de investimento e em seguida promovem postos de trabalho, realmente não estamos a falar das mesmas políticas, nem estamos a falar da mesma coisa.

Eu considero que este Relatório de Gestão transporta efectivamente uma dívida. Já foi dito aqui no saneamento financeiro que também obedece à nossa forma de estar nesta gestão. Fizemo-lo objectivamente quando registámos a dívida. Registámos inclusive na dívida patrimonial todos os subsídios que a Câmara aprovou. Registámos todos os acordos de dívida, mesmo aqueles que estão associados a património, para que possamos olhar de forma transparente para as contas. Tomámos essa opção e não veio dívida de nenhum lado mas veio registada patrimonialmente e é uma diferença contabilística e técnica.

A única questão que nós pretendemos é que a partir de hoje, vamos olhar objectivamente para a realidade com que temos de lidar. Sabemos também os sacrifícios que todos vamos ter que fazer daqui para a frente.

Aliás, há muitos nesta sala a quem esses sacrifícios têm vindo a ser pedidos e às suas populações.

Mas há uma coisa que vocês não vão ver. Posso-vos garantir que não vamos baixar os braços e deixar de trabalhar. Nós trabalhamos em prol de Mirandela e temos muito orgulho nisso.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, Sr. Presidente. Está a pedir a palavra Sr. deputado?

Pode falar, se está a pedir a palavra no âmbito deste ponto 4.2.

Não é muito regulamentar depois de ter havido esta sequência, mas se o Sr. deputado considera importante para o esclarecimento da Assembleia, a mesa dá-lhe a palavra com certeza.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. deputados.

Agradeço a quebra de algum protocolo, mas parece-me que há aqui algumas questões que é importante sublinhar.

A primeira questão é dizer que contas mais transparentes que as das autarquias não existem, não me parece que seja muito verdade.

Se fosse verdade, o Governo não tinha pedido recentemente um ponto de situação a todas as autarquias, sem excepção.

Se realmente os vistos e os pareceres dados pelo Tribunal de Contas e todas as validações dessas contas fossem suficientes, o Governo para poder ter uma ideia de qual era o compromisso financeiro que o país tinha em termos de défice, não tinha pedido uma posição muito clara a todas as autarquias, no sentido de saber exactamente qual era esse desvio.

Não me parece que as justificações que aqui foram apresentadas sejam merecedoras de mérito, mau grado a intenção que possa ter havido.

Dizer que este desvio orçamental foi para apoiar lares, foi para acender as luzes nas aldeias, foi para fazer equipamentos, foi para construir etar's, é pura e simplesmente, na minha opinião, duma grande demagogia, porque o que nós queremos ver é etar's a serem utilizadas por população que exista. Não interessa que existam etar's, se a população está a desaparecer e o mundo rural está a ficar cada vez menos povoado.

Não interessa ter equipamentos se não tivermos pessoas para poderem usar esses equipamentos.

Portanto, o que está aqui em causa é que as estratégias seguidas não foram as correctas.

Não quero acreditar nem é isso que foi aqui dito, que o dinheiro tinha sido mal utilizado, mas não foi utilizado de forma a que captasse investimento, que fixasse pessoas.

Uma dúvida que já foi levantada e não foi esclarecida, que é:

Quanto é que as freguesias vão ter que pagar a prazo, por conta desta dívida, já que há cerca de um ano perguntei aos Presidentes de Junta de Freguesia, que dinheiro é que eles tinham disponível para fazer obra nas suas freguesias. O que é que da Câmara sobrava em termos orçamentais para essas obras poderem ser feitas.

Se nessa altura essa limitação era grande, agora vai ser maior.

Na prática, o que estamos por um lado a fazer é defender o poder autárquico, mas por outro lado, por má gestão orçamental, a asfixiá-lo.

E Sr. Presidente, não vale a pena dizer duas vezes a mesma coisa e repetir duas vezes a mesma coisa, porque isso não a torna verdade.

A verdade é que de facto, este orçamento deve ser chumbado.

Se as pessoas pensarem eticamente naquilo que está aqui em causa, terão que votar contra este orçamento.

Registo que das intervenções que aqui foram feitas, não ter surgido ninguém da bancada do PSD, que me entristece bastante, a defender este orçamento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Todos os Srs. deputados têm oportunidade de intervir, basta que utilizem o regulamento e se peça à Mesa. Antes de registarmos qualquer outra inscrição, ou mesmo antes de votarmos, caso não haja, eu perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se quer usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, eu só queria dizer ao deputado Miguel Ângelo que se de alguma forma não posso deixar de concordar com ele, porque quem nomeou este Presidente do Tribunal de Contas não devia ter nada na cabeça e eu concordo plenamente consigo.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Como vê Sr. deputado, enganou-se. Já sou muito velho nisto. Eu esperei para ouvir, porque eu gosto de os ouvir.

Sr. Presidente e Srs. deputados.

Antes de começar a minha intervenção, queria esclarecer o seguinte:

Durante estes anos em que tenho feito parte da Assembleia Municipal, tem acontecido sempre o mesmo.

Plano de Actividades e Orçamento, bem como o Relatório e Contas, têm sido sempre aprovados pelos deputados municipais que apoiam o Executivo. A oposição tem votado sempre contra.

Por isso, nós já estamos habituados a estas votações e não é agora que as coisas se vão modificar.

Mas uma coisa é certa, os eleitores têm continuado a confiar em nós e estou convencido que vão continuar.

Quando se lança a dúvida da certeza, se todas as dívidas estão lançadas, quero lembrar ao Sr. deputado Municipal Baltazar que nós ainda não recebemos o livro do Eng.º Sócrates e não existem facturas guardadas nas gavetas.

Quanto a serem pagas todas as dívidas das Juntas de Freguesia, quero também perguntar quanto teríamos que pagar nós, para pagar as dívidas que o Governo do PS nos deixou. É que nós estamos mesmo falidos.

E já agora, que estava com tanta atenção para ouvir a minha intervenção, eu vou fazê-la, para dormir mais descansado.

O Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas, além de cumprirem os requisitos legais, traduz a actividade do Município durante o ano de 2011.

Quanto à legalidade das contas, deixamos isso ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao Relatório de Gestão, o Grupo Parlamentar do PSD, faz as seguintes observações:

A oposição faz o seu papel, salientando alguma parte negativa e tem amnésia daquilo que é bem feito.

Sabem perfeitamente as dificuldades que houve em 2011, misturam tudo, deitam-lhe um pacote de demagogia e jogam com o desconhecimento dos munícipes e tentam mostrar que eles são os únicos salvadores da pátria e os outros são todos irresponsáveis. Presunção e água benta cada um toma a que quer.

Apesar das alterações do Executivo, o Grupo Parlamentar do PSD, apoia o seu Executivo em permanência e continua a dar-lhe todo o seu apoio e colaboração.

Referindo-me concretamente às contas de 2011, vou referir alguns pontos que condicionaram a gestão de 2011:

- Diminuição das transferências correntes da Administração Central.
 - Pagamentos atrasados de Fundos Comunitários, não obstante a certificação das respectivas despesas.
 - Diminuição de receitas do IRS. Não podemos esquecer os 5% que a Câmara deixou de receber em benefício dos seus municípios.
 - Crescimento das despesas com o aumento do tarifário em alta, do abastecimento de água, não compensado na venda em baixa e aumento das despesas com drenagem de águas residuais.
 - Aumento das despesas na recolha dos resíduos sólidos. As taxas cobradas são muito inferiores aos valores recebidos, que não chegam aos 50% que a Câmara paga.
 - Aumento de despesas na educação em transportes escolares, refeições e manutenção do parque escolar do Primeiro Ciclo.
 - Continuação do apoio logístico e monetário às diversas instituições culturais, desportivas e IPSS.
- Apesar de tudo isto, existiu uma descida efectiva da despesa corrente, uma descida concreta em todas as rubricas, excepto numa, que foram as transferências para as instituições.
- Podem confirmar isto, consultando as páginas 165 e 166, do Relatório de Actividades.
- É um Relatório claro e transparente, pois o Executivo PSD é responsável pelo que fez e assume as suas responsabilidades, sem necessidade de andar publicamente a dizer o contrário ou a enviesar as suas responsabilidades.
- Para terminar, só quero lembrar que as próximas eleições autárquicas só são em 2013, altura em que os eleitores escolhem os seus representantes e indiferentes às opiniões de alguns iluminados que por aí aparecem.
- Até lá, o Executivo em permanência irá receber todo o apoio da sua bancada parlamentar.
- Como já perceberam, o Grupo Parlamentar do PSD, vota favoravelmente as contas e Relatório de Gestão de 2011, da Câmara Municipal de Mirandela.
- Muito obrigado pela vossa atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, a palavra ao Sr. deputado Paulo Pontes.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Exm.º s Deputados.

Eu ouvi bem, mas não sei se interpretei mal.

Percebi agora, que todas as políticas desertificadoras que vêm sendo implementadas neste país por todos os Governos de há um tempo para trás incluindo este, que também é bastante desertificador, se calhar ainda vai ser mais do que o anterior.

Mas percebi agora que as políticas para acontecerem, têm de ter uma base de sustentação.

Ouvi bem o Sr. deputado Baltazar, da bancada do PS, dizer – que eu saiba, nos Censos de 2011 em todas as freguesias terá havido decréscimo populacional - se há decréscimo populacional não deve haver investimento infraestrutural. Ou seja, se não há aumento de população, tem que se retirar o investimento. Ao retirar o investimento, mais aumenta a desertificação e de facto é esta a política que se está a verificar, a política dos agrupamentos. É esta a política de extinção de escolas, de extinção de maternidades e seria esta a política local, a nível concelhio do PS, que está baseado numa filosofia que é perceptível, se não há gente tira-se o investimento, há mais gente, mais investimento e isto leva-nos ao que estamos a apreciar.

Eu, cada vez que vou à minha aldeia, (não vivo lá) às vezes quero encontrar pessoas e não consigo, tenho que andar uma manhã inteira, para encontrar alguém. É verdade, as pessoas saem. Não há investimento, vão à procura dele.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

É muito rápido e tem a ver com a palavra desertificação.

A palavra desertificação é utilizada quando a flora e a fauna duma região desaparecem e aquela zona se torna um deserto.

O despovoamento humano não deve ser utilizado, utilizando a palavra desertificação.

Eu não falei em desertificação e muito menos falei em desertificação causada pelos investimentos da Câmara. O que eu disse e repito, é que os investimentos da Câmara não travaram essa desertificação.

E devo dizer mais, o despovoamento das regiões do interior, nomeadamente em Trás-os-Montes, não começou agora, nem começou há um ano, começou há muitos anos, durante a governação do Professor Cavaco Silva, enquanto Primeiro-Ministro.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Obrigado pela sua intervenção.

Se o Sr. Presidente da Câmara quer prestar algum esclarecimento, faça o favor,

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Temos assim, a seguinte votação:

Votos contra, 17

Abstenções, 0

A favor, 46

Portanto, a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2011, da Câmara Municipal, foram aprovados por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 63 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 17 votos contra e 46 votos a favor, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2011 da Câmara Municipal.”

PONTO 4.3 - RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2011 – SMA

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2011;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Passemos ao ponto 4.3, Relatório e Conta de Gerência de 2011, dos Serviços Municipalizados de Água.

Está aberto o período de inscrições.

Estou ali a vislumbrar o Sr. deputado Dinis Veiga. Penso que mais ninguém pediu para intervir. Portanto, Sr. deputado Dinis Veiga, faça o favor de usar o púlpito.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu, não era para fazer intervenção, mas gostam de me ouvir...

Nunca as Contas e Relatório dos Serviços Municipalizados de Águas receberam nesta Assembleia Municipal, grandes críticas, tendo sido aprovados com relativa facilidade, o que revela uma grande unanimidade de opiniões das várias bancadas.

Mas como estas são as últimas Contas e Relatório dos SMA, merecem estes Serviços algumas considerações.

Os seus Conselhos de Administração integraram vários vereadores e de partidos diferentes. Os seus quadros superiores actuais e outros, ou se reformaram ou saíram. Os seus trabalhadores actuais, ou que já saíram.

Todas estas equipas produziram durante estes anos um trabalho merecedor de elogio por parte desta Assembleia Municipal. E, como tal, o Grupo Parlamentar do PSD, não podia deixar passar em claro tal facto.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer prestar algum esclarecimento.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, apenas associar-me ao voto que foi proposto pelo Professor Dinis, porque os Serviços Municipalizados tiveram ao longo de vários anos diverso tipo de dirigentes, nomeadamente, além do Conselho de Administração, os próprios dirigentes desta Instituição sempre cumpriu o seu papel, do ponto de vista formal de uma forma exemplar.

A sua extinção, neste momento, cumpre um procedimento estratégico, pelo que quero apenas associar-me ao que aqui foi proposto.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Seguidamente e sem mais delongas, vamos proceder à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2011.”

PONTO 4.4 – INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DA AUTARQUIA – 2011.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Senhor Vereador do CDS/PP, Arq.º Nuno Sousa:

- 1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2011, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e respectiva avaliação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, alínea c) do n.º 2 do art. 53º e n.º 2 do art. 49º, todos da mencionada Lei.”**

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Ponto 4.4, Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Autarquia – 2011.

Está aberto o período para inscrições.

Estou a ver que ninguém quer inventar, assim sendo, vamos proceder à votação.

Quem vota contra?
Quem se abstém?
O resultado da votação foi o seguinte:
Votos contra, 0
Abstenções, 6
Votos a favor, 50

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 6 abstenções e 50 votos a favor, aprovar o Inventário da Autarquia de 2011.”

PONTO 4.5 - APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2011 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Ponto 4.5, Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental. Está aberto o período de inscrições. Não há inscrições. O Sr. Presidente da Câmara pretende dizer alguma coisa? Então vamos proceder à votação.

Quem vota contra?
Quem se abstém?
O resultado da votação é o seguinte:
Votos contra, 0
Abstenções, 1
A favor, 55

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria com 1 abstenção e 55 votos a favor, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento, elaborada para inclusão no Orçamento da Receita do Saldo apurado na Gerência de 2011 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos.”

PONTO 4.6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL / 2012.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos membros do PS, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a presente alteração ao Mapa de Pessoal 2012 com a inclusão de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa, no âmbito da componente de apoio à família, adstritos ao Departamento de Educação e Assuntos Sociais e Culturais;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Ponto 4.6, Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal / 2012.
Inscrições, por favor.
Deputado Luís Sousa, pode usar da palavra, por favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente, CDS/PP):

Sobre esta questão, gostava de ter uma resposta do Executivo, é uma questão de fundo, saber qual é a política de pessoal e como se enquadram com os objectivos e obrigações que foram acordados pelo Governo no Memorando de Entendimento e que também foram acordados pelo Executivo no Plano de Saneamento, que já foi aprovado por esta Assembleia.

Recordo que o Plano de Saneamento previa e passo a citar: “A apresentação das medidas necessárias para atingir uma situação financeira equilibrada, nomeadamente no que respeita à contenção de despesa com o pessoal, durante o Período de Saneamento Financeiro, respeitando o princípio da optimização na afectação dos recursos humanos do município.” Fim de citação.

Gostaria de saber como isto se enquadra com estes objectivos e com estas obrigações, que foram acordadas no Plano de Saneamento aprovado e também não posso deixar de referir, que nos materiais que me foram entregues não consta uma cópia do Mapa de Pessoal de 2011, com as alterações previstas para 2012.

Há algo que não bate muito certo, o que tem a ver com o número de colaboradores que consta no mapa de pessoal, a que tive acesso, mas que não constava dos documentos que me foram dados, que fala dum total de 413 colaboradores.

Depois, o Plano de Saneamento, refere para 2011, um total de 459 e no início de 2012, uma previsão de 492, tendo em conta a entrada dos 33 funcionários das águas e a aposentação de 14 elementos, ainda em 2012, o que faria descer o número para um total de 478 colaboradores. São três números e eu gostaria de compreender qual é a real situação da Câmara.

Por último gostaria de saber, porque se enquadra também na política de pessoal e na perspectiva de contenção da despesa com o pessoal que o Executivo se comprometeu no Plano de Saneamento, a quantos assessores e pessoal de apoio dispõe o atual executivo e quantas avenças sem concurso foram realizadas nos últimos anos.

Muito obrigado.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu, vou neste ponto tentar esclarecer porque ele está ligado directamente aos pontos, 4.10 e 4.11. É um ponto que está ligado a estes dois, posso já esclarecer e depois podemos debater directamente.

Em específico e claramente, este processo pressupõe esses dois procedimentos concursais. Como sabem, neste momento para fazermos qual tipo de procedimento concursal, tudo o que está no Plano de Saneamento Financeiro, se mantém em relação ao Quadro de Pessoal.

Aqui temos duas situações de excepção:

A primeira situação, já existe, que são as tarefeiras que prestam apoio à Educação. Está no âmbito do Contrato de Execução, é a Câmara Municipal que tem que assumir, não entram para o Quadro, nem podem, isto não entra na gestão corrente nem permanente da Câmara Municipal.

Os procedimentos têm que ser feitos de três em três anos e neste momento estamos a lançar o procedimento perfeitamente dentro da atividade que hoje está a decorrer e que tem decorrido sempre, em relação ao chamado apoio complementar que nós damos, nas horas das refeições e no prolongamento do horário do Primeiro Ciclo e do Pré Escolar.

O segundo Procedimento, diz respeito a Fundos Comunitários, pelo que neste momento, como é conhecido e público, nós apenas podemos apresentar estas Propostas se forem no âmbito desse processo.

Eu recordo que o segundo Procedimento já foi objecto de votação nesta Assembleia, para abertura do Procedimento, foi submetido à BEP, que é a bolsa de Emprego, a que é obrigatório submeter todos os concursos e agora vem a segunda fase que é a abertura dos Procedimentos Concurais, quer para os Sapadores Municipais, quer para a Loja de Turismo Porto e Norte, quer para as Auxiliares de Educação.

São dois Procedimentos que estão excepcionados, dentro do Processo de Saneamento Financeiro.

Eu não percebi muito bem o que tinha pedido o deputado Luís Sousa, tinha perguntado quantos assessores tem a Câmara Municipal, no Gabinete?

O Gabinete é constituído por uma Secretária, um Adjunto e um Chefe de Gabinete. Atenção que nesse caso, as pessoas não pertencem ao Quadro, são do Gabinete do Presidente.

Repito, este processo refere-se apenas a estes dois procedimentos que vêm nos pontos, 4.10 e 4.11. Não tem qualquer relação com o Quadro da Câmara, nós somos obrigados a cumprir as metas, quer as da Troika, quer as que temos no Saneamento Financeiro que são mais ou menos as mesmas.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Trata-se mesmo de um pedido de esclarecimento.

Eu não sei quais foram as consequências práticas de uma decisão que foi tomada numa Assembleia, de rescindir o Contrato do Protocolo com o Ministério de Educação e daí para cá, não vejo quais foram as alterações. Não sei se foi uma votação, se isso chegou a ser posto em execução. Levanto a questão por causa das Auxiliares de Educação e pedia ao Sr. Presidente, se fosse possível solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, o favor de me esclarecer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, Sr. deputado. A Mesa não sabe se a questão que nos coloca está dentro do âmbito do Ponto 4.5. De qualquer modo, perguntar não ofende e também não rouba tempo e eu perguntava ao Sr. Presidente se nos pode ajudar neste contexto.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu respondo telegraficamente.

A Câmara Municipal rescindiu unilateralmente o Contrato de Execução, mas nunca colocou em causa um aspecto que é o mais sensível do Contrato de Execução, que são as pessoas, neste caso os funcionários que foram transferidos para a Câmara Municipal e a prestação de serviços às crianças.

Assim, continuamos a assumir esse serviço, no entanto para nós, continuamos a assumir que o contrato está rescindido, e temos negociado com a DREN nesse sentido.

Mas nunca pusemos nem poríamos em causa o aspecto mais sensível:

Primeiro – prestação de cuidados de apoio às crianças, é o caso que está aqui vertente.

Segundo – a estabilidade dos funcionários que estavam afectos, porque não faz qualquer sentido chegarmos a Janeiro, pô-los à porta e dizer-lhes que já não são funcionários municipais.

A nossa perspectiva, o que foi decidido e transmitido à DREN é que nós consideramos que o contrato foi rescindido, mas continuamos a achar que há um conjunto de elementos em agenda que vem no seguimento do que eu falei antes, em relação ao reordenamento da rede, que têm que ser resolvidos, mas para todos os efeitos, nunca pusemos em causa a estabilidade, principalmente do corpo discente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Abstenções, 9

A favor, 54

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 63 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria com 9 abstenções e 54 votos a favor, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal 2012 com a inclusão de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa, no âmbito da componente de apoio à família, adstritos ao Departamento de Educação e Assuntos Sociais e Culturais.”

PONTO 4.7 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LCPA – LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP), conforme proposto:

- 1 – Aprovar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - 1.1 – Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - 1.2 – Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.
- 2 – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- 3 – Na primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos no ano anterior ao abrigo da autorização prévia genérica concedida;
- 4 – O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012;
- 5 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.7, Proposta de Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia, da Assembleia Municipal – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Sr. deputado Pedro Fonseca, tem a palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito boa tarde a todos.

Relativamente a esta Proposta, apraz-me dizer o seguinte:

Estamos perante uma Proposta que visa esvaziar o carácter democrático desta Assembleia, retirando-lhe competências.

Esta situação faz-me lembrar a atitude do Governo, ou seja, já que temos cá a Troika, então vamos fazer ainda pior do que a referida, avançando ainda mais nos tiques antidemocráticos.

Na quarta-feira passada, a Câmara Municipal, brindou-nos com uma magnífica homenagem a um notável revolucionário, o alfaiate de Mirandela, englobando o 25 de Abril e as suas comemorações.

Passado dois dias, apenas 48 horas, pretende aprovar algo, que em nada dignifica a democracia e a revolução dos cravos. Obviamente, votaremos contra.

Deputado Municipal Beça de Sousa (PS):

A intervenção do Deputado da CDU, quase que esvaziou a minha. No entanto, esta lei n.º 8 de 2012, merece (penso eu) maior reflexão e um pedido de esclarecimento.

Para se perceber a gravidade daquilo que vai ser votado aqui, eu leio apenas o artigo 11º.

“*Violação das regras relativas a assunção de compromissos.*”

Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores, ou responsáveis pela Contabilidade, que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei, incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória ou reintegratória, nos termos da lei em vigor.”

Quando se está aqui a pedir um parecer genérico para que a Assembleia autorize o Executivo a proceder como entender relativamente a compromissos financeiros, é uma espécie de cheque em branco.

Eu gostaria que o Executivo, através do Sr. Presidente da Câmara, nos esclarecesse melhor, com base em que artigo e com base em que fundamentos, esse parecer genérico irá ser votado aqui. Obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

De facto é um assunto importante, porque se trata duma dispensa de autorização prévia deste órgão a que pertencemos.

A palavra ao Sr. deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

A minha intervenção também vai neste sentido dos colegas desta Assembleia e a mesma preocupação de fundo relativamente à competência da Assembleia Municipal que vem aqui fragilizada, neste pedido de proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia.

Em períodos de crise e desequilíbrio financeiro, é certo que estamos obrigados a medidas céleres e a medidas que visam alguma austeridade.

A lei n.º 8 de 2012, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, vai no sentido de uma regularização célere nos compromissos financeiros assumidos, de uma maior contenção da despesa, duma maior fiscalização do processo de execução da despesa e de uma maior responsabilização dos agentes.

O pedido que nos é feito, vai precisamente no sentido contrário. Pretende-se aumentar a possibilidade de a Câmara Municipal contrair novos encargos sem cumprir os compromissos financeiros com terceiros já existentes e sem ter que prestar contas à Assembleia Municipal, dessa decisão, alargando, para o efeito, o montante de despesa para o qual não é necessário pedir o consentimento prévio deste órgão deliberativo, de vinte mil para cem mil Euros por ano.

É preciso ter em conta que este pedido é feito numa conjuntura de crise, num contexto também, de saneamento financeiro municipal, que obriga o Executivo a uma série de medidas de contenção e de regularização de dívida, que teve um aumento global de cerca de oito milhões de Euros, entre 2006 e 2010.

A Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, é clara a este respeito, no seu artigo 6.º, passo a citar: *“A assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.”*

Mais ainda, no artigo 7.º *“A execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento a um aumento dos pagamentos em atraso.”*, o que significa que antes de pensarem aumentar a dívida por razões eleitoralistas, a Câmara deve estar obrigada a reduzir os compromissos assumidos com terceiros.

Também não convém esquecer que os pressupostos da dita lei de n.º 8/2012, prevalecem sobre quaisquer normas legais ou convencionais, especiais ou excepcionais, que disponham no sentido contrário.

Eu não consegui compreender a justificação jurídica sucinta que é dada nesse pedido de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal e isto vai ao arrepio de toda a política de consolidação orçamental e de saneamento da situação financeira da Câmara e não vejo sentido de oportunidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições.

O Sr. Presidente da Câmara?

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, muito obrigado.

É só para dizer, – alguém leu aí um artigo da lei, que é claro – a responsabilidade é do Presidente da Câmara e responsabilidade financeira, só não tem uma que é a responsabilidade tutelar, é curioso, não entendi porque a lei não tem a responsabilidade tutelar, isto é, qualquer Presidente da Câmara pode ser penalizado financeiramente, mas não pode perder o mandato. São coisas curiosas, mas isso tem a ver com esta lei.

Quanto a esta proposta, que hoje aqui aparece, é muito simples: foi-nos enviada pela Associação Nacional de Municípios, foi-nos sugerido que as Assembleias Municipais a aprovassem, é-nos sugerido como elemento de gestão desta mesma lei e nós aceitamo-la como tal e assumimo-la como tal.

A verdade, é que a Lei dos Compromissos, neste momento «repito». Se alguém obriga a pensar na sua aplicação e na sua implementação, é o Presidente da Câmara. Nem é o Executivo, é o Presidente da Câmara, porque o responsável pela assunção do compromisso é o Presidente da Câmara. E assim, a responsabilidade por qualquer ilícito, legal ou não, é minha, pelo que não tenho nenhum problema em apresentar esta declaração, que como disse, foi sugerida pela Associação Nacional de Municípios, como um elemento de facilitar a gestão, porque a verdade é que esta lei, pode a curto prazo, pôr em causa a gestão corrente e diária das autarquias. Aliás, isto é público e conhecido e subscrevo-a sem qualquer problema.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos então em condições de votar esta Proposta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 17

A favor, 47

Aprovado por maioria.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria com 17 votos contra e 47 votos a favor, aprovar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos pontos que constam na deliberação da Câmara Municipal.”

PONTO 4.8 - PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE DO TUA S.A. E PROPOSTA DE ADESÃO À SOCIEDADE AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VALE DO TUA E APROVAÇÃO DE ESTATUTOS

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar a opção do Município de Mirandela, enquanto acionista da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A., votar favoravelmente, em Assembleia-Geral convocada nos termos constantes do artigo 11º e artigo 25º dos Estatutos, a dissolução da Sociedade, em virtude da desadequação da natureza jurídica adotada aos fins e objeto da Agência de Desenvolvimento Regional, definidos na Declaração de Impacte Ambiental referente ao Aproveitamento Hidroelétrico de Foz, emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente em 11.05.2009;
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para aprovar em Assembleia-Geral convocada para o efeito, a dissolução da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A. e caso aplicável, exercer as funções de liquidatário, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 25º dos Estatutos da Sociedade;
- 3 - Aprovar, ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 19 de setembro, com a última redação dada pela Lei n.º 1/2011 de 30 de novembro, a adesão do Município de Mirandela, à Associação designada por Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, entidade que sucede juridicamente nas atribuições e competências da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A., e cuja natureza jurídica, adotada nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 88/99 de 19 de março, se adequa aos fins e objeto da Agência de Desenvolvimento Regional definidos na Declaração de Impacte Ambiental referente ao Aproveitamento Hidroelétrico de Foz, emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente em 11.05.2009;
- 4 – Aprovar, a participação do Município, nos termos dos Estatutos que constam em anexo à presente deliberação, na Associação designada por Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, prosseguindo fins de reconhecido interesse público local e que se contém nas atribuições da autarquia;
- 5 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para a aprovação dos estatutos da Associação e a outorga do correspondente contrato de adesão;
- 6 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos seguir, ponto 4.8, Proposta de dissolução da sociedade Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua S.A. e Proposta de adesão à sociedade Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua e aprovação de estatutos.

Se os Srs. deputados estiverem com atenção, parece-me que o conteúdo é o mesmo, só muda de designação, ou de “chapéu”, com o devido respeito.

Inscrições. Pedro Fonseca e Rui Sá.

O Sr. deputado Pedro Fonseca tem a palavra.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito rapidamente.

Isto já dava para fazer uma novela, o Vale do Tua e os seus rapazes.

Será que ainda há alguém nesta sala que acredite em alguma coisa de positivo desta agência? A única pessoa que poderia acreditar já não está aqui, porque será?

Presidente da Assembleia Municipal:

Enquanto o Sr. deputado não usa a palavra, aproveitamos para esclarecer os Srs. deputados do seguinte:

Este ponto e segundo me chamaram a atenção, tem duas votações, que são:

Primeira votação:

Proposta de dissolução da Sociedade SA.

Segunda votação:

Adesão à mesma agência de desenvolvimento sem o SA.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Exm.º Sr. Presidente e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, comunicação social.

Na declaração de impacto ambiental emitida pelo Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento do Território e Desenvolvimento Regional, datado de 11 de Maio de 2009, sobre o aproveitamento hidroeléctrico da Foz do Tua, pode ler-se o seguinte:

“A Câmara Municipal de Mirandela, defende a emissão de parecer negativo a este empreendimento e ao respectivo estudo de impacto ambiental, na medida em que os seus efeitos negativos são de longe superior ao único interesse positivo para o país, que é o aproveitamento hidroeléctrico.”

Ainda para reforçar esta posição, o então Presidente da Câmara “**Dr. José Silvano**”, apresentava diversos argumentos contra a construção da barragem, por prejudicar o turismo de natureza de paisagem, nomeadamente porque:

Não se enquadra na natureza, destrói a Linha do Tua, não dá acesso ao Vale do Tua, cria uma barreira entre o turismo no Douro e no Tua, destrói a biodiversidade e não tem relevo do ponto de vista económico.

Contrariamente, a Câmara Municipal de Murça, a Câmara Municipal de Alijó, a Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães e a Câmara Municipal de Vila Flor, todas elas eram favoráveis à construção da barragem, umas à cota máxima, outras à cota 170, mas em suma, todas elas eram favoráveis.

Só a posição da Câmara de Mirandela e do Executivo da Câmara de Mirandela, era contra a construção da barragem.

Penso assim ter ajudado a tornar ainda mais clara a posição do Município de Mirandela, como já referi, contrária à construção da barragem, ou seja na defesa da actual Linha do Tua, tal como ela é. No período de consulta pública, de facto, alguns órgãos manifestaram a sua opinião. Que eu saiba, a CDU não tem cá nenhum parecer no pedido de consulta pública.

Há um partido político que emitiu a sua opinião, que é o CDS/PP e mais algumas Juntas de Freguesia, que não valerá a pena estar a dizer quais foram.

Dando um salto, passamos para Lisboa em 28 de Março de 2011.

Foi formalizada a constituição da Agência de desenvolvimento Regional do Vale do Tua, SA. em simultâneo com a assinatura do Protocolo que dará origem a uma nova solução de mobilidade.

A EDP e as Câmaras Municipais de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Murça e Vila Flor, formalizaram a constituição da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, SA. e o registo da sociedade, realizado no mesmo dia “28 de Março de 2011”, aconteceu em simultâneo com a assinatura do Protocolo que dará origem a uma nova solução de mobilidade, alternativa à actual linha ferroviária do Tua.

A EDP deu assim cumprimento a duas obrigações impostas pela declaração de impacto ambiental que aprovou a construção da barragem Foz Tua.

A Agência tem como principais objectivos a valorização dos recursos endógenos e aproveitamento de oportunidades criadas pelo aproveitamento hidroeléctrico de Foz Tua, que promova o desenvolvimento económico, social e cultural do Vale do Tua.

Relativamente ao capital da Agência, a EDP subscreveu 49%, ficando as autarquias com o restante, ou seja 51%, cabendo a cada autarquia 10,2%.

Entre os projectos a lançar pela Agência, está a solução do transporte multimodal para fins turísticos.

Esta alternativa aos 16 km. de linha submersos pela barragem, integra um sistema funicular até ao coroamento e de barcos que farão a ligação ao troço de linha Brunheda / Mirandela.

Inicialmente e não fugindo à regra, à boa maneira do país, com outros projectos, o projecto implicaria um investimento global de trinta e cinco milhões de Euros, para os quais a EDP contribuiria com um montante máximo de dez milhões, destinados à beneficiação, do que restará dos cerca de 60 km da Linha do Tua, já que 16 km ficarão submersos pela albufeira, cuja solução contempla:

Primeiro – a utilização do troço de via férrea entre a estação de Foz Tua e a base da barragem.

Segundo - um funicular entre a base da barragem e o seu coroamento.

Terceiro – o transporte fluvial entre a barragem da Brunheda e a construção de embarcadouros.

Quarto – a qualificação da infraestrutura ferroviária a partir da Brunheda.

Início de Março de 2012.

Aqui chegados, quem melhor do que o antigo Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Dr. José Silvano, para Director Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, entidade que vai gerir os milhões de Euros e contrapartidas pela construção da barragem Foz Tua?

O Dr. José Silvano, não se tratando de um Mirandelense de origem, escolheu Mirandela para viver, para educar os seus filhos e para ser Presidente de Câmara. É por isso um Mirandelense por opção, que ficará para sempre ligado pelas melhores razões ao concelho de Mirandela.

Os 16 anos de autarca deram-lhe a sabedoria, a arte e a experiência para saber construir consensos tão importantes nestas coisas e o poder negocial e de influência tão necessários para ser Director de uma Agência de Desenvolvimento numa região que abarca 5 municípios.

Não temos dúvidas de que se trata da pessoa com o perfil adequado para um bom desempenho à frente dos destinos da Agência.

A nova Agência vai gerir, em conjunto com o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade ICNB um fundo que está a ser a provisionado e que corresponde a cerca de meio milhão de euros anuais, durante os cinco anos da construção.

Segundo a EDP, este valor poderá duplicar, quando o empreendimento começar a produzir e corresponderá a 3% da facturação anual líquida, da produção de electricidade, ou seja, cerca de um milhão de Euros anuais durante 75 anos,

Mas, entre outras tarefas, o Sr. Director Executivo da Agência, através de declarações públicas, já nos deu a saber que os 35 milhões de que se fala para as obras da Linha do Tua são manifestamente insuficientes. Será que vamos ficar sem a Linha do Tua e com a barragem?

Assim e para que os fins da Agência se concretizem, pretendemos que a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua venha a desenvolver projectos de elevado interesse para a região e celebrar protocolos com entidades

de reconhecida experiência neste tipo de acções, para promover o empreendedorismo na região, através de programas especialmente concebidos para o efeito.

Como é sabido, a construção da barragem deve potenciar oportunidades de negócio, não só durante o período de construção, mas muito para além desse período.

A existência da albufeira, por si só, é certamente potenciadora de negócios de diferentes áreas, desde projectos de aquicultura a actividades de hotelaria, restauração, termas e spas, comércio e turismo, natureza, actividades desportivas náuticas, etc.

Uma barragem pode ser factor de fixação de pessoas em regiões especialmente envelhecidas, trazendo massa crítica e oportunidades de negócio habitualmente associadas a meios rurais.

A Agência tem aqui um papel fundamental na defesa dos interesses da região, pois até ao momento, apenas parece estarem assegurados dois milhões de Euros, necessários para a construção do Museu da Memória Vale do Tua e este também a cargo da Agência.

Sabemos que outro processo em curso é a criação de um parque de natureza e biodiversidade em torno da albufeira.

Sr. Director da Agência Regional Vale do Tua, para dispormos de um conceito de desenvolvimento sustentável, há que integrar aspectos da valorização e respeito pelo ambiente, bem como da análise intra e inter gerações das diversas componentes que integram o desenvolvimento participado.

Um dos objectivos do desenvolvimento, centra-se na satisfação de necessidades básicas, materiais e imateriais das populações, ou seja, admite-se que as necessidades não sejam satisfeitas apenas por processos de consumo, na perspectiva material, mas também dependem de outros factores sociais e psicológicos.

O desenvolvimento regional e local é um processo de diversificação e enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território, a partir da afectação e da articulação dos seus recursos e das suas energias, nomeadamente os recursos humanos.

Será o resultado do esforço da sua população e deverá ter como pressupostos a existência de um projecto de desenvolvimento, integrando as componentes humanas, económicas, sociais e culturais.

Neste sentido, os municípios pela sua proximidade às populações e pelo conhecimento que têm dos recursos locais a sua função deverá ser os principais agentes do desenvolvimento local e o seu papel é fundamental no quadro do paradigma da territorialidade, na medida em que a pequena escala, a dimensão local, é a privilegiada para desenvolver estratégias adequadas do desenvolvimento.

Neste contexto, Mirandela e os restantes municípios que integram a Agência, enquadram-se neste paradigma.

É pois necessário fazer com que Mirandela e os restantes municípios que integram a Agência se destaquem no empreendedorismo e na afirmação de municípios óptimos para se viver.

Para tal, devemos premiar três ou quatro melhores alunos do 12.º Ano, com o pagamento das propinas, verbas a serem suportadas pela Agência de Desenvolvimento Regional do Tua, no ensino superior, desde que no final do curso se radiquem nos municípios de origem. Caso contrário, com prévio contrato assinado neste sentido, as verbas recebidas deveriam ser devolvidas.

Pretende-se com esta medida, radicar os melhores, os mais competentes e os mais empreendedores.

É importante que o empreendedorismo que vier a ser feito, tenha em conta o ambiente e a aposta na agricultura, pois são as mais valias da nossa região.

Neste sentido, a proposta que aqui faço, seria que no primeiro ano importaria em 15.000 Euros, se fossem três alunos por município, no segundo ano seriam 30.000 Euros, no terceiro ano 45.000 Euros e no quarto ano, 60.000 Euros. Seria o tempo médio que se daria para uma licenciatura, eventualmente com o mestrado integrado.

No final dos quatro anos importaria em 150.000 Euros.

Era esta a proposta que eu queria deixar.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. deputado Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se as paredes deste Auditório falassem, diziam ao Presidente da Junta de Vale de Couvinhas, pare, escute e olhe, porque foi aqui que esse filme foi lançado. Acontecem flic flacs incríveis. Eu ouvi aqui dizer coisas a propósito da construção da barragem, que eram de arrasar.

O Governo de então, foi criticado ferozmente pelas opções que estava a tomar, que iam contra o património, que iam contra os interesses.

Na altura, eu próprio defendi que a situação deveria ser ponderada e deveria ser aprofundado o diálogo em torno da construção da barragem, porque me parecia que ela inevitavelmente teria que ser construída e o que seria importante era que a Assembleia se pudesse pronunciar sobre a mitigação dos efeitos da construção da barragem e as vantagens que a região e o concelho de Mirandela poderiam retirar em termos de contrapartidas.

Curiosamente, o que o então Presidente da Câmara e agora designado Director Executivo da Agência de Desenvolvimento disse aqui, foi que (isso está escrito em ata) ele não estava realmente contra a barragem, era tudo ficção. O que ele estava era a querer com essa posição para a qual arrastou a população de Mirandela em diferentes manifestações, queria conseguir o maior benefício possível. Está-se a ver qual foi.

Mas a minha questão é muito simples, independentemente do papel dessa Agência e independentemente desse futuro tão brilhante que o Rui aqui traçou, que eu espero que aconteça, mas que desconfio, não vai acontecer.

A questão que eu pergunto é muito simples.

Qual é o artigo dos estatutos desta Agência, onde está criado o cargo de Director Executivo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra agora o Sr. deputado Dinis Veiga.

Deputado Municipal Dinis Veiga;

Eu não era para fazer nenhuma intervenção, mas é que complicaram isto, quando isto não tem complicação nenhuma. Estamos a discutir coisas que não dá a cara com a careta.

Vamos analisar isto.

A Sociedade foi criada como: Sociedade Agência de Desenvolvimento Regional Vale do Tua SA. Por causa do SA paga 37% de imposto. Quer dizer, que se receber um milhão, trezentos e setenta mil ficam lá.

Se lhe tirarmos o “SA”, ela pode ser considerada uma instituição de utilidade pública e recebe o dinheiro todo.

Para que andam a complicar, não compliquem. Ou votamos a perder os 37%, porque ela já foi criada, ou votamos a ganhar tudo.

Agora, só um esclarecimento sobre as barragens.

O Governo do Eng.º Sócrates, recebeu 197 milhões de Euros pela construção da barragem pela EDP. A região recebeu zero.

Tuela e Rabaçal foram vendidos para várias mini hídricas e contrapartidas para a região, zero.

Vamos votar se queremos pagar os 37%, ou os queremos receber.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Eu queria interpelar a Mesa sobre esta questão, porque no conjunto de documentos que me foi enviado, não constam os estatutos, mesmo com esta alteração, pequena, como disse, mas que tem implicações fiscais.

Tendo em conta o que foi aqui levantado durante a discussão, compreendo que não era o central da discussão, eu concordo com o Prof. Dinis. Porém, foi levantado aqui um assunto que não deixa de ser importante, visto que o ponto diz: “Proposta de dissolução e Proposta de adesão e aprovação de estatutos”.

Eu gostava de ter tido os estatutos para poder ver esta questão do enquadramento ou não de um cargo de Director Executivo, que não sabemos se tem enquadramento jurídico.

Esta questão deveria ter sido acompanhada pelos estatutos, não foi e estamos a votar um bocado às cegas.

Foi referido pelo Sr. Presidente Rui Sá, que na altura houve várias intervenções de grupos políticos e que fique claro que a intervenção do nosso grupo, foi a favor da criação desta Agência, aliás, foi o único que foi a favor. Isto é para falarmos um pouco de congruência do que foi discutido e feito nesta casa e as campanhas que foram feitas.

Quanto à questão de o candidato ser ou não ser o melhor candidato, eu tenho estima pessoal e como lhe disse aqui na última intervenção que tivemos, desejei-lhe o melhor para o futuro, mas também lhe disse que não gostaria de o ver num futuro cargo público.

A verdade é que o nome “José Silvano” foi vetado para a CCDRN, portanto vamos lá ver se a questão de ser o melhor candidato para esta altura, coincide com uma pessoa que durante todo este tempo fez uma campanha dura contra todo este projecto. Não há aqui muita coerência.

Coerência tivemos nós relativamente à criação da Agência e continuamos a afirmar.

Mas também lhe digo que eu não nasci ontem e estou convencido que enquanto não vir nada de concreto sobre o que se pretende com esta Agência, eu acho que isto vai acabar em meia dúzia de projetinhos de meia tigela.

Este assunto já tive a oportunidade de o escrever uma vez num artigo do público, que é a falta de preparação ou de poder de contrapor estas grandes empresas, como é a EDP, que um autarca tem

Eu já tive a oportunidade de conviver com alguns representantes dessas empresas e a percepção que têm dos autarcas, é de pessoal menor que lhe come nas mãos. Isto que fique claro.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Sr. deputado Miguel Ângelo, a Mesa entende que esta questão da aprovação dos estatutos é importante e naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara nos irá auxiliar neste aspecto.

Agora, chamo a atenção dos Srs. deputados para o seguinte:

Provavelmente, os estatutos serão aqueles que já estavam anteriormente, portanto chamo a atenção dos Srs. deputados para auxílio do seu raciocínio.

Sr. deputado Miguel Ângelo tem a palavra.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Eu suponho até que os estatutos vêm impressos nos documentos que nos remeteram.

Pode ter havido alguma falha, mas eu tenho a sensação de os ter visto.

Gostava de esclarecer uma situação.

Nós compreendemos perfeitamente, deputado Dinis, o que vamos votar e sabemos como é que vamos votar, vamos votar favoravelmente a questão da Agência.

Tive o cuidado de dizer, que oportunamente, defendemos a ideia que a Assembleia Municipal poderia promover uma sessão especial, específica, para se discutir este assunto e aprofundarem-se ideias sobre que projecto queremos em termos de desenvolvimento para Mirandela e para a região, face a esta nova circunstância e face ao impacto que ela pode ter. Portanto essa questão não está em causa.

Dizer que eu falo por oportunismo político, é próprio de alguém que está muito distraído (um aparte do deputado Figueiredo) ou então não sei.

O que aqui foi hoje apresentado pelo Presidente da Junta Rui Sá, foi um modelo de desenvolvimento que esta Agência pode trazer e isso sim é desproporcionado em relação àquilo que se vai votar.

E foi por força dessa intervenção que eu intervim, apenas para pedir um esclarecimento. É evidente que fiz algumas considerações, mas pedi um esclarecimento. Qual é o artigo dos estatutos da Agência, antes SA e agora que deixa de ser SA, onde está definido o cargo de Director Executivo? Porque várias vezes o Presidente da Junta Rui Sá, se referiu ao cargo de Director Executivo da Agência e eu gostava de saber – se ela não souber, talvez do Executivo possa vir essa informação – qual é o artigo dos estatutos onde está definido esse cargo?

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Sr. Presidente, compreendo que os estatutos tendo vindo já à Assembleia, enfim, nós podíamos fazer um exercício de memória, custa-me a fazer já com algum tempo que eles foram apresentados e além disso é preciso ter em conta que neste ponto há duas votações e a segunda obrigaria a que esses documentos estivessem cá, independentemente de terem sido votados no passado.

Há uma votação de dissolução e há uma votação de adesão com os novos estatutos e daí volto a frisar que teria sido bom ter esses documentos.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara, por favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Bem, vou tentar ser o máximo de conciso e claro em relação a este assunto.

Em primeiro lugar, quero dizer, como Quadro da EDP, que me considero bastante individualmente, ao contrário, pelos vistos, de alguns colegas meus dessa mesma empresa.

A verdade é que a Agência Vale do Tua foi constituída no âmbito de um processo, que já vai longo, sem dúvida, mas que é um processo que não foi sequer imposto pelos municípios, foi um processo que foi imposto por todo o processo de concessão das barragens e o único motivo que surge é pela luta que foi feita, porque senão “zero, meus senhores”.

Neste momento no nosso concelho estão a ser construídas diversas mini hídricas nos dois rios “Tuela e Rabaçal” e as contrapartidas são zero. Isto posso dizê-lo claramente, porque, pura e simplesmente, no dia 31 de Dezembro de 2010, alguém vendeu os rios sem qualquer contrapartida. Recebeu o dinheiro e foi-se embora. E a verdade é que este é o conceito que muitas das vezes se faz, da gestão dos nossos recursos naturais.

No âmbito deste processo, todos conhecemos, esta Assembleia já aprovou, foram exigidas contrapartidas. Acho bem, fazer o debate sobre que efectivas contrapartidas isso vai resultar.

Mas a questão da constituição da Agência, é o Protocolo que foi assumido, foi assumido na DIA e foi assumido que a Agência era a entidade que ia relacionar-se directamente com o fundo da biodiversidade que é quem vai receber o dinheiro da facturação.

Vamos lá ver se nos clarificamos.

Quem recebe os 3% não é a Agência, isto é uma ilusão. Quem recebe os 3% da facturação, é o fundo da biodiversidade que pertence ao ICNB. A Agência Vale do Tua estabeleceu um Protocolo com o ICNB e será a responsável por promover projectos para aceder aos 75% desses 3%, que são afectos a estes projectos na área de intervenção da Agência Vale do Tua, o que significa que desde logo, à cabeça, 25% em princípio, ficam afectos ao ICNB ou ao fundo da biodiversidade.

Para isso é necessário criar um mecanismo de gestão e um mecanismo de gestão na altura escolhido pela EDP e sugerido pela EDP, foi naturalmente a constituição de uma SA. Foi aqui aprovada, foi aqui explicada, foi aqui constituída como SA, a Câmara Municipal de Mirandela constituiu o capital social que lhe competia, 50% do capital social pertence à EDP, foi constituído pela EDP e 50% do capital social foi constituído pelas restantes cinco Câmaras Municipais, já aqui mencionadas.

Entretanto, foi também assumido nesse acordo de contrapartidas, que a Agência iria iniciar a sua actividade pela concessão em subsídio de 500 mil Euros, que seria o capital semente para arrancar esta mesma Agência. Tudo o que agora estou a dizer, já aqui foi dito nesta Assembleia no passado.

Ora, quando se verificou que existiam condições legais para constituir essa Agência, foi constituída no final do ano de 2011, foi quando o capital social foi constituído, a Agência começa a funcionar no dia 01 de Janeiro de 2012 e verifica-se que afinal, se esse dinheiro fosse transferido para a Agência, tal como já aqui foi dito pelo Prof. Dinis, teria que pagar logo à cabeça, o IRC, no valor de 37%.

Se nós já estamos a receber pouco, nós íamos logo devolver ao Estado pelo menos aquela componente.

E foi decidido neste caso pela Administração da Agência Vale do Tua, que é constituída pelos cinco municípios e por um Administrador da EDP, encontrar uma solução que não penalizasse desta forma a constituição e o lançamento desta Agência Vale do Tua. Essa fórmula foi, extinguir a Agência Vale do Tua SA e constituir uma Associação sem fins lucrativos, que terá de ter estatuto de utilidade pública, enfim, para poder cativar estas verbas e pelo menos pô-las a trabalhar em função da nossa região.

Isto significa o quê?

Tal como qualquer SA, tal como qualquer Associação, o cargo disto ou daquilo, não vem nos seus estatutos.

Nos estatutos desta Associação, vem naturalmente, o Presidente da Direcção, o Secretário, o Tesoureiro. O que vem habitualmente são os estatutos duma Associação.

Qualquer cargo que esteja associado, seja aqui, seja numa SA, seja onde for, está associado a um regulamento interno e à criação de uma decisão interna.

Assim, quando perguntam onde é que está e qual é o artigo do Director Executivo ou não Director Executivo, como é evidente isso não tem nada a ver com os estatutos que estão aqui a ser aprovados, isso tem a ver com outra discussão paralela a toda esta questão.

É verdade que a constituição da Agência devia ser uma enorme luz de esperança para todos nós, que achamos que podemos beneficiar elementos com a construção daquela barragem, mas a verdade é que neste momento, a constituição desta Agência, é fundamental, para pelo menos tentar que alguns compromissos dos que foram assumidos sejam cumpridos, é o que aqui estamos a aprovar, é apenas uma transição administrativa, do ponto de vista da importância desta estrutura, é fundamental.

O que vos posso transmitir, uma vez que, como Presidente da Câmara, sou representante da Câmara, neste caso na SA, é que tem existido uma relação bastante profícua, quer com os municípios, quer com a EDP, profícua no sentido do que é o objectivo desta Agência, fazer o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Tua, lançar o plano estratégico

de constituição do parque natural, que foi uma imposição do ICNB e um conjunto de iniciativas que no fundo vão ser alimentadas por este dinheiro de que aqui estávamos a falar.

Muito obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu registo o pedido. Deixe-me prestar um esclarecimento à Assembleia, que pode ser útil para as dúvidas que aqui se têm levantado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Deixem-me só esclarecer aqui uma questão.

Eu, aqui tenho que concordar com o deputado municipal Miguel Ângelo.

Estou neste momento na posse da certidão da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mirandela, de 16/04/2012, onde constam os estatutos da Agência. Eles estão aqui e presumo que terão sido entregues a todos. Têm 31 artigos e o estatuto está na certidão.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. deputados, a vossa atenção por favor.

O Sr. deputado Pedro Fonseca quer ainda usar da palavra sobre esta matéria? É algum assunto relevante?

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Eu queria apenas acrescentar, relativamente a esta discussão e para finalizar a intervenção da CDU nesta matéria, responder ao Presidente da Junta de Vale de Gouvinhas, que não deve ter andado atento. Se houve alguém que esteve contra este processo desde o início, foi a CDU e o Partido Ecologista Os Verdes.

Ainda bem que foi esclarecido durante o decorrer desta sessão, que se trata de duas votações, porque eu queria dizer aqui muito frontalmente para todos os presidentes da junta e para todos os deputados municipais, que temos aqui neste momento, na minha opinião, uma oportunidade única de, no futuro não virmos aqui dizer que a Agência de Desenvolvimento Vale do Tua custou xis milhões ao erário público, porque não deu em nada, porque não fez nada.

A situação é a seguinte:

Peço a todos que votemos todos a favor o primeiro ponto, da dissolução e que votemos todos contra a formação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sei que é desnecessário, mas eu lembro mais uma vez, o voto é individual e o apelo tem o sentido que todos saberão interpretar.

Vamos votar então o primeiro ponto, como foi esclarecido, da dissolução.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: - Ponto 1 - A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar a opção do Município de Mirandela, enquanto acionista da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A., a dissolução da Sociedade, em virtude da desadequação da natureza jurídica adotada aos fins e objeto da Agência de Desenvolvimento Regional, definidos na Declaração de Impacte Ambiental referente ao Aproveitamento Hidroelétrico de Foz, emitida pelo Secretário de Estado do Ambiente em 11.05.2009 e dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para aprovar em Assembleia-Geral convocada para o efeito, a dissolução da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A."

Presidente da Assembleia Municipal:

Então agora vamos votar a "adesão" à Sociedade sem "SA"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 1

A favor, 62

Aprovado por maioria

Ponto 2 - A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 63 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 1 voto contra e 62 votos a favor, aprovar a adesão do Município de Mirandela, à Associação designada por Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, entidade que sucede juridicamente nas atribuições e competências da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, S.A., e dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara ou ao seu substituto legal para a aprovação dos estatutos da Associação e a outorga do correspondente contrato de adesão."

PONTO 4.9 - PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DOS PROJETOS E DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE MIRANDELA XXI.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a dissolução da Sociedade Comercial Mirandela XXI nos termos expostos;
- 2 – Submeter a proposta de dissolução da Sociedade Comercial Mirandela XXI, à discussão e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos da al. d) do n.º 1, do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pela qual compete a esta Assembleia acompanhar a atividade da Mirandela XXI.

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD, 1 voto contra do membro do CDS/PP e 2 abstenções dos membros do PS, conforme proposto:

- 1 – Celebrar um contrato de cessão de posição contratual pelo qual a Mirandela XXI ceda os direitos e obrigações relacionados (apenas) com a elaboração dos projetos, que derivem do contrato de parceria público-privada;
- 2 – Submeter a proposta de dissolução da Sociedade Comercial Mirandela XXI, à discussão e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos previstos da al. d) do n.º 1, do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, pela qual compete a esta Assembleia acompanhar a atividade da Mirandela XXI.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.9, Proposta de Aquisição dos Projetos de Dissolução da Sociedade Mirandela XXI.
Pode usar da palavra o deputado Jorge Pereira.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS)

Independentemente do sentido de voto do Grupo Municipal do PS, gostaríamos de saber objectivamente, quais as vantagens que esta Sociedade teve para Mirandela, bem como, saber quais os custos financeiros que implicou para o Município, e ainda, quais os motivos que levam a este pedido de dissolução da Sociedade?

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição, Srs. deputados?
Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Aqui também, no ponto 4.9, estamos perante duas votações. Estamos perante uma votação para a dissolução e uma votação para a proposta de aquisição. E concordo plenamente com a intervenção anterior.

Esta também foi daquelas sociedades, entre várias que aqui foram criadas, que nunca se soube nada, porque o mecanismo de reporte a esta Assembleia também era figura de estilo.

Terá sido também essa uma das razões porque ainda não veio aqui o famigerado relatório dos direitos da oposição, porque ainda ninguém o tinha solicitado. Nunca ninguém veio aqui dar contas de nada. E estivemos hoje aqui a discutir as contas de gerência quando temos uma série de organismos que deveriam ter sido apresentadas aqui as contas e também não foram. Temos até alguns que já tinham sido votados na reunião do Executivo e já deviam ter vindo. Não há a desculpa de que a Assembleia-geral ainda não foi feita. Este sistema de reporte é uma vergonha.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma inscrição?
Faz favor, deputado Faustino Cunha.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Eu não sei se estamos este momento a discutir a aquisição dos projectos ou a dissolução.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, o ponto 4.9, diz objectivamente que é a proposta de aquisição dos projectos e dissolução da Sociedade Mirandela XXI. depois na informação que chega aos Srs. deputados, tem duas deliberações.

Como há duas deliberações, cada uma delas avoca cada um dos assuntos, a aquisição e a dissolução são propostas diferentes e votações distintas.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Então quer dizer á maioria que não é tudo em conjunto, é separado.

Ó Sr. Presidente, mas o meu pedido de esclarecimento era no sentido de a aquisição dos projectos pela Câmara, não é? Quem é a entidade que vai adquirir os direitos dos projectos? Essa é a minha pergunta.

Presidente da Assembleia Municipal:

Estamos em plena fase de discussão e de informação e vamos ver a participação activa dos Srs. deputados e a palavra do Executivo.

Nenhuma inscrição e portanto nesta circunstância, peço ao Sr. Presidente da Câmara se pode dar algum esclarecimento útil para este ponto.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, muito obrigado.

Gostava apenas de dizer que esta intenção de dissolução foi manifestada no orçamento de 2010. Na altura apresentámos claramente a intenção de dissolver.

Este é um projecto que todos sabem, não vale a pena dizer o contrário, foi feito num período em que havia o princípio de partilhar o risco com entidades privadas, no sentido de arranjar financiamento. Eles tinham o risco do financiamento e nós tínhamos o risco de assumir a gestão dos equipamentos.

Todos sabemos que o paradigma mudou, houve esta alteração, isto já foi proposto em 2010, só que do ponto de vista formal, não foi possível antes, avançar neste sentido.

No entanto, eu quero dizer (não é nenhuma manifestação de intenção) que na minha opinião, mas é a minha opinião e longe de mim ser jurista, que neste ponto só está uma votação em causa, que é a dissolução, porque a aquisição seria uma competência da Câmara, mas não vejo qualquer inconveniente em existirem duas votações, não é essa a questão.

Não vou entrar nessa discussão, porque estando os dois pontos a ser debatidos em simultâneo, separá-los também não seria interessante.

Em relação ao pedido de esclarecimento do Jorge, dizer-lhe:

Em primeiro lugar, os custos, tal como foi dito na proposta, mais ou menos claro, os custos, tal como o risco, foram partilhados. Os custos que possam ter existido, tirando os dos projectos, foram partilhados com os parceiros.

A aquisição dos projectos é de um projecto em específico, é o que nós assumimos que é importante para nós, era um projecto que estava em curso, que já estava negociado "digamos assim" com a DREN, que estava em evolução, é um projecto que se respeita ao Colégio de Artes, para eventualmente instalar a Escola Esproarte.

Nós consideramos que esse projecto tem condições para um dia mais tarde poder vir a ser implementado, assumindo a necessidade de um dia mais tarde conseguirmos financiá-lo no âmbito de algum projecto comunitário ou de outro meio de financiamento.

Por esse mesmo motivo é que propomos a aquisição do projecto, porque, como digo, já estava num nível de desenvolvimento bastante elevado.

Quanto à dissolução, como disse, em 2010 já tínhamos manifestado essa intenção.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Fica aqui uma dúvida.

Compreendo, relativamente ao que o Sr. Presidente acabou de dizer, que se calhar não nos competia a nós estarmos aqui a discutir a aquisição, se não é da nossa competência, é de retirar. Não andamos a votar coisas que não são da nossa competência. Obrigado pelo esclarecimento.

De qualquer maneira há um processo que tem algumas implicações e que será seguramente, depois também discutido pelos nossos vereadores na Câmara e que me preocupa aqui um pouco, porque vão ser adquiridos projectos para realizar em terrenos que efectivamente não são da Câmara. Correcto? Eu não estou a compreender porque é que esses projectos vão ter que ser adquiridos, se os terrenos não são da Câmara.

Já agora, também saber qual é o valor dos honorários desses projectos e respectivos orçamentos e também qual é o valor das indemnizações que está previsto para isso.

Embora nós não tenhamos competência para votar isto, temos competência para fiscalizar e portanto eu quero saber porquê.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, claro que este é o órgão próprio e o local próprio, para analisar, esclarecer, votar e criticar. Deixou aqui algumas perguntas dirigidas à Mesa, que entendo foram dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara. Não havendo qualquer inscrição, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se ainda quer usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, sim...

Presidente da Assembleia Municipal:

Faz favor, tem a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Respondendo claramente ao deputado Luís Sousa.

Tal como eu esclareci na Câmara Municipal, o valor do projecto é o valor do inventário. O inventário só pode ser feito depois da dissolução, isto é, da intenção de dissolução. E esse inventário será proposto em Assembleia-geral e depois a Câmara Municipal irá decidir quanto ao valor que vai ser colocado. O valor pressupõe o preço do projecto. Já o repeti aqui, não há indemnizações, não há outras, é o valor do preço do projecto.

Em relação ao local, nós continuamos a achar que temos legitimidade para reclamar os terrenos onde ela vai ser instalada. Nunca deixei de o dizer e nunca deixarei de o dizer, independentemente daquilo que seja a opinião. Para nós, ainda hoje e considerando o protocolo que foi feito na constituição do Metro de Mirandela, nós continuamos a achar que legitimamente, aqueles terrenos terão que ser da Câmara Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mais alguma questão sobre esta matéria?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Só muito rapidamente, até porque o Sr. Presidente acabou de citar o Metro de Mirandela e acabou de citar também que no orçamento para 2012 já se previa a dissolução desta sociedade e que também já se previa (lembro-me eu) a dissolução do Metro de Mirandela. Quero aproveitar, neste momento, para manifestar porque é que esta Assembleia não tem a possibilidade de discutir, na sua função de órgão fiscalizador, os casos das sociedades participadas. Não apareceu o Relatório da Empresa Metro de Mirandela, não apareceu do Cachão, não apareceu do

Hospital Terra Quente e não aparece por intenção. É que a administração dessas entidades é feita pela Câmara Municipal de Mirandela. Portanto não aceito essas manigâncias de justificação. Obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Deputado Baltazar Aguiar, faz favor.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

É só sobre esta última parte que tem a ver com a aquisição.

Eu creio que não poderemos votar aqui a aquisição, porque como todos sabem, quando se compra o que quer que seja, tem que estar identificado o que se compra, porque valor e como se paga.

Portanto, como o Sr. Presidente disse, eu penso que não poderemos votar aqui a aquisição. A dissolução sim, mas a aquisição não poderá ser votada aqui, porque têm que estar identificadas em qualquer contrato estas três questões, que são o objecto, o valor e o pagamento. Só está identificado o objecto, não está identificado o valor nem a forma de pagamento. Isto parece-me óbvio.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu disse exactamente isso.

A minha interpretação é assim:

As duas deliberações, uma delas é tomada em reunião de Câmara Municipal e tem a ver com a aquisição, sim senhor, a outra tem a ver com a dissolução. Na minha opinião, concordo perfeitamente.

Agora, uma vez que foram os dois pontos agendados, é uma consideração da Assembleia Municipal e não minha...atenção. A Assembleia Municipal se considerar pertinente votar os dois pontos fa-lo-à, se não considerar pertinente votar os dois pontos, não o fará.

Tal como eu disse na minha interpretação, uma, é competência da Assembleia Municipal, a dissolução, porque também foi aqui constituída, a decisão de aquisição, é decisão da Câmara Municipal, perante essa mesma proposta.

O facto de a Câmara Municipal ter decidido comprar os terrenos, já é uma decisão para a Assembleia-geral, que é um assunto diferente, Assembleia-geral de dissolução.

Dizer, sobre o Metro e as participadas:

Os argumentos que utilizou já os ouvi, já os transmiti também ao Sr. Vereador do CDS/PP, nós comprometemo-nos a entregar um dossier completo de todas as participadas, com toda a informação, quando todas as assembleias estiverem realizadas.

Já ouvi também as críticas de as Assembleias não serem marcadas atempadamente, mas repito que não vejo inconveniente nenhum em discutir esse dossier na Assembleia de Junho, porque não.

De qualquer das maneiras serão entregues todos esses documentos, de forma agregada, sobre todas essas instituições.

Ó Sr. Presidente, se eu bem percebi, peço desculpa de não ter sido atento, a Assembleia está em condições de votar a dissolução e adiariamos o segundo ponto?

Então Srs. deputados, fica claro, votamos só o primeiro ponto, a dissolução.

Vamos então à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado e ficaria o segundo ponto sem ser tratado

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Vamos votar a dissolução, é tudo a favor. Foi isto?

DELIBERAÇÃO: Ponto 1 - A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade aprovar a dissolução da Sociedade Comercial Mirandela XXI nos termos expostos."

PONTO 4.10 - PROCEDIMENTO CONCURSAL – RECRUTAMENTO DE SESENTA (60) POSTOS DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO A TEMPO PARCIAL, NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – AUXILIAR DE ACÇÃO EDUCATIVA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos membros do PS, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Procedimento concursal – Recrutamento de sessenta (60) postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa;**
- 2 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal."**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.10 - Procedimento Concursal – Recrutamento de sessenta (60) postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa. Inscrições.

Professora Odete Ferreira, pode usar já da palavra.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Sr. Presidente e Srs. deputados.

No ponto 4.6, foi algo que nos chamou a atenção, o ponto 4.6 vir tão distante do ponto 4.10 e 4.11, daí não termos na nossa bancada, feito qualquer intervenção, parecia-nos que tinha uma coisa a ver com a outra e como de facto o Sr. Presidente assim o disse quando interveio no ponto 4.6 para alguns esclarecimentos adicionais.

Independentemente da nossa intenção de voto, o que gostaríamos de saber, embora o que esteja aqui, todos nós percebemos o que é um procedimento concursal, o que é que isto implica, minimamente, percebe-se.

Eu e outros elementos aqui presentes nesta Assembleia, lidamos com as situações do núcleo de pessoas que solicitam rendimento social de inserção.

A Autarquia é uma das instituições, quase a única (mais dois ou três) que se candidatam e nós conseguimos no concelho de Mirandela, ter uma grande parte dos beneficiários integrados nos chamados (antigamente pocs) CEI ou CEI+.

Eu pergunto se estes procedimentos concursais, se esta afectação de pessoal, alguns dos que são colocados nos CEI+, não podem servir para algumas dessas funções, para essas necessidades, atendendo a que o dinheiro é central e se pudesse haver alguma colocação de pessoal dos CEI+, nestas funções. É apenas um pedido de esclarecimento.

Cada vez mais surgem pedidos de rendimento social de inserção, com pessoas com cursos ligados às Novas Oportunidades ou Ninho de Empresas, do Instituto de Formação Profissional. Foi apenas uma achega, o resto parece-me pacífico, naquilo que é de lei.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há inscrições, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Tal como já tinha explicado no ponto em que discutimos a alteração do Quadro do Mapa de Pessoal, estes são funcionários que são lá colocados.

Normalmente nós recorremos a esse tipo de situações em vários casos, só que temos de perceber que nós temos que garantir a estabilidade do ponto de vista dos horários e de tudo o resto.

Muitas das vezes essas contratações dentro desses programas não coincidem com os anos escolares. Estes funcionários são-nos solicitados pelos agrupamentos para nós garantirmos essa estabilidade.

Normalmente nós utilizamos esse tipo de recursos em situações, nas quais a estabilidade não é tão importante.

Eu repito, não é fácil compensar este tipo de serviços, são situações de refeições, de prolongamento de horário em que nós não podemos arriscar-nos a que um dia falhe um funcionário que esteja a cumprir essa função.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições, então estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Abstenções, 5

A favor, 44

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 49 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 5 abstenções e 44 votos a favor, aprovar o Procedimento concursal – Recrutamento de sessenta (60) postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Auxiliar de Ação Educativa.”

PONTO 4.11 - PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – RECRUTAMENTO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO, NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL – SAPADOR FLORESTAL – RECRUTAMENTO DE UM POSTO DE TRABALHO EM REGIME DE CONTRATO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR – TURISMO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar os Procedimentos concursais – Recrutamento de cinco postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Sapador Florestal – Recrutamento de um posto de trabalho em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior – Turismo;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.11, Procedimentos Concursais – Recrutamento de cinco postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo, na carreira e categoria de Assistente Operacional.

Inscrições dos Srs. deputados.

Não há inscrições.

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara se assim entender. Também não.

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação é o seguinte:

Votos contra, 8

A favor, 41

Aprovado por maioria

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 49 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 8 votos contra e 41 votos a favor, aprovar os Procedimentos concursais – Recrutamento de cinco postos de trabalho em regime de contrato em funções públicas a termo resolutivo certo, na carreira e categoria de Assistente Operacional – Sapador Florestal – Recrutamento de um posto de trabalho em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior – Turismo.”

PONTO 4.12 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de abril de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Regulamento Municipal do Plano de Emergência Social do Concelho de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.12, Discussão e Aprovação do Plano de Emergência Social do Município de Mirandela.

Inscrições.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente, Exm.º s Srs. deputados. Antes de mais, boa tarde a todos.

Eu não era para falar nem fazer qualquer tipo de intervenção nesta Assembleia.

Em primeiro lugar, porque embora me fosse referido várias vezes que seria uma Assembleia bastante importante, o certo é que depois de algum tempo de ausência, era a minha primeira Assembleia em que o Sr. Eng.º aparecia como Presidente da Câmara e eu achei que era preferível ver a postura, ver o comportamento, para depois, a partir daqui começar algum tipo de intervenção.

Por outro lado, porque fiquei com a sensação, ao longo desta Assembleia que independentemente de os assuntos serem mais relevantes ou menos relevantes, é indiferente o que quer que se venha a questionar ou que se venha aqui a discutir por cada um de nós, porque à partida ficamos com a sensação que no final o resultado é sempre o mesmo, ou seja, é tudo votado a favor, que é o que a mim me fez um bocadinho de confusão durante esta Assembleia, principalmente no que disse respeito aos pontos 4.7, que teve a ver com a Lei dos Compromissos e o Ponto 4.9...

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr.ª deputada, desculpe interrompê-la. Eu chamava a atenção de V. Ex.ª para o Ponto 4.12, estamos a falar do Plano de Emergência Social e V. Ex.ª está-se a desviar claramente.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Sr. Presidente, com o devido respeito que tenho, quer pela sua posição, quer pela idade, devo dizer-lhe que vou continuar a fazer esta minha intervenção da maneira como a estou a fazer, porque ao longo desta Assembleia, vi uma série de posturas incorrectas, vi tempos ultrapassados e os critérios foram aplicados de forma diferente para cada uma das pessoas que fez a sua intervenção.

Portanto neste momento eu vou fazê-la assim e quis fazer esta pequena introdução e vou continuar a fazê-la e vou depois dar seguimento ao 4.12.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputada, peço desculpa de a interromper novamente.

V. Ex.ª vai fazer se for autorizada para o efeito e se coincidir com os nossos critérios. Que fique muito claro, a Mesa é que dirige o decurso desta Assembleia. A Mesa chama-lhe a atenção objectivamente, para o Plano do Ponto 4.12. V. Ex.ª está-se a desviar. Tem outra oportunidade em Outros Assuntos de Interesse para o Município.

De qualquer maneira, a Mesa num sinal de tolerância vai continuar a dar-lhe a palavra, pedindo-lhe a melhor compreensão para o efeito, não é para ser breve, mas para se referir objectivamente e exclusivamente ao ponto que está em discussão.

Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):

Como estava a dizer e continuando, fez-me um bocadinho de confusão, porque me dá a sensação que é como uma história que é verídica e é recente, em que num determinado agregado familiar ninguém sabe o que é que faz ao dinheiro, mas depois a solução que se encontrou, foi o marido tentar matar a esposa com a catana.

Aqui deu-me a sensação que é tudo o mesmo género, ninguém quer saber das contas, ninguém quer saber do dinheiro e depois no final temos a parte da responsabilização criminal, civil, que no fundo chegamos à conclusão que não existe e não se vê e isso é o que temos vindo a ver no nosso país.

Seguindo agora para o ponto 4.12, eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos, designadamente no que diz respeito ao artigo 2.º dessa Proposta de Aprovação de Regulamento, que refere:

“O presente Regulamento visa definir as condições de acesso à atribuição de apoio a estratos sociais desfavorecidos, em situações de emergência social de carácter pontual e temporário, em vertentes não contempladas no Regulamento dos Apoios Económicos no concelho de Mirandela, através de medidas de apoio excepcionais e medidas de apoios não tipificados”.

A primeira questão que eu tenho para colocar diz respeito a este carácter pontual e temporário, que vem referido noutros artigos deste regulamento e eu gostaria de ficar mais esclarecida relativamente ao período de tempo que aqui se quer referir, que eu não sei se será durante o período de tempo em que a situação do agregado familiar será precária, ou se tem uma duração limitada, mínima ou máxima.

A segunda dúvida que eu tenho é relativamente às medidas de apoio não tipificadas. Relativamente às medidas de apoio excepcionais, elas vêm tipificadas no artigo 6.º, mas as medidas de apoio não tipificadas, não fiquei esclarecida, o que é que são, o que é que englobam.

Finalmente, uma última dúvida que me ficou, tem a ver precisamente com esse artigo 6.º, ou seja, esse artigo 6.º elenca uma série de medidas de apoio excepcional e eu não percebi se são aplicadas todas cumulativamente a um agregado familiar, se são escolhidas e se são escolhidas, quais os critérios dessa escolha.

Para além disso e para terminar, ainda no artigo 3.º, é referido que essas medidas de apoio são concedidas tendo presente o princípio da subsidiariedade, devendo actuar-se de forma concertada preventiva, desenvolvendo intervenções integradas e multissetoriais.

Eu gostaria também de questionar este Executivo em que consistirão estas intervenções e estas medidas. Obrigada. É tudo.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos no Ponto 4.12, Plano de Emergência Social

À partida é uma medida estratégica ou complementar da acção social.

Complementar, no sentido em que a segurança social e outros departamentos afins já asseguram o linear da pobreza, se bem que ainda existam, se bem que às vezes ainda há pessoas que apesar de serem incentivadas a pedir o rendimento social de inserção, acabam por nem o fazer, mas isso são outras questões, infelizmente ainda há muita miséria cultural, já não diria espiritual porque espiritual surge noutro contexto.

Penso que vai continuar o cartão social, este plano de emergência é mais um elemento de ajuda. Não sei se está integrado nalguma directiva nacional ou europeia, ou se é apenas local, para o caso também não interessará muito, ou talvez interesse. Mas o artigo 6.º carece a nosso ver, de alguma especificidade.

O artigo 6.º diz assim:

Tipologia de Apoios.

1- Apoio para pagamento de renda de casa / empréstimo bancário para habitação.

Aqui é que fiquei um pouco perplexa. Apoio para pagamento de renda já acontece eventualmente nalguns casos na segurança social, não quer dizer que não venha também a ser contemplada também neste plano de emergência social, mas empréstimo bancário para habitação? Eu interrogo-me seriamente. E então quem fez o empréstimo e que de repente ficou desempregado não terá o mesmo direito? Eu pergunto, houve bancos que se criaram numa determinada altura e que depois também foram à falência, ou empresas que se criam em determinados contextos e também vão à falência. Estou a dar exemplos, se calhar até grosseiros e não muito apurados na sua especificidade, mas é para fazer uma espécie de comparação.

Eu ponho muita reserva ao ponto 1, Apoio para pagamento de renda de casa sem qualquer reserva / empréstimo bancário para habitação, imensa reserva.

Apoio na saúde, sem reserva.

Apoio no pagamento de despesas domésticas, nomeadamente facturação de água, electricidade e gás.

E aqui queria dizer, porque sei da dificuldade de técnicos em orientar famílias que não sabem poupar, que não sabem gerir aquilo que têm e eu aquilo que tenho também tenho que o gerir. Desde a grande seca de 2005, eu própria comecei a poupar água.

Há gente que é useira e vezeira, faz as via sacras das várias instituições, vai à Segurança Social, vai à Câmara, vai à Junta de Freguesia, aos Presidentes de Junta das aldeias. Falo com propriedade, falo com conhecimento de causa.

Apoio para isenção de pagamento de participação no ensino pré-escolar, isso a Câmara já o faz e falo-à se calhar ainda com mais acuidade quando a situação se impuser.

Outro tipo de apoios complementares que também não está muito especificado, ou medidas de apoios não tipificados e de facto aqui falta. Ou seja, a tipologia de apoios provavelmente precisaria de um regulamento mais exaustivo, sobre pena de cair sobre os decisores de quem tiver que apoiar.

Depois, queria apenas referir que na Informação do Sr. Presidente, diz o seguinte: *“Gabinete de Apoio ao Consumidor e ao Sobre Endividamento”*, foi criado um gabinete juntamente com a DECO, precisamente sobre esses aspectos.

Portanto, se há um apoio, se há um gabinete para tratar de apoio ao consumidor e sobre endividamento, então não sei porque é que este empréstimo bancário tem que estar aqui no Plano de Emergência Social.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, tal como o algodão, os números não enganam e são bem ilustrativos da grave situação social em que Portugal se deixou mergulhar. Há cada vez mais gente a sofrer, a passar dificuldades, a perder os seus empregos, a agravar o seu nível de vida e a desesperar pela falta de perspectivas e de fé, num futuro que se antevê sombrio.

Como foi possível chegar aonde estamos presentemente?

Olhemos com olhos de ver tudo aquilo que nos relata a comunicação social todos os dias e vou dar apenas aqui alguns exemplos:

- O número de casais sem emprego, subiu 61,4%, sendo em finais de Março de 2012, de 7.549;
 - A taxa de desemprego em Portugal atingiu 15% durante o mês de Fevereiro;
 - A taxa de desemprego jovem até aos 25 anos, cresceu 4 décimas, o dobro da taxa geral, passando de 35,1% em Janeiro, para 35,4% em Fevereiro;
 - O Estado está a endividar cada português ao ritmo de 273,06 Euros por mês. No total, cada um de nós que aqui está, deve 17.871 Euros;
 - A situação do crédito à habitação é explosiva e todos os dias cerca de 25 casas são entregues por falta de cumprimento bancário e cerca de 25.000 habitações são penhoradas pelas Finanças ou foram penhoradas pelas Finanças, no primeiro trimestre de 2012;
 - A pobreza em Portugal atinge presentemente cerca de dois milhões de Portugueses. Há 330.000 pessoas, mais coisa menos coisa, a solicitar apoio ao banco alimentar;
 - Os autarcas de freguesia, pelo governo de proximidade que praticam, apercebem-se todos os dias do agravamento das condições de vida das nossas populações e sofremos com isso, porque nem sempre temos resposta para lhes dar;
 - Cresce exponencialmente o número de famílias e indivíduos que não consegue honrar mensalmente os seus compromissos, com luz, com água, com gás e com medicamentos;
- Muitos deles mal conseguem manter os filhos no ensino superior, o que se agrava porque a esse nível também não existem, infelizmente, grandes garantias de colocação profissional futura.

É um drama para muitas famílias, que todos os dias é relatado na comunicação social.

Com bastante frequência temos conhecimento de famílias que vivem no limiar da pobreza ou que para lá caminham, sem esquecer aqueles que não conhecemos, por vergonha, de quem não consegue assumir pública e socialmente a sua condição e as suas dificuldades financeiras.

Chega a ser difícil de suportar para quem vivia até há bem pouco tempo na ilusão de um país em crescimento e cor-de-rosa, quando afinal era tudo uma falácia e um engano.

Tal não significa que a culpa seja exclusiva dos sucessivos governos que nos desgovernaram, porque a responsabilidade também cabe aos bancos, às empresas e a cada um de nós, individualmente considerados.

Fomos iludidos e acreditámos que era tudo fácil e acessível e que o crédito bancário dava para todos os desmandos e que era fácil cumprir sonhos e vontades desmedidas, quando afinal o tigre tinha pés de barro.

Em boa hora o Governo lançou o PES, que é o Plano de Emergência Social para 2012, com o investimento de 400 milhões de Euros.

Hoje exige-se ao nível da acção social, audácia, coragem e imaginação, mas sobretudo consciência social e comunitária, capacidade de comunhão de esforços, de partilha, de trabalho em equipa e parceria.

Problemas graves apelam para soluções concertadas e de resposta pronta e é neste contexto que se insere o PES do Município de Mirandela, que só logrará atingir os seus objectivos com o apoio e a colaboração de todas as instituições do concelho de Mirandela.

Esse plano terá forçosamente que se articular com a Segurança Social, com o Banco Solidário e a Loja Social da Santa Casa da Misericórdia, com o projecto Escolhas, com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, com a Cruz Vermelha e com o Banco Local de Voluntariado.

Partilho convosco o proeminente papel que tem sido assumido no concelho de Mirandela na área do apoio social pelas juntas de freguesia, tão conhecedoras em tempo real das necessidades das pessoas, pela PSP e GNR, sobretudo no apoio que dão aos idosos ao Banco Solidário e à Loja Social da SCM de Mirandela, e a tantos aqueles que de forma altruísta e desinteressada apoiam quem precisa.

Não estarei a exagerar se disser que o concelho de Mirandela tem instituições e tem gente motivada e com capacidade técnica, humana e afectiva para responder com tenacidade ao agravamento das situações crescentes de pobreza e exclusão social.

O PES de Mirandela tem respostas novas para problemas velhos e novos e estou convicto que saberá devolver sorrisos e a esperança a quem já quase nada espera desta vida injusta, dura e ingrata e de quem só deseja ser tratado com a dignidade que todo o ser humano precisa. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente quer fazer alguma intervenção?

Presidente da Câmara municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Quero apenas esclarecer que nos últimos tempos a Câmara Municipal tem dinamizado, de forma bastante activa, a chamada rede social, ou seja, o Conselho Municipal de Acção Social, quer ao nível do seu Plenário, que é o CLAS, quer ao nível do seu Núcleo Executivo, que é uma entidade que congrega não só a Câmara Municipal mas outras instituições como a Segurança Social e temos mesmo avocado algumas instituições que consideramos importantes neste momento.

Realmente todas as instituições estão também a trabalhar no sentido de encontrarem soluções para resolver problemas sociais que neste momento afectam diversas áreas da sociedade e a principal preocupação neste momento é:

Primeiro – Ter uma resposta que seja eficaz e a curto prazo.

Segundo – Não haver duplicação.

Eu acho que essa é até a maior preocupação que existe hoje em dia. E é também nesse sentido que a activação do CLAS, e principalmente do Núcleo Executivo, tem a ver com essa proximidade entre instituições. Desde logo, nesta rede a porta de entrada é a Segurança Social. Não há dúvidas quanto a isso, não há dúvidas entre nós nem entre os membros do Núcleo Executivo, pelo que o documento que hoje aqui apresentamos, é um documento que foi consciencializado dentro desse mesmo núcleo, dentro dessa mesma rede, para dar respostas às situações que até hoje nós não conseguimos dar resposta.

Existem respostas que exigem que em vez de se dar o peixe se deve dar a cana para aprender a pescar, tendo em conta a capacidade de cada um. Foi nessa sequência que assinamos um protocolo com a DECO para instalação de um Gabinete de Apoio ao Sobreendividamento para apoiar, aconselhar, acompanhar e verificar da situação». É preciso não confundir uma coisa com a outra. Não é um gabinete de apoio com dinheiro associado. Estamos agora a organizar isso e temos reunião nos próximos dias. Vamos realizar um conjunto de seminários que não são no contexto do que estamos habituados. Na próxima semana abre aqui um seminário do “Escolhas”, sobre violência doméstica. Falamos em seminários de encontros mais técnicos no âmbito da Rede Europeia da Pobreza e vamos realizar vários encontros, com várias pessoas, num seminário que se chama “Gerir de forma Inteligente”. Mais uma vez tentar que as pessoas dentro da sua vida consigam algum equilíbrio.

No entanto, aquilo que nós identificamos é a dificuldade em reagir neste momento perante algumas situações que não estão tipificadas.

Nós podemos dizer que todas estas situações que aqui aparecem, de certa forma, não estão tipificadas porque as situações tipificadas que a Câmara Municipal tem já são objecto de apoio no âmbito do Regulamento de Apoios Económicos. Nós apoiamos mais de 400 pessoas no âmbito deste Regulamento. Tal significa que essas situações estão devidamente tipificadas, estão devidamente estruturadas e consensualizadas. Chegamos à conclusão que existe um conjunto de apoios não tipificados a que temos de atender também. Eu podia dar aqui diversos exemplos, mas se quiserem ver quais são basta consultar as actas da Câmara Municipal, enfim, não digo em todas as reuniões, mas com alguma periodicidade e se forem ver no final de cada acta da Câmara Municipal, existe sempre um ponto que é: um nome e à frente “Acção Social”. São as situações que nós não podemos enquadrar dentro deste regulamento de apoio económico e que depois têm que ir pontualmente à reunião de Câmara, têm que ser objecto de uma informação individualizada, têm que ser avaliados e vão depois à reunião de Câmara.

Como esse conjunto de situações neste momento cresce de uma forma que nos obriga a sermos mais actantes e também considerando que algum tipo de apoios que têm sido dados quase exclusivamente pelas Juntas de Freguesia, pelo Banco Solidário, pela Santa Casa, nomeadamente no que diz respeito a água, luz, enfim, um conjunto de apoios...nós achámos que era importante criar este plano de emergência. É um plano que se activa e quando se fala qual a temporalidade dele, é a temporalidade dos tempos que passamos, que tem a ver com medidas não tipificadas. Uma pessoa pode precisar de apoio durante seis meses, o que consta na sua informação social, que é realizada pelas mesmas técnicas e dentro do mesmo conceito que hoje é realizado, não há qualquer alteração e principalmente tem como objectivo responder de forma célere, neste momento, a problemas que nós todos temos identificados.

Esta dúvida em relação à forma dos apoios, há sempre apoios que não estando aqui descritos vão surgir. Todas as semanas acontecem, como na última reunião de Câmara. Na próxima reunião de Câmara vamos ter, porque teve que haver uma antecipação. São situações com as quais não é possível enquadrar em nenhum tipo de apoio normal, como água, luz, saúde, que são os mais vulgares e mais fáceis de identificar aqui e que nós também temos de ter uma resposta nesse sentido.

Esses apoios, - tal como foi dito na reunião de Câmara aos Srs. Vereadores, enquanto estes apoios correntes serão objecto de decisão pelo vereador do pelouro, que é a Dr.ª Gentil, para agilizar essa possibilidade - todos os não tipificados continuarão sob delegação da Câmara Municipal, porque existem sempre algumas dúvidas em relação à sua premência ou não.

Dizendo isto, julgo que respondo de alguma forma às perguntas da Dr.ª Marisa.

O acompanhamento é feito, repito, no âmbito exactamente do que acontece hoje com o Regulamento de Apoios Económicos. Não há nenhuma diferença. É exactamente igual ao que acontece hoje com o Regulamento dos Apoios Económicos. Neste caso, ela dirige-se ao nosso gabinete ou já vem indicado muitas das vezes pela Segurança Social e é feito todo o processamento interno e só no final é que é feita a proposta.

Este Regulamento o que tem de mais importante é conseguir responder às principais dificuldades que neste momento nós sentimos e que a população tem.

Achamos que é importante implementá-lo e monitorizá-lo. É um momento também importante deste Regulamento e achamos que pode significar a diferença na vida de muitas pessoas nesta altura difícil que todos atravessamos.

Quando falamos em termos de vigência do plano também é importante dizer que a Câmara Municipal no Orçamento de 2012, mas em 2011, identificou este Plano de Emergência Social nesse Orçamento e desde que a Câmara Municipal continue a identificar nos seus documentos a vigência deste Plano e afectar-lhe verbas, ele estará em vigor, dentro da disponibilidade dessas mesmas verbas.

A questão do empréstimo bancário, posso-lhe dizer que foi algo que também foi identificado no âmbito do Núcleo Executivo, porque há pessoas que do ponto de vista de instabilidade têm neste momento essa dificuldade e muitas das vezes uma intervenção periódica não é posta em causa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, estamos então em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

Uma declaração de voto? Escrita, dita?

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

É oral.

Declaração de Voto:

Srs. deputados, eu votei favoravelmente esta proposta, por razões óbvias. Naturalmente que a solidariedade numa altura destas, tem que ser apoiada fortemente. Contudo, faço esse voto com uma reserva muito grande, relativamente às questões que foram aqui levantadas pela minha colega de bancada Odete Ferreira.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Plano de Emergência Social do Concelho de Mirandela.”

PONTO 4.13 - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 12 de março de 2012 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Proposta de Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.13, aprovação do Regulamento Municipal das Feiras em Mirandela.

Srs. deputados, inscrições.

O Sr. deputado Luís Sousa pediu a palavra? Faz favor, pode usar da palavra enquanto a Mesa regista mais uma ou outra intervenção.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

O documento, de um modo geral está bem elaborado e não vou tecer grandes comentários.

Qualquer regulamento deve assentar em regras claras e também um equilíbrio entre direitos e deveres, entre obrigações e garantias e pelo menos ter também um enquadramento institucional que garanta a sua efectiva aplicação.

Há aqui um ponto ou outro que talvez pudesse ser revisto e que se calhar traria um pouco mais de clareza a algumas disposições.

Relativamente ao artigo 4.º, n.º 2, o pedido de autorização, fala-se no pedido de autorização, mas não se menciona o proponente. Serão juntas, grupos de feirantes, o quê?

No artigo 12.º, perda de lugar, apenas o ponto 3, menciona a questão da sanção.

A perda de lugar de uma feira é para todos os efeitos, uma das sanções mais pesadas que pode haver.

No actual documento estão previstas apenas sanções de carácter monetário, contra-ordenações.

Isto depois depende da prática do regulamento e também da resposta dos feirantes em relação às regras que são instituídas, se há ou não despeito em relação a alguns dos deveres.

Se esse despeito se manifestar com frequência, poderemos eventualmente ponderar uma penalização mais grave com algumas dessas questões.

Há aqui uma questão que talvez merecesse ter como pena a perda de lugar que é a venda de produtos proibidos, que consta do artigo 25.º. Aí, talvez tendo em conta a gravidade da ocorrência, parece-me que não vai lá com mera contra-ordenação.

Depois há também a questão da exposição dos produtos, que também devia estar mencionado, que cumpram as regras sanitárias da lei geral e nos produtos de venda proibida, talvez fosse de incluir uma menção também, a materiais de contrafacção e outros previstos na lei geral, para também defender a legalidade.

Há também uma preocupação de fundo que eu deixaria, que é definir um regime de contestação das decisões da contra-ordenação.

Eu sei que se aplica a lei geral, mas tendo em conta que está um Regulamento muito bem feito, muito bem estruturado, talvez se pudesse explicitar isso ou definir as regras de contestação das decisões de infracções, porque nós aqui detalhamos as obrigações dos feirantes, mas é preciso ver também as garantias e os direitos.

Nós temos o artigo 27.º que fala dos deveres dos feirantes, mas não temos um equivalente artigo de direitos e de garantias. Parece um bocado remeter para a lei geral, mas se calhar, tendo em conta que o trabalho já está todo feito, é um documento bem estruturado, como disse, convinha também fazer uma alteração neste sentido de prever aqui um regime de contestação das decisões e contra-ordenações.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições.

O Sr. Presidente quer usar da palavra sobre o Regulamento das Feiras?

Presidente da Câmara Municipal:

Este regulamento vem no fundo responder a uma alteração legislativa que existiu e também responder a algumas alterações de ordenamento que foram realizadas no espaço da feira, o actual espaço da Reginorde, onde existiram algumas alterações, nomeadamente quer quanto ao funcionamento, utilização do espaço, mas também quanto ao tipo de actividade que ali era praticada e a sua periodicidade.

As sugestões que deu o Sr. deputado Luís Sousa, do que eu pude compreender no artigo 4.º, referia-se a um pedido colectivo... eu não consegui ouvir muito bem. A figura tem que ser sempre o feirante, porque hoje em dia a lei

habilitante obriga a que seja um feirante e ter um cartão habilitado para tal. Peço desculpa pelo diálogo mas não tinha percebido muito bem na altura.

Em relação às penalizações, elas aparecem não só nas contra-ordenações, mas também nesse próprio artigo que referiu, no 12.º, aparece também referência às penalizações. Neste caso não são de perda de lugar, são apenas do pagamento agravado.

Em relação aos deveres, também no 27.º, sobre a utilização de material contrafeito, não estando tipificado nem dito dessa forma, se vir, alínea h), tem um conjunto de regras que no fundo acabam por dizer isso... "não prejudicar os consumidores", na alínea c), um conjunto delas que no fundo acabam por dizer a mesma coisa, se calhar juridicamente não é da mesma forma.

Quanto às contra-ordenações, realmente a interpretação que nós temos é que a partir do momento que a contra-ordenação é devidamente instruída, é tipificada dentro daquilo que é a Secção de Contra-Ordenações da Câmara Municipal e tratada como tal, do ponto de vista jurídico.

De qualquer das formas também gostava de enaltecer a elaboração deste documento, uma vez que resulta dos Serviços Municipais e julgo que poderá responder claramente à organização do espaço.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por Unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, deliberou por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Mirandela."

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Presidente da Assembleia Municipal:

Outros Assuntos de Interesses para o Município.

Inscrições.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

Estão inscritos os seguintes Srs. deputados:

Manuel Beça, Baltazar Aguiar, Odete Ferreira, Pedro Fonseca, Dinis Veiga, Faustino Cunha e Ricardo Garcia.

Presidente da Assembleia Municipal:

Recordo, Outros Assuntos de Interesses para o Município.

Deputado Municipal Manuel Beça de Sousa (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Srs. Deputados.

O assunto agora é outro, mas quero também divulgá-lo aqui nesta tribuna, neste espaço de verdadeiro exercício de cidadania. É de cariz social.

Na passada Quinta Feira Santa, dia 5 de Abril, um grupo de moldavos, origem que eles próprios afirmam, não está confirmada, ocupou, supostamente sem qualquer autorização, uma casa de habitação, na rua onde vivo, a casa da linheira, na passagem de nível da rua Papa João Paulo II, junto ao posto de abastecimento de combustível da Repsol.

O caso assim contado, parece sem qualquer importância e de facto não a teria se não fosse o que passo a explicar:

Com modos pouco amistosos, para não dizer agressivos, estas pessoas, ontem eram pelo menos oito, passaram a abordar constantemente os moradores da zona, pedindo água, comida, dinheiro e outras coisas que precisem.

A casa não tem água canalizada, energia eléctrica e nem sequer saneamento funcional.

Nestas condições, como têm de cozinhar, vão pilhando lenha onde a encontram, para cozinharem na rua.

Do mesmo modo, sem esgotos, as necessidades fisiológicas são feitas nas traseiras da casa, com total despudor, provocando natural mau estar aos moradores e cheiros nada agradáveis.

Os despejos resultantes da sua presença, são feitos directamente para a ribeira de Cedões, junto à ponte.

Não se lhes conhece actividade profissional, a não ser a mendicidade junto às grandes superfícies comerciais e a lavagem de pára-brisas dos carros, nos parques de estacionamento.

Que se saiba, também não são beneficiários de qualquer rendimento mínimo garantido ou social de inserção.

Colocam-se assim diversas questões de incumprimento das leis da República, que se fossem praticadas por qualquer cidadão nacional, pagador de impostos, seriam severamente punidos, nomeadamente, pela poluição deliberada, da ribeira, defecar e urinar na via pública e ocupação ilegal de propriedade privada, embora este aspecto diga essencialmente respeito à proprietária, que penso, seja a REFER.

Em face desta descrição, em meu entender, várias entidades devem ser chamadas a intervir neste assunto.

Desde logo a REFER, quanto à ocupação ilegal, Os Serviços de Protecção do Ambiente e da Natureza, da GNR, quanto à questão da poluição, a Delegação de Saúde, quanto às questões de saúde pública, a PSP também, quanto às questões de Segurança Pública e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para a verificação da legalidade documental destes cidadãos.

Porém, nem eu nem os moradores com quem já conversei sobre o assunto, pretendemos que sejam simplesmente arredados dali ou porventura expulsos. Pelo contrário, porque não temos sentimentos racistas ou xenófobos, caso se verifique a conformidade legal para estes cidadãos permanecerem aqui, faço um apelo sincero a V.

Ex.ª Sr. Presidente da Câmara, para que dê instruções no sentido de serem accionados todos os mecanismos necessários à sua integração plena.

É que, segundo tive conhecimento através do portal da Câmara, em Janeiro de 2012, abrir aspas “o Município de Mirandela foi distinguido pelo júri da plataforma emigrante, com uma menção honrosa, pelo projecto guia de apoio ao emigrante. Ora, nem de propósito.

Esta distinção anual é atribuída, abrir aspas novamente “à autarquia que tenha desenvolvido no ano anterior as melhores práticas de integração dos seus emigrantes. É distinguido o projecto autárquico que mais tenha contribuído para um melhor acolhimento dos cidadãos emigrantes fixados no concelho, através de projectos inovadores, originais e com elevado grau de mobilização e abrangência, no domínio da integração de emigrantes”.

Parece então estarem reunidas as condições para resolver este problema.

Contudo, caso não seja esse o entendimento de V. Ex.ª, apelo novamente para que intervenha junto das entidades oficiais referidas, ou mande informar os municípios moradores naquela zona, das diligências a desenvolver e que sejam adequadas à situação.

Termino só com um aparte. Este caso, segundo vim a apurar mais tarde, parece ter outros contornos.

Esta gente estava anteriormente instalada na Estação do Caminho-de-ferro e segundo eles próprios dizem, estão ali com autorização do chefe. Não sei quem é esse chefe, mas parece que alguém os terá aconselhado que se mudassem da Estação para aquele lugar.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

A intervenção que pedi agora, foi para não se confundir com a aprovação das contas. Nós temos que analisar e aprovar as contas que nos são presentes.

Quando estive a preparar a análise das contas, vi-me baralhado com tantos números.

Peço o favor ao Sr. Presidente, quando achar, se entender dirigir este meu pedido de esclarecimento para o Executivo, depois em devida altura, o Executivo fará o favor de esclarecer.

Acabámos de aprovar as contas, com uma dívida a fornecedores de 18.560 mil Euros, mas com uma dívida a fornecedores, de 12 milhões.

Depois vejo um relatório de dívidas a fornecedores do segundo semestre de 1911, com dívida a fornecedores, de 14.600 milhões.

Depois vejo dívida a fornecedores (um documento numa reunião de Câmara) e empresários em 29 de Dezembro. 11.846 milhões.

Em 29 de Dezembro eram 11.846 milhões. Em 31 de Dezembro, segundo o balanço, eram 12.144 milhões. E agora, na reunião de 28 de Fevereiro, a dívida a fornecedores (reunião do Executivo) e empreiteiros, em 23 de Fevereiro era de 18.861 milhões.

Eu sinceramente, não percebo nada disto.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu vou-me referir à Clínica de Hemodiálise e quero que os Srs. membros da Assembleia Municipal interpretem isto como um esclarecimento, para ver se acabamos com as dúvidas sobre este ponto.

Uma pessoa que vem investir em Mirandela oito milhões, numa clínica que é considerada uma das melhores do País e ser criticado por ainda não ter feito o investimento no Parque de Campismo no valor de 320 mil Euros.

Uma clínica que está a funcionar há um mês e estar já a cobrar o resto a que se comprometeu, isto é no mínimo estranho.

É assim que nós atraímos investidores?

Será que outros que compraram terrenos na zona industrial, estão a cumprir as regras a que estavam sujeitos?

O que dizer de outras pessoas que em vez de investirem no seu concelho, vão investir noutros concelhos?

Quanto ao terreno onde está a Clínica de Hemodiálise, era o terreno para habitação social e fez-se bandeira disto, mas sem esclarecer o motivo dessa substituição. Talvez porque não lhes interesse, ou então, o desconhecimento.

No Salão Nobre da Câmara foi assinado um Protocolo entre a Câmara, a Somague, a Secretaria de Estado do Governo PS, com a presença da Dr.ª Paula Vitorino, em que o financiamento era feito pelo INH.

Só que esse mesmo Governo extinguiu o INH e quando chegou lá o pedido do empreiteiro, bateu no tecto e a Somague desistiu do investimento.

Também desconhecem que os habitantes fizeram uma exposição para a CCR Norte contra a localização naquela zona. Do bairro social. Seria melhor aquela zona ficar como vazadouro de lixo, em vez de estar lá aquele edifício?

Deixo para pensarem.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu tenho aqui umas fotos que posso deixar, estão a cores, paguei-as do meu bolso e são sobre a entrada para o Mercado Municipal.

Andamos sempre a dizer que não se investe no mercado tradicional, pelo menos ao Sábado ainda faço algumas compras no Mercado Municipal, o meu carro é pequeno e entro bem e saio daquele local.

Contudo, verifico, sobretudo porque num, dos lados tem uma pedra, que apesar de eu não ser engenheira, mas já estive em locais onde tive que fazer alguma engenharia e parece-me que esta pedra não está lá a fazer rigorosamente nada, a não ser criar umas moças nos carros. Bem sei que os pintores também precisam duns dinheiritos, mas os consumidores é que não estão nessa disponibilidade, ainda por cima sendo alheios a essas moças.

É que não é só a questão da entrada. Sobretudo ao sábado e quem frequentar o Mercado Municipal, (já sei que me podem dizer que há um parque subterrâneo) aquela entrada é para cargas e descargas e eu uso essencialmente o carro para esse aspecto, não é propriamente para fazer as compras.

É também o congestionamento de estacionamento que se verifica. Os carros estacionam mesmo até à beirinha da entrada dos portões e logo em frente, à saída chegam a estar também carros estacionados.

Aconteceu comigo, não é via terceiros, estava já com o carro fora, não tinha qualquer ranhura, para facilitar a manobra dum senhor que não atava nem desatava, nem entrava nem saía, a verdade é que querendo facilitar a entrada de alguém para a praça, acabei por dar um toque no meu carro que vou ter eu que pagar. Este é um exemplo.

Mas a pedra está toda marcada, portanto o meu não foi o único, de certeza.

Esta entrada, já têm falado no mercado algumas vezes, precisa duma limpeza, duma lavagem, porque é um sítio que supostamente deve estar limpo, as paredes estão sujíssimas, para não falar doutros aspectos.

Também estão lá 2 ou 3 contentores do lixo, que não deviam estar ali...enfim, realmente o mercado tem que ser pensado. Se há engenheiros na Câmara, que trabalhem mais ou que façam horas extras.

Acho que fui clara, muito obrigada e até à próxima.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Pode exercer o seu direito de intervenção, Ricardo Garcia.

Deputado Municipal Ricardo Garcia (CDS/PP):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa e Srs. Deputados.

Mais uma vez a minha intervenção será em nome da juventude popular, no sentido da criação do Conselho Municipal de Juventude.

É claramente necessário, de carácter urgente, a criação deste organismo, envolvendo todos os agentes da sociedade civil, com a actuação na área da juventude e nas propostas dos jovens, enquanto parte interessada e activa, na construção de uma matriz de política eficaz.

O conselho municipal de juventude, tem de definir estratégias de política local, articulando e integrando as diferenças de menções do universo juvenil Mirandense, superando deste modo a imediatez e a sectoridade redutora.

O progresso de Mirandela tem de ser inspirado e sustentado em boas práticas, decisões esclarecedoras e partilhadas pelos agentes de desenvolvimento juvenil que no futuro assumirão a liderança desta cidade.

Criar as melhores condições para que o maior número de jovens possa fixar-se nesta cidade e encontrar um futuro melhor, deverá ser a supra pretensão do município de Mirandela, certamente.

O conselho municipal da juventude não pode ser por isso, um projecto de boca ou papel, é um projecto que exige no mais curto espaço de tempo, a sua constituição, para que cada interveniente seja capaz de ter a capacidade de o fazer evoluir, de forma a que as políticas da juventude, as necessidades e as acções, a informação ou a implementação, permitam contribuir, de facto, para melhorar a trajetória da vida dos jovens desta cidade.

E é de lamentar que mais uma vez tenha de intervir nesta matéria, sem nunca ter ouvido o actual Presidente da Câmara, pronunciar-se sobre este assunto. Obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu até nem era para intervir, mas como o Sr. deputado Dinis continua a insistir e parece até sentir-se incomodado com a questão da Clínica de Hemodiálise, vou repetir o que disse já por pelo menos duas vezes, durante esta sessão.

O que está em causa é o laxismo e a negligência da Câmara, que estabelece um contrato que em 2007 e 2008 faz como contrapartida os bungalows, não são feitos, não há nenhum documento posterior, não há nada, rigorosamente nada até aos dias de hoje. Isso é que não são boas práticas, é só isso que está em causa, não confunda todo o resto.

Eu repito-lhe, o que está em causa é um contrato que foi estabelecido com datas para a realização de determinadas contrapartidas, que não foi executado.

O que é um laxismo incompreensível numa situação destas, é uma situação a que se vincularam as partes, quatro anos depois, nada há feito e não há documentação nenhuma e tem que estar de acordo comigo, que isto não são boas práticas.

A minha intervenção e estava convencido que não teria mais que voltar a este tema, é sobre a estrada dos Avidagos.

Como estão recordados, tive a oportunidade de dar os parabéns pela conclusão, ao anterior Presidente da Câmara, que até foi simpático, disse que tinha começado pelo cruzamento de Abreiro, por saber que eu a utilizava semanalmente.

Na verdade, continua a não estar concluída e à entrada de Avidagos, há até uma zona que não está concluída e que é susceptível de haver acidentes.

Eu pergunto para quando é que vão terminar a estrada dos Avidagos.

Deputado Municipal Luís Sousa (Independente CDS/PP):

Eu também já não gostava de falar novamente sobre este assunto, teve aqui muita tinta no passado mas foi utilizada aqui uma expressão que penso não caiu bem aqui nesta Assembleia.

Ou eu não percebi o que o Sr. deputado Dinis disse, mas presumo que falou em vazadouro de lixo...queriam aqui um vazadouro de lixo.

Tanto quanto sei, havia um terreno para construção de habitação social, que foi mudado, porque os moradores (como disse) se manifestaram contra e entretanto a Câmara Municipal já tinha dito à Somague para avançar com as máquinas, já estavam alguns trabalhos, houve uma indemnização de 45.000 contos à Somague do que já tinha gasto porque iniciou obras quando não deveria. E isto era uma parceria público privada, 50 / 50, que quem paga sempre é o público e o privado sai a ganhar.

A Câmara Municipal comprou outro terreno por 100 mil Euros e depois o terreno foi apenas vendido por 37.000.

De facto o negócio é mau de cima abaixo, para além das implicações de que já falámos de terem havido as habitações sociais para o desterro.

De qualquer maneira a minha pergunta era muito simples e tem a ver com outro assunto que já foi trazido aqui a esta Assembleia e votado que é o fundo imobiliário limitado.

Outra questão que nunca mais foi aqui tratada, gostava de saber qual é o ponto da situação, qual a entidade financeira que ficou responsável pela gestão do património imóvel do município, qual o encaixe financeiro para a Câmara, quais os custos de gestão a que o Município fica obrigado e também gostaríamos de saber se este fundo é para manter, tendo em conta as actuais exigências do memorando de entendimento.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez boa tarde.

Eu tenho que discordar apenas num aspecto, do deputado que iniciou este período, o deputado que falou dos moldavos e da ocupação, no aspecto poluidor.

Ele falou que o pagador de impostos portugueses, normalmente é obrigado a pagar sobre a poluição que faz.

As coisas não são bem assim, ora vejamos.

Tenho vindo a perguntar ao anterior Presidente da Câmara e ao actual nas sessões anteriores e sempre sem obter resposta. Por esse motivo volto novamente a perguntar.

A situação da Miravaga, extracção de óleos das latadas, se esta empresa está licenciada pela ASAE.

Perguntei-lhe também sobre o armazenamento de lixo nas instalações do Complexo Agro-industrial do Cachão. Se esta empresa, penso ser Resíduos do Nordeste, está licenciada para armazenar este tipo de resíduos, nada respondeu, o que demonstra nenhuma preocupação sobre questões ambientais e que podem incorrer em crimes de saúde pública. Queria apenas fazer esta comparação.

Há uns que pagam e há outros que não pagam quando são poluidores.

Para além disso, uma vez que foi aqui falado nos Avidagos, costumo frequentar aquela estrada e já referi isso na comunicação social, colocar outra vez o item, quando é que acabam aquela estrada.

Queria ainda colocar outra questão.

Na aldeia do Cachão, falta terminar duas ruas, que eu nunca cheguei a perceber se estavam incluídas no projecto inicial, se não estavam, o que é certo é que o Dr. Silvano em campanha eleitoral, prometeu que iriam ser resolvidas aquelas duas ruas, o que é certo é que as pessoas continuam a não poder circular ali ao irem para as suas casas

O Sr. Presidente está-me a perguntar quais são as ruas. É a rua Ribeirinha do Cachão e a rua do Cemitério, são aquelas duas ruas que faltam terminar.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu começaria pela intervenção do deputado municipal Beça, dizendo que essa situação é do conhecimento municipal, temos andado a acompanhar...enfim não é o segundo sítio sequer onde eles já estiveram instalados.

Esta situação já foi acompanhada, nomeadamente pela CPCJ e já houve uma intervenção da CPCJ ao nível das crianças que estão associadas a essas pessoas.

Como disse, muito bem, é um assunto com alguma sensibilidade e tem que ser tratado com essa sensibilidade.

Nós estamos a coordenar com as entidades, é fácil chegar lá a PSP (perdoem-me a expressão) e pô-los na rua, ficam na rua, mas dali vão para outro sítio, o primeiro que encontrarem e exactamente a mesma situação. O nosso objectivo era encontrar mesmo uma solução. Vamos falar claramente, não é fácil.

A Câmara Municipal tem tido alguma actividade no que diz respeito aos emigrantes, mas são aqueles que têm uma actividade profissional, estabilizada.

Temos neste momento cursos de português a decorrer na Escola Luciano Cordeiro, para acolher essas pessoas, e para lhes dar condições para poderem trabalhar melhor no nosso país, é dessas práticas que falamos. Este caso em específico é um caso com diversas vertentes.

Nós estamos a acompanhá-lo, já saíram do local. Normalmente quando eles saem dum local, costumamos emparedá-lo para não regressarem, mas a situação não é fácil. Esperamos brevemente encontrar uma solução a contento.

Em relação à estrada dos Avidagos, a explicação é simples, nós temos um conflito com o empreiteiro, um conflito que já se prolonga durante algum tempo, que tem a ver, não com questões financeiras, mas com questões técnicas, posso dizê-las aqui, enfim...são públicas.

A interpretação do empreiteiro é que não teria que colocar as saias nos rails que estão nessa estrada, a nossa interpretação é que tem que colocar. O empreiteiro abandonou a obra, nós fizemos a ameaça de rescisão e neste momento estamos a tentar encontrar um acordo para ele terminar. É evidente que o que falta lá fazer é nitidamente uma forma de pressão sobre a Câmara Municipal, para que a Câmara Municipal aceite os termos deles, nós não os vamos aceitar, defendemos os interesses da Câmara Municipal acima de tudo. Este facto tem causado alguns problemas, como digo.

Neste momento há duas hipóteses: ou há rescisão com o empreiteiro e a Câmara Municipal assume a obra, ou ele terminará a obra nos termos que está decidido. Estamos precisamente neste momento numa fase final de negociação e esperamos ter um resultado a curto prazo.

Sobre o Fundo Imobiliário, a resposta é fácil., um fundo deserto não pode ser activado. O concurso ficou deserto, o fundo não foi activado.

Quanto à Miravaga, está devidamente licenciada, pensei que já tinha sido dito aqui, a Miravaga está licenciada.

O problema da Miravaga é um problema de actividade, isto é, não exerce a actividade como devia exercer. Agora do ponto de vista do licenciamento, a Miravaga tem todas as licenças necessárias para funcionar.

Os problemas que tem tido têm sido comunicados às entidades respectivas, que segundo sei até têm actuado do ponto de vista contraordenacional. O problema de licenciamento está resolvido.

O que disse sobre os resíduos do Cachão, não se referem claramente à Resíduos do Nordeste. A Resíduos do Nordeste não tem no Complexo Agro-Industrial qualquer tipo de instalação. Referem-se a uma empresa que já lá está há largos anos e que há largos anos ocupa aquele espaço.

O que tem sido feito, é exigir uma maior limpeza, mas essa armazenagem já é feita há longos anos naquele espaço. O licenciamento, estamos neste momento a lançar esse licenciamento, num quadro dum conjunto de regularizações de situações, que estão a decorrer também naquele Complexo Agro-Industrial.

Em relação a essas duas ruas, a única coisa que eu afirmo é que essas duas ruas não estão incluídas na empreitada em curso, nesta empreitada elas não serão realizadas, se são as ruas que eu estou a identificar, a rua Ribeirinha junto à central e a outra rua que vai dar às hortas. Essas ruas não estão incluídas nesta empreitada, não há dúvidas quanto a isso. Serão realizadas quando houver oportunidade.

Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro Velho:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, comunicação social.

Quero apenas aproveitar esta oportunidade para convidar os presentes e os seus familiares a visitarem-nos nos dias 5 e 6 de Maio, em S. Pedro Velho, na nossa IV Feira do Vinho e Morangos. Serão certamente bem recebidos e claro que contamos com vocês.

Boa tarde e bom fim-de-semana. Obrigado.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Eu julgo que a Mesa anotou na minha intervenção, o pedido dum esclarecimento. Espero que venha a ter oportunidade dum pedido de esclarecimento.

Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara não teceu nenhuma considerações, não esclareceu, pode esclarecer oportunamente. Eu espero é que esse esclarecimento venha a ser fornecido, sobre a disparidade dos números indicados.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa regista esse pedido e ser-lhe-à transmitido com certeza.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

É que a resposta não me foi dada, e já é a segunda vez que não me é dada.

Da primeira vez era para ter sido por escrito.

Relativamente ao Fundo Imobiliário Limitado, disse os montantes, eu é que não percebi. Peço desculpa.

Presidente da Câmara Municipal:

Peço desculpa, mas eu disse em relação ao Fundo, “um concurso deserto não dá sucessão a nada”. Não existe Fundo, porque o concurso ficou deserto.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Está feito o esclarecimento, não regista a Mesa nenhum Sr. Município.

Antes de terminarmos estes trabalhos, eu queria prestar uma informação aos Srs. deputados.

Como já foi dito anteriormente, decorrem com bom andamento as diligências e os trabalhos para a organização do debate do dia 26 de Maio, através duma comissão representativa, onde estão, o Dr. Rui Magalhães, o Dr. Cordeiro, a Sr.ª deputada Alzira Ramos, Fernanda Cerqueira, Pedro Fonseca, para o debate sobre as Assembleias Municipais, no âmbito da Reforma do Poder Local, como sabem, que é um dos grandes assuntos políticos que estão a ser tratados no país. Espero a presença de todos, receberão os Srs. deputados o convite na altura própria, mas tudo se traduz numa jornada importante para Mirandela. Estão já garantidas as presenças de pessoas ilustres, os Srs. Presidentes da Assembleia do Porto Lisboa e de Coimbra, do Professor Cardoso Costa que foi Presidente do Tribunal Constitucional, o Professor Cândido Oliveira que é seguramente a pessoa mais conhecedora e mais experiente no que respeita ao poder local, com muita obra publicada. O Sr. Presidente da Anafre, Armando Vieira, que se disponibilizou também e o Sr. Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local, o Dr. Ramos Preto. Faltam mais três entidades que ainda estão em dúvida. De qualquer maneira, aproveito este breve minuto para vos actualizar sobre este aspecto. Quinze dias antes daremos alguma conferência a título informativo para a imprensa regional ou para a comunicação regional.

Tudo faremos e os nossos esforços terão como objectivo e como horizonte, não só debater e trazer a Mirandela entidades ilustradas importantes para este assunto, que é um assunto muito actual e prioritário e também que Mirandela seja ouvida e tida como uma cidade com uma Assembleia que está atenta, que quer trabalhar e que promove trabalhos.

Muito obrigado. Então uma boa tarde a todos e até à próxima.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, foi deliberado aprovar a ata desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 18 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO